



Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

**Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra
Incêndios 2018-2027**

Câmara Municipal de Alijó



Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

**Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra
Incêndios 2018-2027**

Câmara Municipal de Alijó



Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2018-2027

Caderno I - Diagnóstico

Câmara Municipal de Alijó



CADERNO I – DIAGNÓSTICO

ÍNDICE

1. - Caracterização Física	1
1.1 – Enquadramento do Concelho de Alijó	1
1.2 – Hipsometria	4
1.3 – Declive	5
1.4 – Exposição	6
1.5 – Hidrologia	7
2. Caraterização Climática	8
2.1 – Temperatura do Ar	8
2.2 – Humidade	9
2.3 – Precipitação	9
2.4 – Ventos dominantes	10
3. Caraterização População	12
3.1 – População Residente e Densidade Populacional	12
3.2 – Índice de Envelhecimento (1981/1991/2001) e Sua Evolução (1981-2001)	14
3.3 – População por Setor de Atividade (1991-2001)	18
3.4 – 3.4. Taxa de Analfabetismo (1981/1991/2001)	20
3.5. Romarias e Festas	22
4. Caracterização do uso e ocupação do solo e zonas especiais	27
4.1 – Carta de Ocupação do Solo	27
4.2 – Carta dos Povoamentos Florestais	28
4.3 – Carta das Áreas protegidas, regime florestal	30
4.4 – Carta de Instrumentos de Gestão	32
4.5. Carta das Zonas de Recreio Florestal, Caça e Pesca	33
5. Análise do Histórico e Causalidade do Incêndios Florestais	35
5.1 – Carta das Áreas Ardidas	35
5.2 – Área Ardida e número ocorrências Distribuição anual	38
5.3 – Área ardida e número de ocorrências – distribuição semanal	39
5.4 – Área ardida e número de ocorrências – distribuição diária	40
5.5 – Área ardida e número de ocorrências – distribuição horária	41



5.6 – Área ardida em espaços florestais-----	42
5.7 – Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão-----	43
5.8 – Pontos prováveis de início e causas-----	44
5.9 – Fontes de alerta-----	45
5.10 – Grandes Incêndios (Área> 100ha) -----	46
Anexos – Cartografia de Pormenor -----	51

Introdução

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Alijó pretende estabelecer estratégias municipais que indiquem as medidas necessárias para o efeito e planeamento integrado das intervenções a executar pelas diferentes entidades, de acordo com objetivos estratégicos do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), em concordância com o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) e com o Plano Distrital de Defesa da Florestas Contra Incêndios, no âmbito das atribuições da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, conforme o previsto no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação.

A estrutura e conteúdos do presente plano, seguem o regulamento do PMDFCI homologado pelo Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, publicado no Despacho 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro, bem como as diretivas e normas do Guia Metodológico para a elaboração dos PMDFCI da ex- Autoridade Florestal Nacional (AFN), atual Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

O presente documento encontra-se dividido em três partes fundamentais:

- ✓ Diagnóstico (informação de base) – Caderno I;
- ✓ Plano de ação – Caderno II;
- ✓ Plano Operacional Municipal (POM) – Caderno III.

O presente documento é relativo ao Caderno I – Diagnóstico, analisando o território do Concelho de Alijó, e incluindo a seguinte informação:

- ✓ Caraterização física (enquadramento geográfico; hipsometria; declives; exposição de vertentes e hidrografia);
- ✓ Caraterização climática (temperatura do ar; humidade relativa do ar; precipitação e vento);
- ✓ Caraterização da população (população residente e densidade populacional, índice de envelhecimento e sua evolução; população por setor de atividade; taxa de analfabetismo e festas e romarias);
- ✓ Caraterização da ocupação do solo e zonas especiais (ocupação do solo; povoamentos florestais; áreas protegidas, Rede Natura 2000 e regime florestal; instrumentos de planeamento florestal e equipamentos florestais de recreio, zonas de caça e pesca);

- ✓ Análise do histórico e causalidade dos incêndios florestais (área ardida e número de ocorrências – distribuição anual, mensal, semanal, diária e horária; área ardida em espaços florestais; área ardida e número de ocorrências por classes de extensão; pontos prováveis de início e causas; fontes de alerta; grandes incêndios (área igual ou superior a 100 hectares); - distribuição anual, mensal, semanal e horária).



1. Caracterização Física

1.1 – Enquadramento do Concelho de Alijó

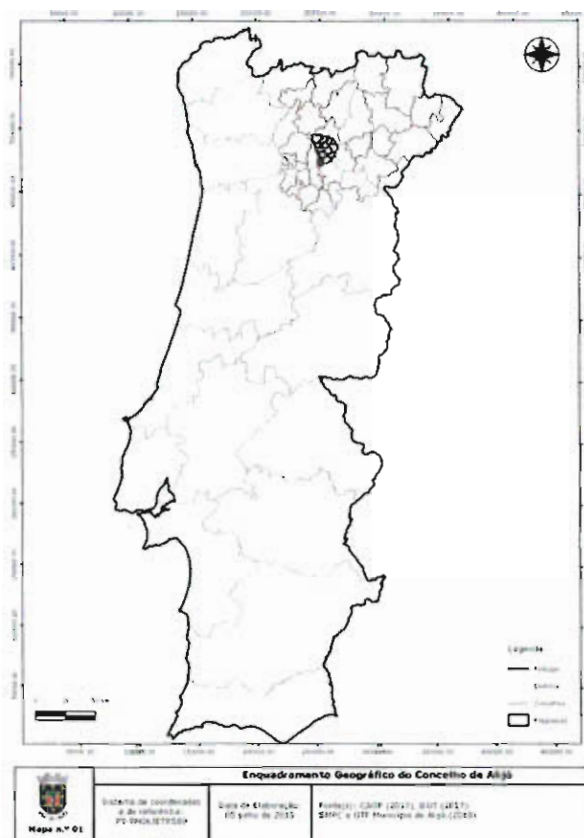
O Concelho de Alijó é um concelho da Região Norte de Portugal, mais propriamente do Douro, pertencente ao distrito de Vila Real, situando-se na parte sudeste deste (a uma distância de 45 km). Situa-se a 620 m de altitude, sendo delimitado geograficamente pelos Rios Douro, Tua, Tinhela e Pinhão, tendo como seus concelhos periféricos a norte Vila Pouca de Aguiar e Murça, a leste Carrazeda de Ansiães, a sul São João da Pesqueira e a oeste Sabrosa.

De acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) o concelho possui uma área de 29759,88 hectares, distribuída por 14 Freguesias.

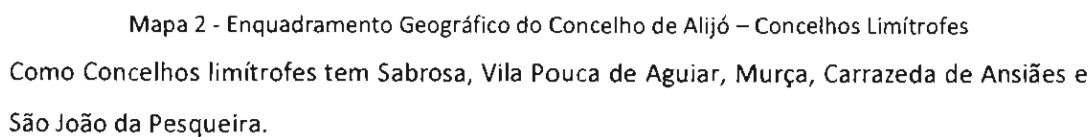
O Concelho pertence à área abrangida pela Direção Regional de Agricultura e Pesca do Norte (DRAP-Norte).

Na lei orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I.P), o concelho de Alijó enquadra-se no Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte.

Apresenta-se de seguida os mapas de caracterização geográfica do Concelho:



Mapa 1 – Enquadramento Nacional do Concelho de Alijó





O Concelho é constituído por uma área geográfica aproximada de 300Km² e composto por

Freguesias	Área (Km ²)	Área Territorial (%)
Alijó	29,36 Km ²	9,8
Favaíos	21,44 Km ²	7,15
Pegarinhos	18,78 Km ²	6,26
Pinhão	3,00 Km ²	1,0
São Mamede da Ribatua	20,11 Km ²	6,7
Sanfins do Douro	17,09 Km ²	5,69
Santa Eugénia	9,14 Km ²	3,05
Vila Chã	20,23 Km ²	6,74
Vila Verde	42,09 Km ²	14,03
Vilar de Maçada	20,19 Km ²	6,73
União Freguesias Carlão e Amieiro	33,01	11,0
União Freguesias Castedo e Cotas	28,92	9,64
União Freguesias Pópulo e Ribalonga	21,30	7,1
União Freguesias Casal Loivos, Vale Mendiz e Vilarinho de Cotas	12,94	4,31

catorze freguesias. O quadro 1 indica a área geográfica de cada Freguesia.

Quadro 1: Divisão do Concelho por Áreas.

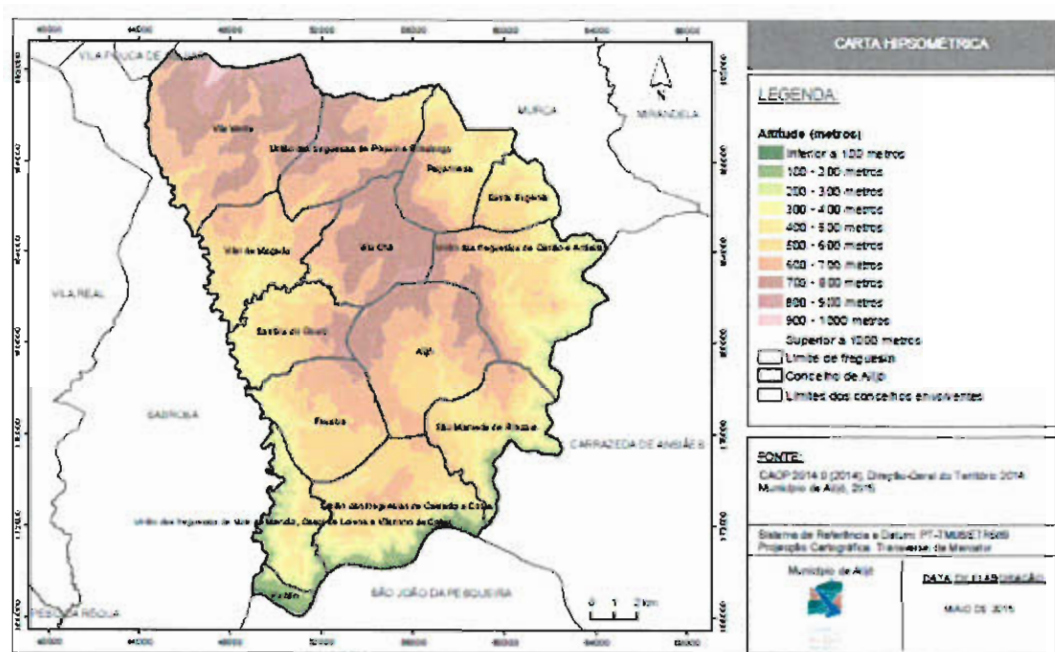
(Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011).

Este Concelho tem uma paisagem actualmente muito humanizada, condicionada por marcantes características edafo-climáticas que o delimitam em duas grandes Zonas.

Por um lado, a economia agrária assenta sobretudo no sistema de agricultura vitivinícola do Douro, e no sistema de Batata, Centeio e Pecuária das Zonas de Montanha. Por outro, a exploração florestal fornece ainda rendimentos para as explorações e povoações do Concelho. Esta encontra-se assente essencialmente na silvicultura de Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e Castanheiro (*Castanea sativa*) para produção múltipla, assim como na exploração pontual de cortiça muito localizada e com carácter exploratório.

As superfícies florestais no Concelho de Alijó, representam cerca de 58% da totalidade do território com especial incidência para a parte Norte do Concelho coincidindo com as Freguesias muito desfavorecidas, despovoadas e com solos sem aptidão para práticas agrícolas.

1.2 – Hipsometria

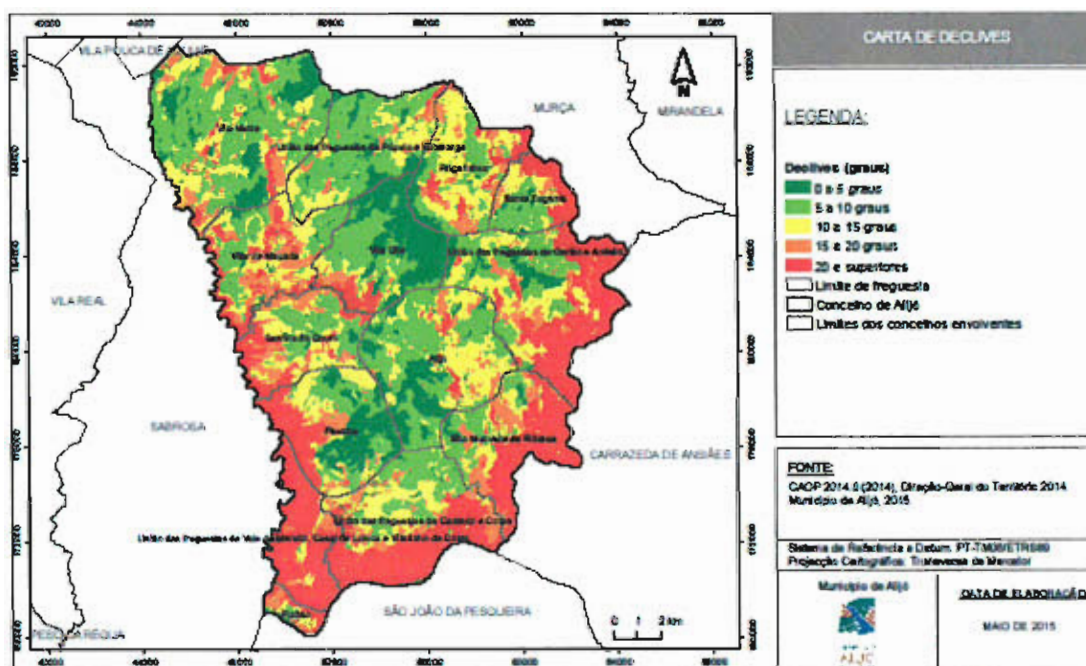


Mapa 4 – Modelo Digital do Terreno (MDT) do Concelho de Alijó

Esta variação de altitude pode ter influências na Defesa da Floresta Contra Incêndios, pois os pontos mais altos estão relacionados com afloramentos rochosos, o que implica maus acessos no combate a incêndios e a propagação do fogo é muito mais eficaz, em termos de tempo, ou seja, arde uma área maior num curto espaço de tempo.

1.3 - Declive

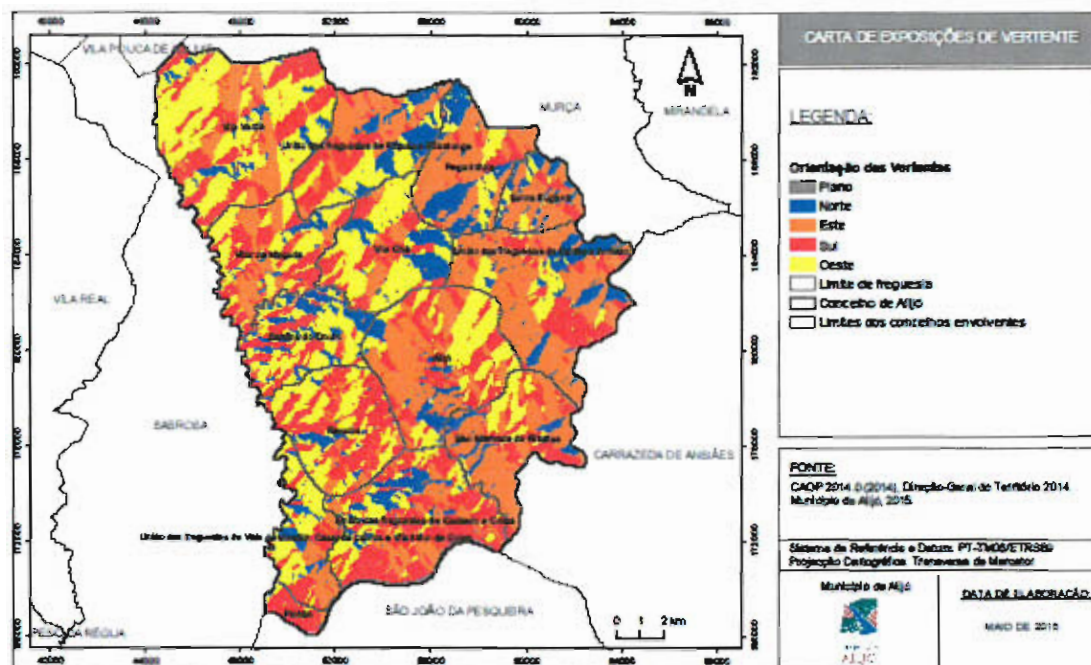
O declive é das variáveis mais importantes, influenciando diretamente o comportamento do fogo. Nas encostas do Douro e Tua predominam os declives superiores a 30% o que dificulta os acessos aos incêndios florestais bem como as operações de combate, utilização de máquinas pesadas, nestas zonas a silvicultura preventiva torna-se mais morosa e dispendiosa.



Mapa 5 – Mapa de Declives do Concelho de Alijó



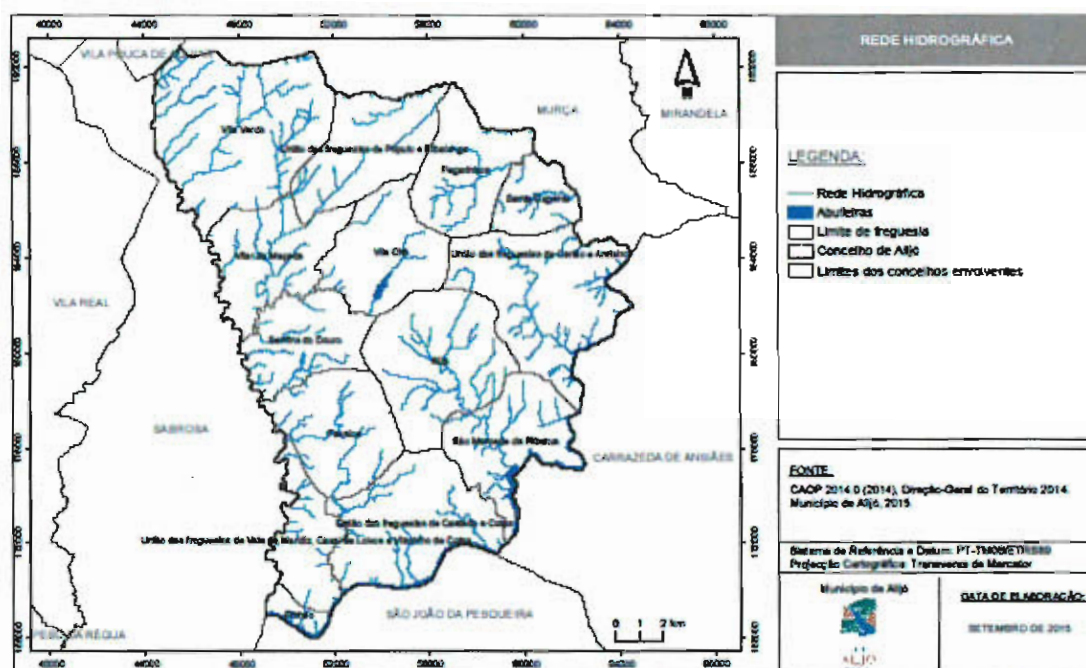
1.4 - Exposição



Mapa 6 – Mapa de Exposição do Concelho de Alijó

Verifica-se que o Concelho de Alijó apresenta uma grande variedade no que diz respeito à exposição devido à sua morfologia, esta exposição vai condicionar o tipo de vegetação, temperatura e humidade relativa, sendo que as zonas inseridas no quadrante Sul aproveitam um maior número de horas de insolação e a propagação dos incêndios ocorre com maior rapidez devido à maior temperatura e menor humidade relativa verificadas nestes locais, tornando-as zonas de potencialmente mais perigosas quando ocorre um incêndio florestal nestas áreas.

1.5 - Hidrologia



Mapa 7 – Mapa Hidrográfico do Concelho de Alijó

Quanto à hidrografia, o Concelho de Alijó é abrangido pelos rios Douro, Pinhão, Tua e Tinhela e vários afluentes destes cursos de água principais.

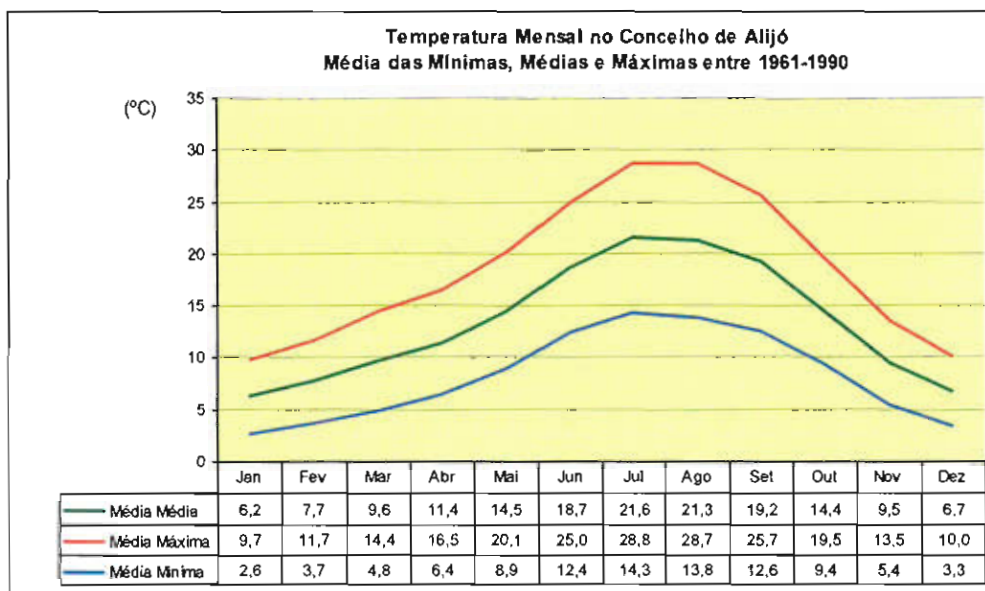
Os rios são massa de água permanentes e óptimos para, em caso de incêndios florestais, abastecimento de aviões pesados, como é o caso do Rio Douro, quanto à albufeira de Vila Chã cujo seu uso principal é o de abastecimento, os meios aéreos, nomeadamente helicópteros ligeiros, médios e pesados, abastecem sem problemas, assim como os meios terrestres, na Barragem Foz Tua, empreendimento hidroelétrico, existe agora no Concelho uma grande massa de água represada podendo ser utilizada no abastecimento dos meios aéreos e terrestres, já os cursos de água considerados como afluentes ou não permanentes existentes no encontro de duas encostas, formam os vales encaixados com declive acentuado, constituindo uma das situações mais perigosas pelas condições extremas de propagação que provocam, o chamado “efeito chaminé”.

Os mapas do hipsometria, declive, exposição e hidrografia foram elaborados com os limites administrativos antigos para uma melhor visualização e operacionalização, em caso de ocorrências, nas diversas aldeias e vilas do Concelho de Alijó.



2. Caracterização Climática

2.1 – Temperatura do ar



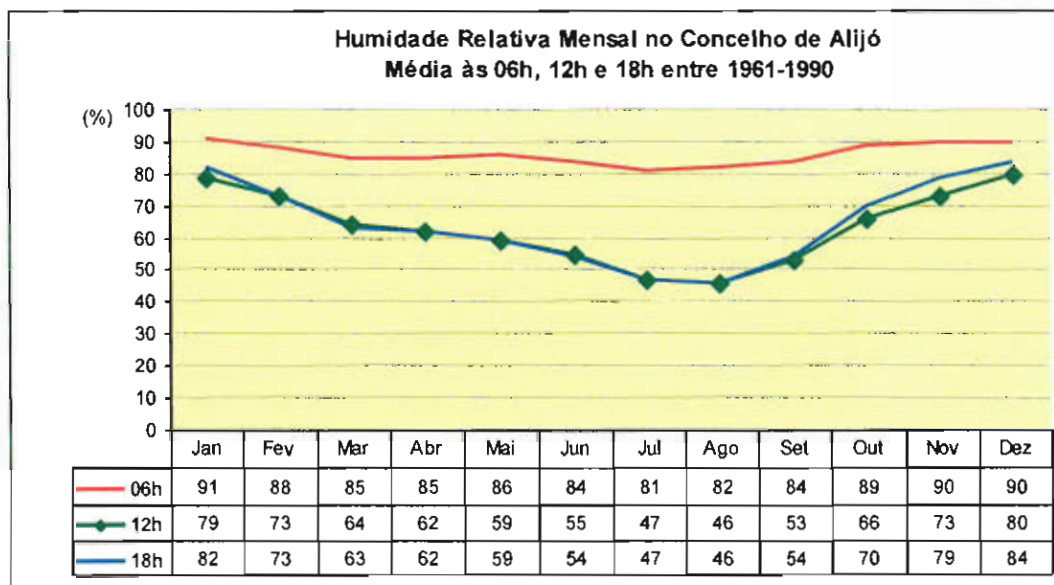
Mapa 8 – Mapa Temperaturas Mensais do Concelho de Alijó

A temperatura média mensal é a média das temperaturas máximas e mínimas diárias observadas. Os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro verificam-se temperaturas elevadas o que faz com que a temperatura tenha um efeito na vegetação, ou seja, esta apresenta baixo teor de humidade, aumentando a velocidade de propagação o que proporciona a ocorrência de incêndios com grande violência e dimensão.

Os valores da temperatura variam entre os 10º C e 16º C, nas Freguesias abaixo de Alijó, para Sul do Concelho.



2.2 – Humidade

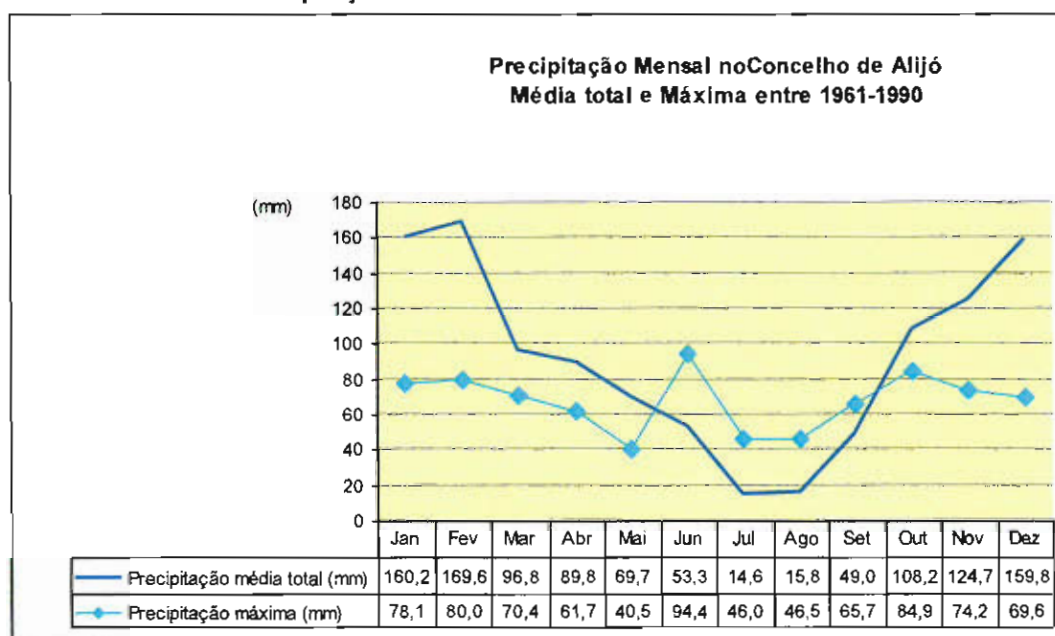


Mapa 9 – Mapa Humidade Relativa do Concelho de Alijó

A medição da humidade relativa às 6 horas é a que apresenta maiores valores, enquanto as medições realizadas às 12 e 18 horas têm valores similares, embora se verifique que nos meses de Verão a humidade apresenta valores na ordem dos 50%.

A combinação de temperaturas elevadas e humidades relativas baixas, provoca o aumento de condições para a ignição e rápida propagação dos incêndios florestais.

2.3 – Precipitação



Mapa 10 – Mapa Precipitação do Concelho de Alijó

Através do gráfico observa-se que a precipitação é elevada durante os meses de Inverno, sendo nos meses de Verão muito baixa ou quase nula.

A ocorrência de precipitação durante a época que antecede o período crítico favorece o crescimento e desenvolvimento da biomassa, conduzindo a elevadas acumulações de combustível, que em situações de incêndios, aumenta a velocidade de propagação.

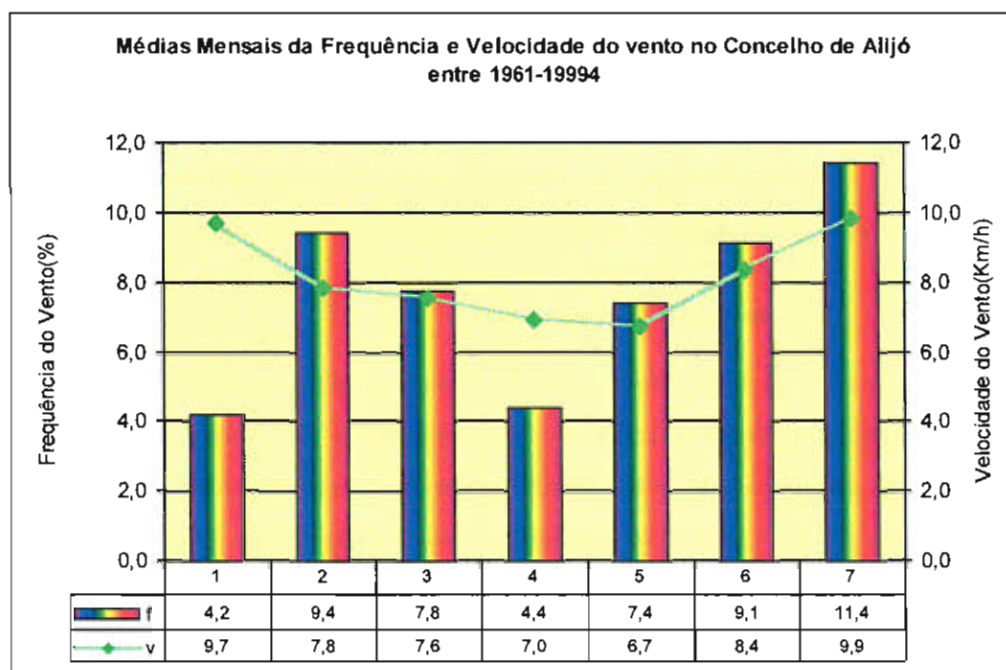
2.4 – Ventos Dominantes

A direção e sentido do vento referem-se a oito rumos, os ventos provenientes de oeste (NW e SW), apresentam a trajetória sobre o oceano atlântico e são caracterizados como ventos úmidos, já os ventos de este (leste) apresentam uma trajetória continental e são caracterizados como ventos secos e intensos. O vento e sua direção influencia diretamente o comportamento dos incêndios florestais.

	Médias Mensais da frequência e velocidade do vento no Concelho de Alijó entre 1961-1990															
	N		NE		E		SE		S		SW		W		C	v (km/h)
	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f	
Janeiro	3,9	9,0	8,3	7,7	6,6	6,3	3,4	6,0	7,5	7,6	8,3	10,5	8,5	12,0	49,0	6,5
Fevereiro	3,8	10,6	10,0	7,8	8,5	8,0	3,9	6,5	10,1	7,5	10,0	9,8	10,4	10,6	38,0	7,6
Março	5,0	10,4	11,5	9,2	9,1	9,1	4,9	8,9	8,4	7,0	11,1	9,9	11,5	10,3	31,0	8,0
Abril	6,0	10,3	12,3	9,1	9,8	9,4	4,2	7,6	8,1	6,9	10,6	8,7	12,3	9,6	27,7	9,1
Maiο	4,7	10,2	9,3	8,5	6,4	7,7	4,2	7,5	8,7	6,5	11,3	7,7	14,6	9,7	28,6	7,6
Junho	3,9	8,4	8,3	7,5	8,3	7,4	4,6	6,5	7,2	6,2	9,5	7,1	13,6	9,2	31,5	7,1
Julho	4,1	9,4	7,7	7,5	6,7	7,2	4,6	6,9	6,6	6,4	7,4	7,2	14,4	9,0	33,0	7,1
Agosto	5,0	10,4	8,5	7,8	6,7	8,0	4,1	6,8	6,7	6,1	8,4	7,2	14,8	9,3	31,9	7,0
Setembro	3,2	9,8	7,4	7,5	6,9	7,7	5,1	7,2	6,9	6,4	9,7	7,4	11,9	8,0	39,3	6,0
Outubro	3,4	8,0	8,6	7,4	6,9	7,0	4,5	6,4	5,8	6,2	9,3	7,1	9,4	8,4	45,6	6,0
Novembro	3,9	9,2	12,1	7,5	8,6	6,5	4,7	6,4	6,6	6,6	7,4	8,3	7,5	9,5	44,4	6,1
Dezembro	3,7	10,9	9,3	7,7	8,6	6,3	4,5	6,7	6,3	7,4	6,4	9,4	8,2	12,8	48,3	6,6
Média Ano	4,2	9,7	9,4	7,8	7,8	7,6	4,4	7,0	7,4	6,7	9,1	8,4	11,4	9,9	37,4	7,1

f=frequência; v=velocidade(km/h)

Quadro 2 – Médias mensais da frequência e velocidade do vento



Mapa 11 – Médias mensais da frequência e velocidade do vento no Concelho de Alijó

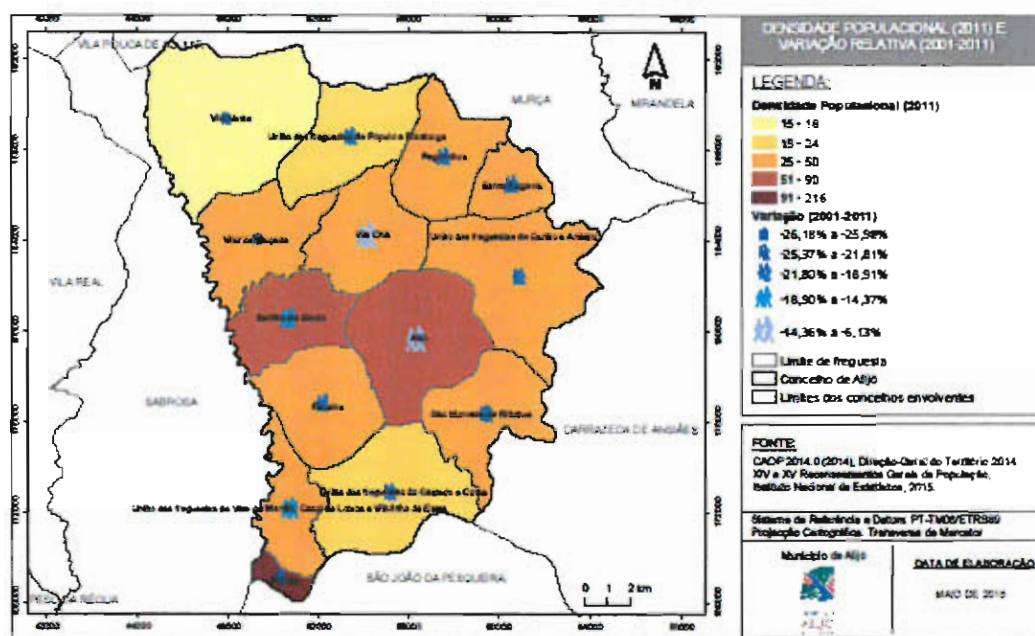
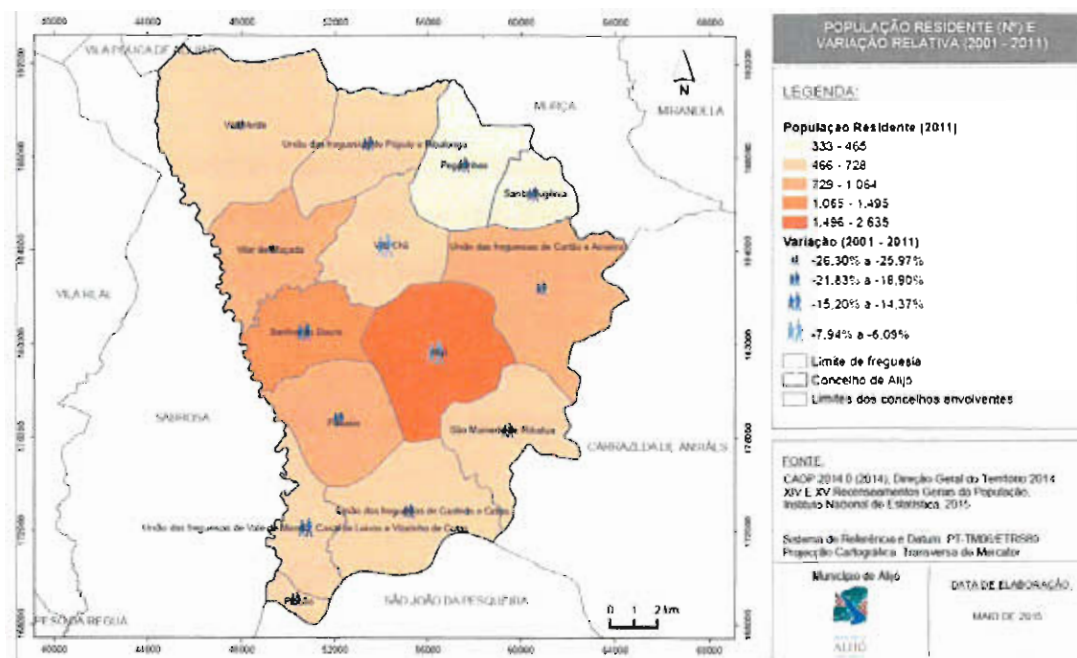
O vento é um dos fatores mais importantes a afetar a propagação do fogo, tendo já contribuído para a dificuldade de extinção de grandes incêndios e alterado assim a paisagem do Concelho.

A frequência do vento é mais elevada no quadrante Oeste, o mesmo acontece para os valores da velocidade do vento.

Já os valores mais baixos são verificados para os ventos que sopram a Norte embora apresentem uma velocidade, média de 9,7 Km/h.

3. Caracterização da População

3.1. População Residente e Densidade Populacional



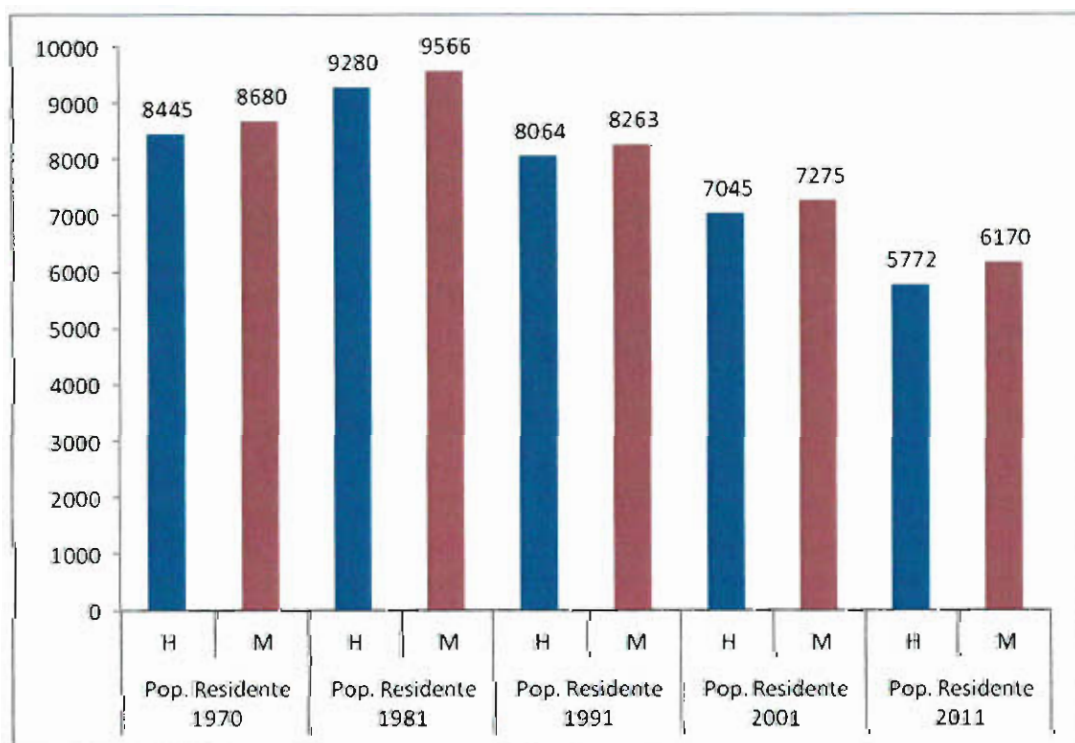
A população é um elemento estratégico que está diretamente relacionada com o sistema económico, social e territorial, interferindo na definição de uma política e de um esquema de ordenamento do território.

Caderno I – Diagnóstico

A regressão demográfica observada nas regiões do interior do nosso território, ao longo dos últimos anos motivou a deslocalização das famílias para as cidades e principalmente para o estrangeiro. Este fenómeno, intimamente relacionado com a sobrevivência e a procura de bem-estar, transformou os espaços rurais e aldeias, antes plenos de actividade, em lugares abandonados e os povoamentos florestais deixaram de ser conduzidos, pois a população ficou idosa e sem forças para trabalhar no campo.

Analisando o gráfico no que diz respeito à distribuição da população residente no Concelho de Alijó, observa-se que é a freguesia de Alijó que detém o maior número de habitantes, pois em 2011 (à data dos Censos), residiam aqui 2.635 indivíduos (correspondendo a cerca de 22% da população total do concelho). Seguem-se as freguesias de Sanfins do Douro e Favaios, com 1.495 indivíduos e 1.064 indivíduos, respetivamente. Em oposição, as freguesias de Pegarinhos (465 indivíduos) e Santa Eugénia (333 indivíduos), são as que detém de menor número de habitantes.

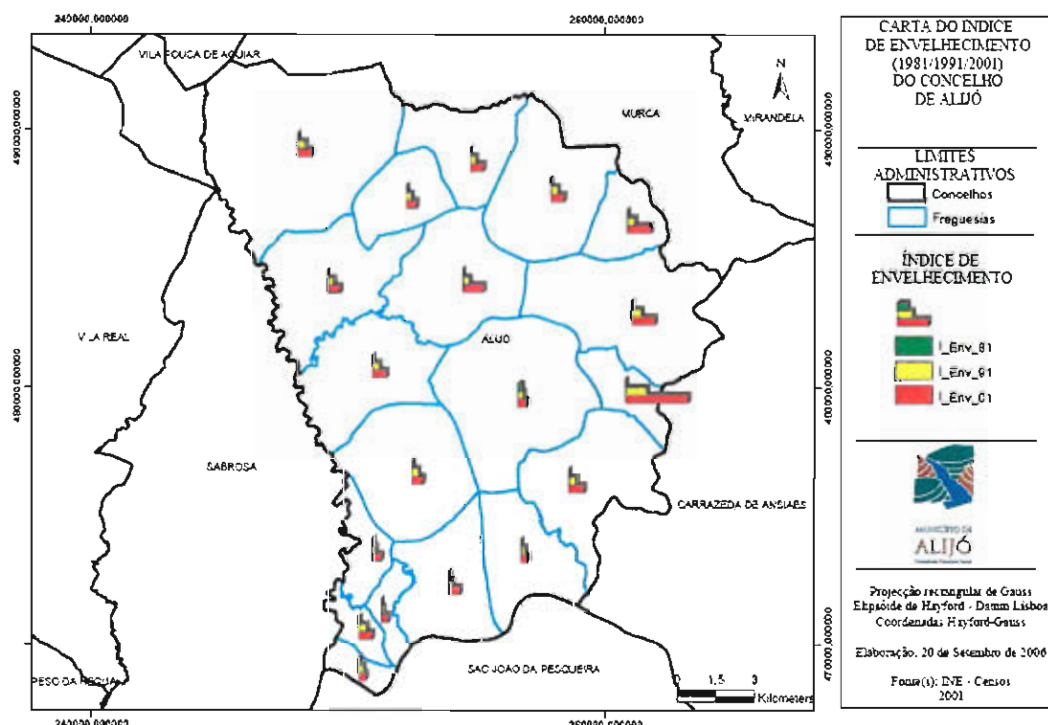
Através da comparação dos Censos 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011 verifica-se uma diminuição na população residente, o que leva a que os terrenos sejam cada vez mais abandonados e a carga de combustível vá aumentando.



Caderno I – Diagnóstico

No que concerne à variação da população entre os anos de 2001 e 2011 importa indicar que todas as freguesias que constituem o Concelho de Alijó perderam população entre este período de tempo. O decréscimo mais acentuado registou-se nas freguesias de Vila Verde (-26,30%), Vilar de Maçada (-25,97%) e Pinhão (-21,83%). Já nas freguesias de Vila Chã (-7,94%) e Alijó (-6,09%), o decréscimo foi menos acentuado.

3.2. Índice de Envelhecimento (1981/1991/2001) e Sua Evolução (1981-2001)

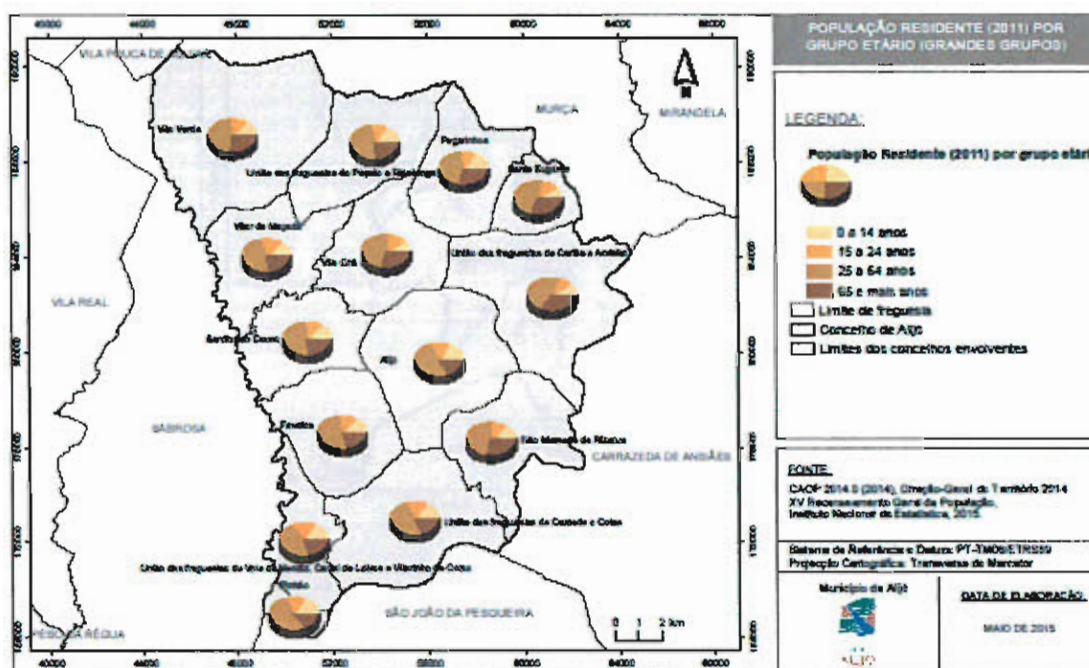
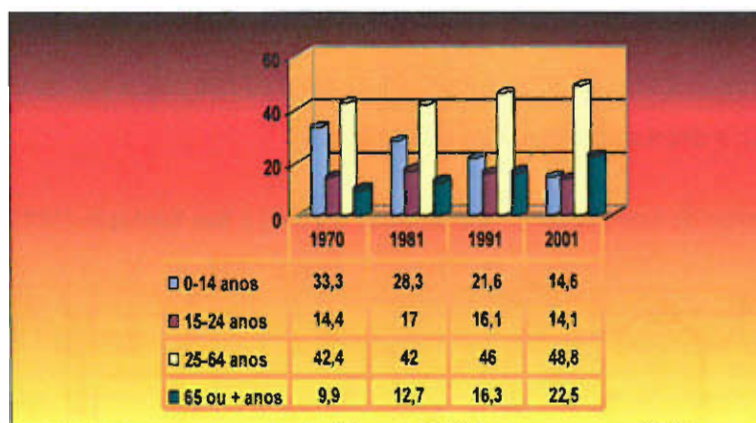


Evolução do Índice de Envelhecimento no Concelho de Alijó 1970-2001

Concelho	Índice Envelhecimento 1970	Índice Envelhecimento 1981	Índice Envelhecimento 1991	Índice Envelhecimento 2001
Alijó	29,7	45,3	75,8	127,5



Distribuição da População por Escalão Etário (1970-2001):



A tendência do aumento do índice de envelhecimento acompanha os valores nacionais. Os valores apresentados são de carácter concelhio pois não existem dados ao nível das Freguesias.

Verifica-se que no ano de 2001 o índice de envelhecimento aumentou em todas as Freguesias. O gráfico permite obter uma visão de conjunto das estruturas de idades da população residente no concelho de Alijó. Ao elaborar este quadro, que pretende representar as diferentes pirâmides etárias do concelho em estudo desde 1970 a 2001, pretendeu-se tornar mais rápida e fácil a visualização da evolução da mesma donde se escolheu os seguintes

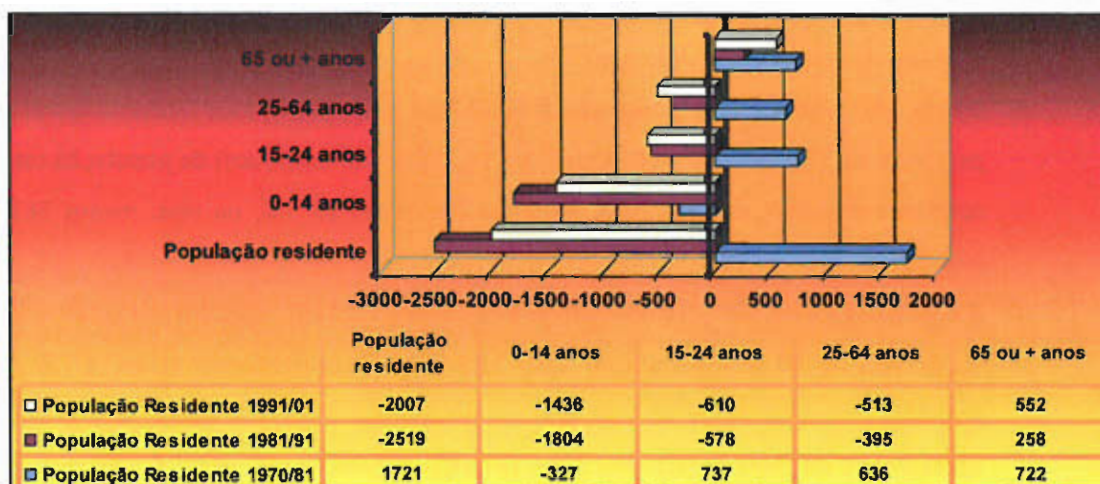


grupos funcionais: 0-14 anos (população infantil), 15-24 anos (população jovem), 25-64 (população activa), 65 ou mais anos (população idosa).

É possível então afirmar que, segundo o gráfico:

- ✓ Desde 1970 até 2001, a população infantil tem vindo a diminuir acentuadamente passando de 33,3 % (5700 indivíduos) para 14, 6% (2086 indivíduos) da população total residente em Alijó, ou seja, uma diferença de menos 18, 7%, ou seja, menos 3614 indivíduos;
- ✓ A população jovem tem, também, vindo a decrescer, contudo regista o seu maior valor na década de 80, contando com 3207 indivíduos, representando assim, 17 % da população total residente no concelho em estudo, em 1981. Por outro lado, o valor apresentado por este escalão em 2001 (14,1%) aproxima-se do valor do mesmo, em 1970 (14,4%);
- ✓ O escalão etário referente à população activa sofreu uma quebra entre 1970 e 1981 de cerca de menos 636 indivíduos (0,4% da população total residente no concelho de Alijó). Contudo, regista um aumento de 6,8 % a partir da década 80 até 2001. Facto que pode ser explicado pela recepção de cidadãos portugueses oriundos das antigas colónias e pelo aumento da emigração oriunda dos países de Leste, Brasil, entre outros;
- ✓ Relativamente, à população idosa, esta tem vindo a constatar um aumento significativo no peso da estrutura etária do concelho de Alijó, representando em 2001 cerca de 22,5 % da população total residente. O que comparativamente a 1970, significa um aumento de 1532 idosos.

Evolução da Variação da População Residente no Concelho de Alijó, por Escalões Etários, entre 1970 a 2001



Desta forma, e como é possível verificar no gráfico acima, o Concelho de Alijó aproxima-se da pirâmide etária com duplo envelhecimento, quer isto dizer que a proporção de jovens diminuiu e a proporção de idosos aumentou. Esta evolução demográfica de duplo envelhecimento transmite o modelo típico de países desenvolvidos, onde a mortalidade e a natalidade são baixas, com baixas proporções de população infantil e altas proporções de idosos. Por outro lado, é claramente visível que o município tem vindo a perder população, o que espalha o cenário que tem vindo a instalar-se nas regiões do interior de Portugal.



3.3. População por Setor de Atividade (1991-2001)

População Residente Empregada no Concelho de Alijó no Sector Primário e por Sexo 1991-2001

Anos	Sector Primário		
	Alijó		
	HM	H	M
1991	2536	1867	669
2001	1833	132	1701

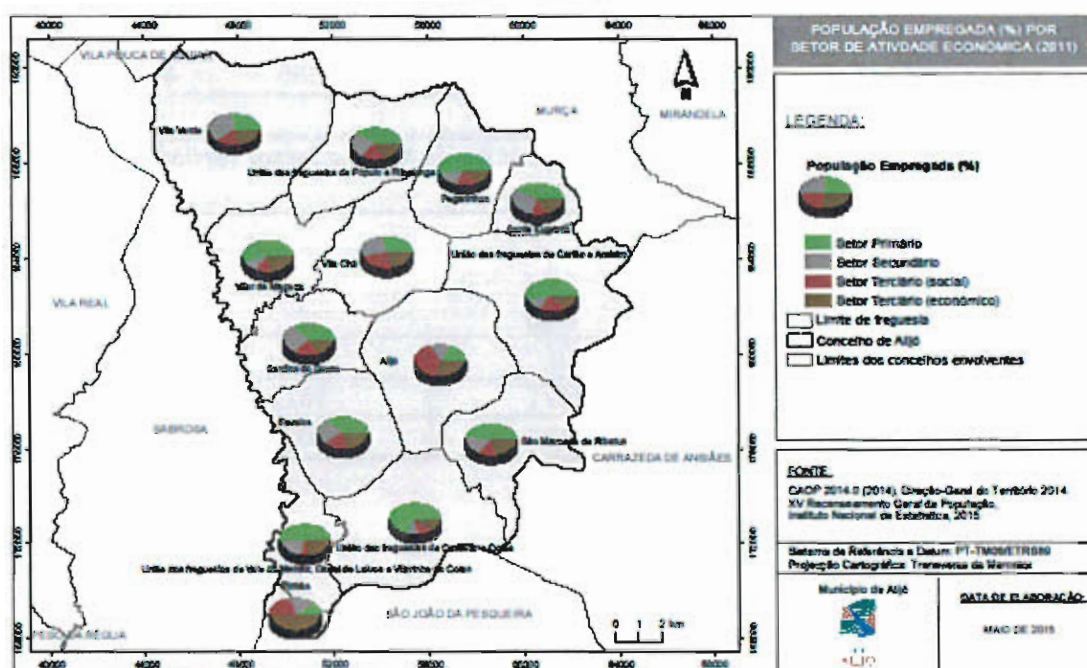
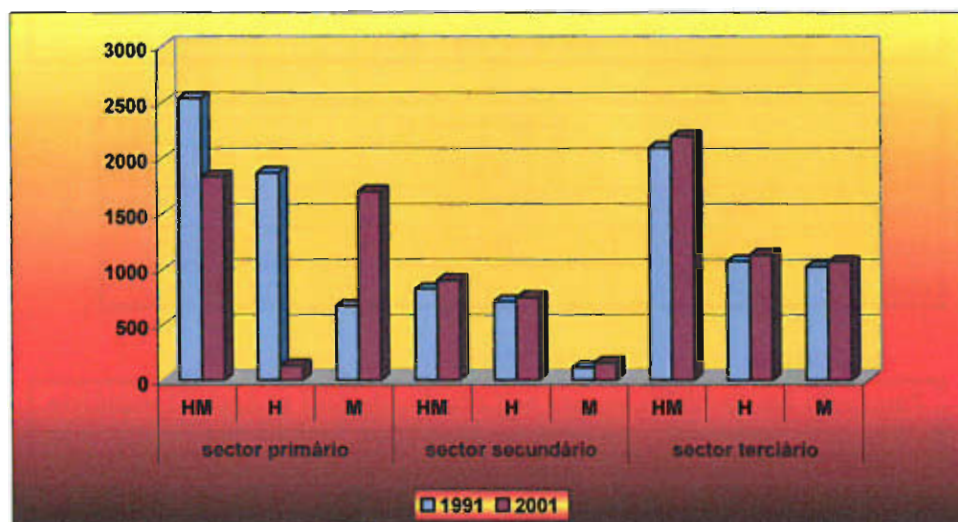
População Residente Empregada no Concelho de Alijó no Sector Secundário e por Sexo 1991-2001

Anos	Sector Secundário		
	Alijó		
	HM	H	M
1991	819	706	113
2001	900	744	156

População Residente Empregada no Concelho de Alijó no Sector Terciário e por Sexo 1991-2001

Anos	Sector Terciário		
	Alijó		
	HM	H	M
1991	2092	1971	1021
2001	2195	1129	1066

População Residente Empregada no Concelho de Alijó, segundo o Sector de Actividade, por Sexo, 1991 e 2001



O Concelho de Alijó apesar de ser um Município com características rurais, tem vindo a conhecer um claro aumento do sector terciário com o consequente decréscimo de emprego no sector primário, que regista menos 703 indivíduos.

É possível, então, afirmar que actualmente o Concelho de Alijó emprega mais população no sector primário (37,2%) e terciário (44,5%), do que no sector secundário (18,3%), apesar deste último ter registado um pequeno acréscimo. Sendo que o sector primário perdeu grande parte dos seus efectivos do sexo masculino (em 1991 registava 73,6% de homens empregues no

sector primário para em 2001 registar apenas 7,2%, um decréscimo na ordem dos 66,4%), passando a empregar mais mulheres.

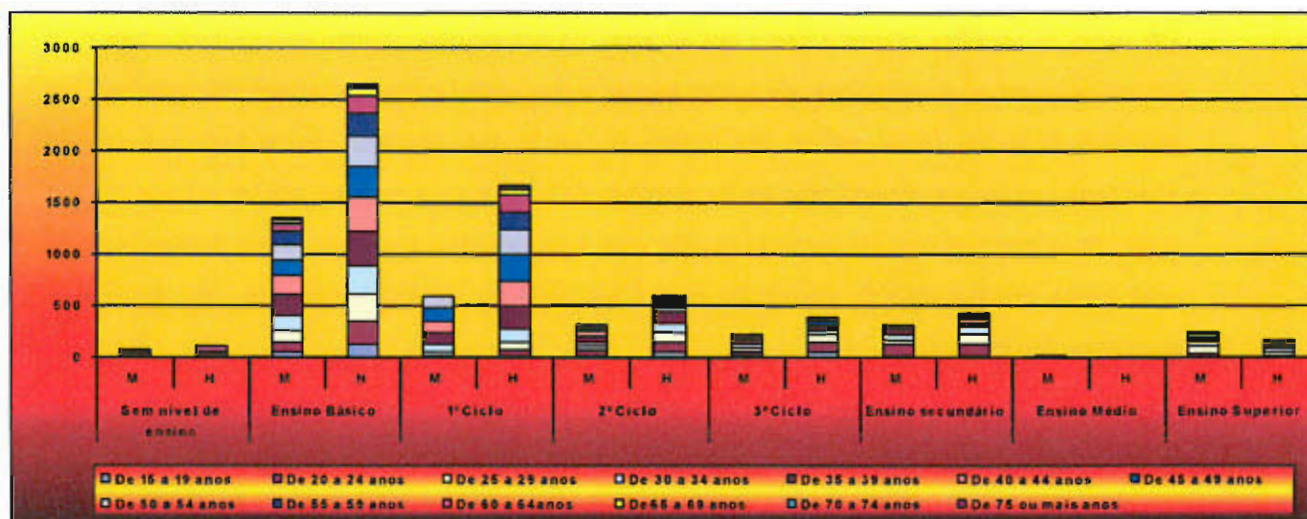
3.4. Taxa de Analfabetismo (1981/1991/2001)

Analfabetos 10 ou + anos	
HM	H
1998	755

Tx Analfabetismo em 1991
HM
15,4

Tx Analfabetismo em 2001
HM
15,2

População Residente com Actividade Económica, com 15 ou mais anos, segundo o Grupo Etário, Nível de Instrução e Sexo



Esta população apresenta ainda níveis de instrução muito baixos, sendo que a grande maioria possui o ensino básico e o primeiro ciclo, o que demonstra a elevada taxa de abandono escolar.

Por outro lado, é visível ainda, através do gráfico que apesar da população residente no concelho ser maioritariamente constituída pelo sexo feminino, verificamos um predomínio do sexo masculino ao longo dos diversos níveis escolares. Contudo são também os homens os pioneiros do abandono escolar, sendo que o sexo feminino predomina face ao sexo masculino no que respeita ao ensino superior.

Relativamente ao nível de instrução, verifica-se:

- ✓ O escalão etário dos 60 aos 64 anos predomina na categoria “sem qualquer nível de ensino”;
- ✓ No primeiro ciclo do ensino básico, são os escalões dos 40 aos 44 anos e dos 45 aos 49 anos os que mais se destacam;



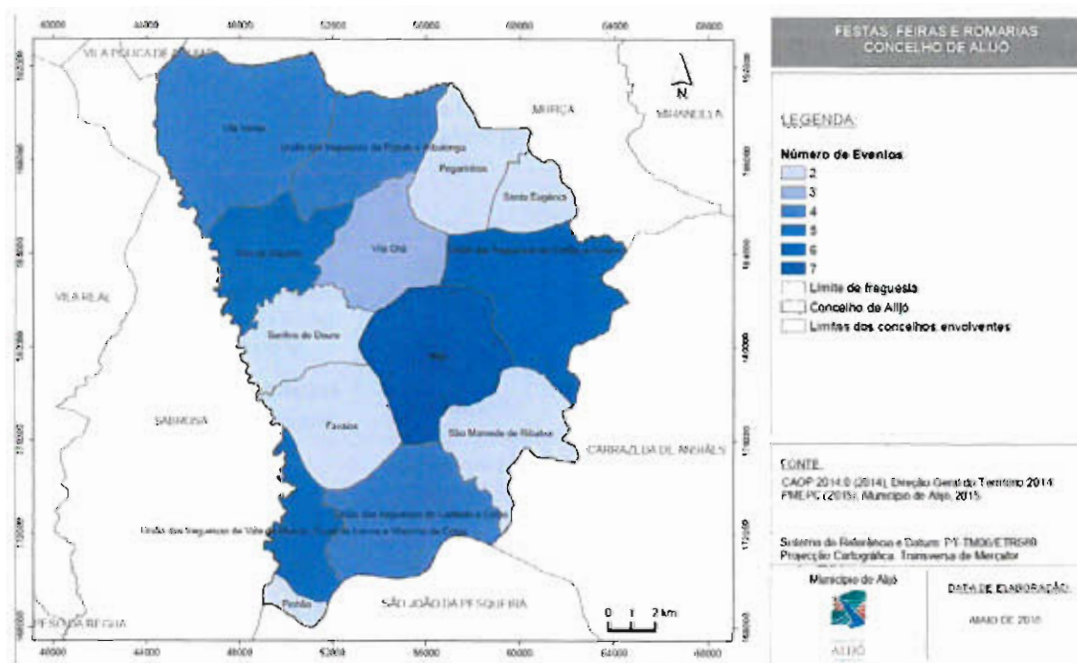
Caderno I – Diagnóstico

- ✓ O segundo ciclo do ensino básico apresenta valores mais elevados nos escalões dos 25 aos 29 anos, dos 30 aos 34 anos e, ainda, dos 35 aos 34 anos;
- ✓ O terceiro ciclo do ensino básico e o ensino secundário é dominado pela população com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos;
- ✓ O ensino médio, independentemente do escalão etário é insignificante quanto ao nível da instrução da população residente no Município.
- ✓ A população com idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos são os que apresentam uma maior escolarização, sendo o escalão que predomina ao nível do ensino superior.

Em suma, os escalões etários a partir dos 34 anos, na sua grande maioria, apresentam níveis de instrução até ao segundo ciclo do ensino básico, o que pode ser explicado pelas dificuldades económicas destas faixas etárias em continuar com a sua escolarização, e pelo grande abandono escolar e a entrada precoce no mercado de trabalho. Os escalões etários até aos 25 anos são os que registam um percurso escolar mais regularizado e completo, o que demonstra uma maior preocupação da população com a educação, e consequentemente uma maior escolarização dos jovens.

3.5. Romarias e Festas

A análise das festas, feiras e romarias, tem como objetivo principal entender quais são os eventos que ocorrem no concelho de Alijó, pois estes são normalmente sinónimo de um elevado número de pessoas, podendo assim constituir um fator exposto e sensível, que deverá merecer atenção especial no âmbito dos incêndios florestais. Importa ainda referir que grande parte dos eventos está associado o lançamento de material pirotécnico, podendo ser uma ameaça à ocorrência de incêndios florestais.



Com a nova legislação a situação torna-se mais controlada e reforçada a vigilância na celebração das festas mais tradicionais.

No município de Alijó ocorrem no total 50 eventos festivos, podendo estes ser feiras e festas associadas a tradições religiosas.

Conforme evidenciado, ocorrem no concelho de Alijó 14 feiras, podendo estas ser mensais/quinzenais (8 feiras) ou anuais (6 feiras). As restantes festividades correspondem a festas e romarias associadas a tradições religiosas, que ocorrem especialmente nos meses de verão (em particular nos meses de Agosto com 17 eventos e julho com 7 eventos), ocorrendo ainda 7 eventos no mês de setembro.



Freguesia	Local	Data	Designação	Caraterização
Aljô	Monte da Cunha	1.º domingo de julho	Festa em honra da Nossa Senhora dos Prazeres	...
	...	14 de agosto	Feira Anual	Feira alusiva às festividades de Santa Maria Maior, também chamada de feira franca
	...	11 e 24 de agosto	Feira Quinzenal	Feira que se realiza quinzenalmente na sede de concelho, nomeadamente nos dias 11 e 24 de cada mês
	...	15 de agosto	Festa em honra de Santa Maria Maior	...
	Presandães	18 a 21 de agosto	Festa em honra da Nossa Senhora das Dores	...
		Feriado Municipal 11 de novembro	Feira de São Martinho	Feira dedicada ao São Martinho, também dia de feriado municipal em Aljô. A feira, uma das maiores do ano, estende-se por toda a vila, onde pode comprar-se praticamente de tudo
Favaios	...	2º domingo de cada mês	Feira Mensal	Feira Mensal que se realiza uma vez por mês na vila de Favaios
	...	1º domingo de agosto	Festa em honra de Jesus do Outeiro	...
Pegarinhos	...	3º domingo de cada mês	Feira Mensal	Feira Mensal que se realiza uma vez por mês na Freguesia de Pegarinhos
	...	Último domingo de agosto	Festa em honra da Nossa Senhora dos Aflitos	
Sanfins do Douro	...	Dia 4 de cada mês	Feira Mensal	Feira Mensal que se realiza uma vez por mês na vila de Sanfins do Douro.
	...	2.º domingo de agosto	Festa em honra da Nossa Senhora da Piedade	...
Santa Eugénia	...	Penúltimo domingo de agosto	Festa em honra de Santa Bárbara	...
	...	11 de setembro	Festa em honra de Santa Eugénia	...

Freguesia	Local	Data	Designação	Caraterização
São Mamede de Ribatua	...	1.º fim-de-semana de maio	Feira da Laranja	Feira de exposição de produtos da terra, evidenciando o produto mais típico da freguesia, a laranja, de sabor delicioso e inconfundível muito apreciada na região. A Feira tem uma duração de 2 dias onde se evidenciam os produtos regionais, a gastronomia e o artesanato.
	...	1.º domingo de setembro	Festa em honra da Nossa Senhora das Graças	...
Vila Chã	...	25 de julho	Festa em honra de São Tiago	...
	...	2.º domingo de agosto	Festa em honra da Nossa Senhora das Neves	...
	...	8 a 11 de setembro	Festa em honra de Santa Bárbara	...
Vila Verde	...	6 de janeiro	Feira dos Reis	Feira de tradições ancestrais, que ainda perdura na freguesia de Vila Verde. Trata-se essencialmente de uma feira de gado.
	...	2.º domingo de agosto	Festa em honra de Santa Marinha e São Sebastião	...
	Perafita	13 a 16 de agosto	Festa em honra do Senhor dos Milagres	...
Vila Verde	Souto de Escarção	8 de setembro	Festa em honra da Nossa Senhora da Guia	...
Vila de Maçada	...	Dias 12 e 26	Feira Mensal	Feira Mensal que se realiza uma vez por mês na Freguesia de Vilar de Maçada.
	...	2.º domingo de julho	Festa em honra do Senhor Jesus da Capelinha	...
	Francelos	18 a 21 de agosto	Festa em honra do Senhor do Monte	...
	Sanradela	21 a 23 de agosto	Festa em honra de Santa Luzia	...
	...	18 de setembro	Festa em honra de São Sebastião	...
Pinhão	...	1.º domingo de cada mês	Feira Mensal	Feira que se realiza uma vez por mês na vila do Pinhão.
	...	2.º domingo de julho	Festa em honra da Nossa Senhora da Conceição	...



Caderno I – Diagnóstico

Freguesia	Local	Data	Designação	Caraterização
União de freguesias de Carlão e Amieiro	Carlão	Dia 7 de cada mês	Feira Mensal	Feira Mensal que se realiza uma vez por mês na Freguesia de Carlão.
	Carlão	5 de fevereiro	Festa em honra de Santa Águeda	...
	Carlão	1.º domingo de maio	Festa em honra de Santa Bárbara	...
	Amieiro	Último domingo de julho	Festa em honra da Santa Luzia	...
	Carlão	3.º domingo de agosto	Festa em honra da Nossa Senhora Dos Remédios	...
União de freguesias de Carlão e Amieiro	Franzihal	11 a 14 de agosto	Festa em honra de São Gens	...
União de freguesias de Castedo e Cotas	Castedo	24 de junho	Festa em honra de São João	...
	Castedo	Último domingo de julho	Festa em honra da Nossa Senhora das Dores	...
	Cotas	8 de setembro	Festa em honra da Nossa Senhora das Dores	...
	Cotas	30 de novembro	Festa em honra de São André	...
União de freguesias de Pópulo e Ribalonga	Pópulo	4º domingo de cada mês	Feira Mensal	Feira Mensal que se realiza uma vez por mês na freguesia do Pópulo.
	Ribalonga	26 de julho	Festa em honra de Santa Ana	...
	Ribalonga	1º domingo de agosto	Festa em honra de Santa Bárbara	...
	Pópulo	1.º domingo de setembro	Festa em honra da Nossa Senhora da Boa Morte	...
União de freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas	Vale Mendiz	2º fim-de-semana de junho	Feira das Antiguidades	Feira/ Exposição de Antiguidades e velharias, destinada a colecionadores e público em geral.
	Vale Mendiz	Dia Corpo de Deus	Festa em honra da Nossa Senhora dos Aflitos	...
	Casal de Loivos	24 de agosto	Festa em honra de São Bartolomeu	...
	Vale de Mendiz	4 de agosto	Festa em honra de São Domingos de Gusmão	...



Caderno I – Diagnóstico

Freguesia	Local	Data	Designação	Caraterização
União de freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas	Vilarinho de Cotas	Último domingo de agosto	Festa em honra de Santa Bárbara	...

No que se refere à distribuição espacial das festas e romarias do município de Alijó, verifica-se que ocorrem em todas as freguesias eventos festivos durante o ano. As freguesias de Alijó e União de Freguesias de Carlão e Amieiro correspondem àquelas onde ocorrem mais festividades, com um total de 7 e 6 eventos, respetivamente. Já na freguesia de Vilar de Maçada, ocorre 5 eventos e na freguesia de Vila Verde, União de freguesias de Castedo e Cotas e União de freguesias de Pópulo e Ribalonga ocorrem, em cada uma, 4 eventos festivos durante todo o ano. No que se refere às restantes freguesias, correspondem àquelas onde ocorre o menor número de festas e feiras, ocorrendo entre 2 a 3 eventos.

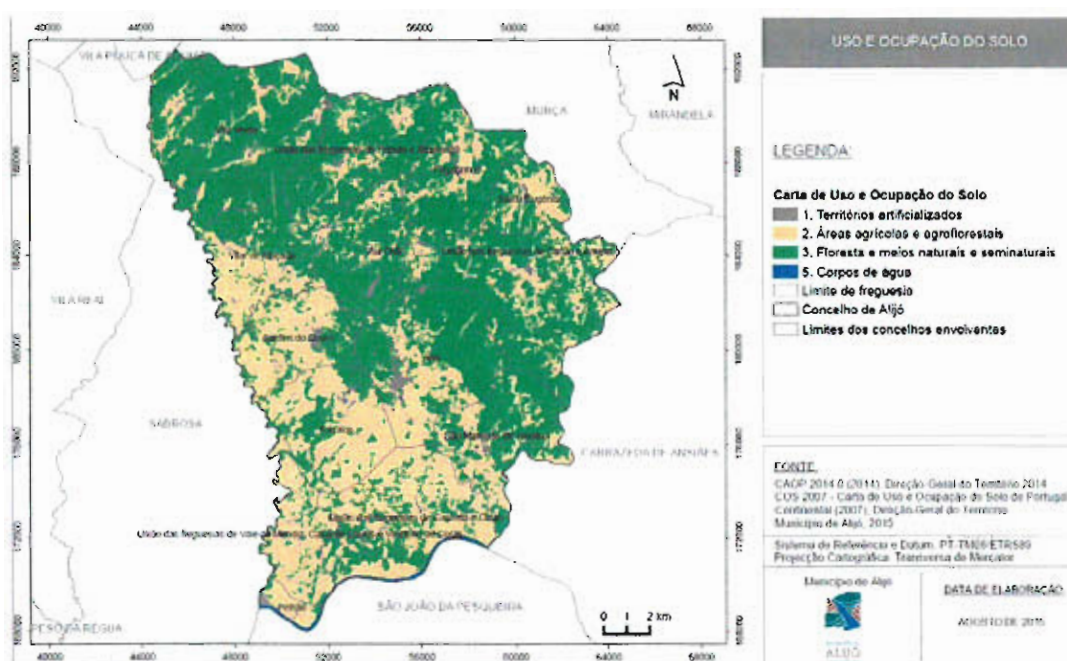
Podemos concluir que as festas e romarias ocorrem com mais frequência nos meses de Verão, durante o Período Crítico, a população aumenta neste meses, muitos deles emigrantes que aproveitam esta altura do ano para limpar os seus terrenos, situações associadas aos comportamentos de risco que originam incêndios florestais.

Os mapas foram elaborados com os limites administrativos antigos para uma melhor visualização e operacionalização, em caso de ocorrências, nas diversas aldeias e vilas do Concelho de Alijó.

4. Caracterização do uso e ocupação do solo e zonas especiais

4.1 Uso e Ocupação do Solo

O Concelho de Alijó apresenta uma área total de 29 760 ha, sendo 17 032 ha ocupada por espaços florestais, ou seja, cerca de 57% do território é ocupado por floresta, matos e pastagens e outras formações vegetais espontâneas. A espécie predominante é o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), sendo as espécies arbóreas com mais relevância a seguir ao pinheiro bravo o carvalho e castanheiro.



Mapa 13 – Uso e Ocupação Solo do Concelho de Alijó

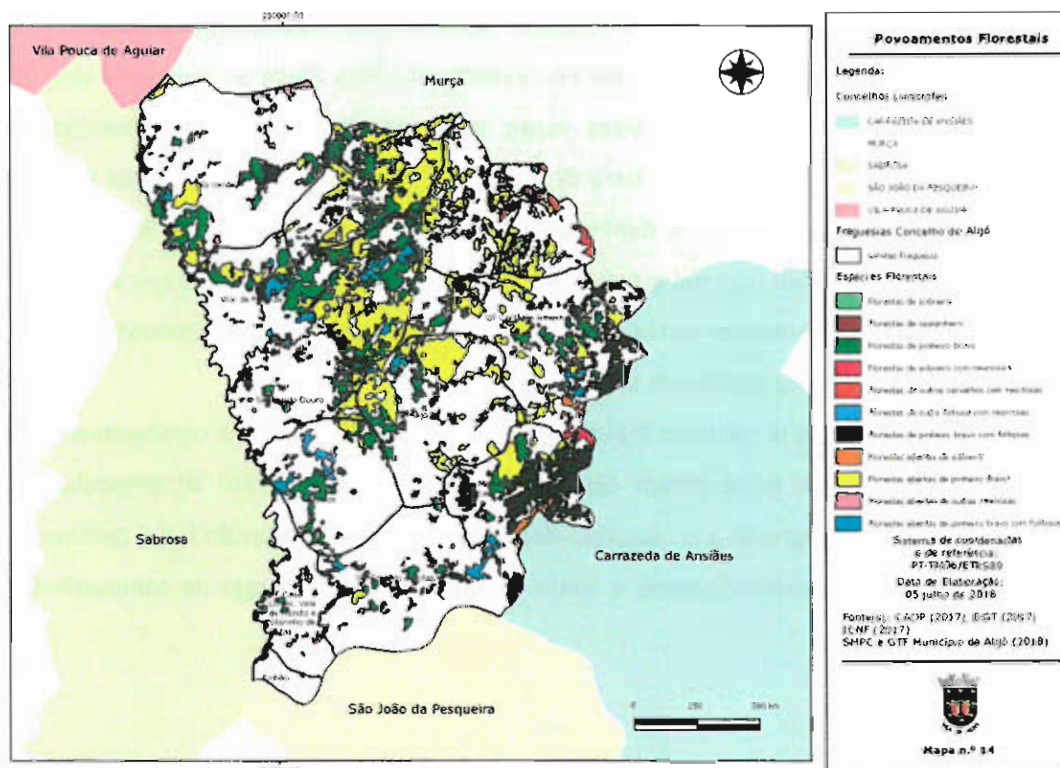
(Para a elaboração do uso do solo teve-se por base a Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2007 (COS 2007 – DGT)

Este Concelho tem uma paisagem actualmente muito humanizada, condicionada por marcantes características edafo-climáticas que o delimitam em duas grandes Zonas, a Zona Norte do Concelho caracterizada pela pequena agricultura e por grandes áreas de potencial florestal, e a Zona Sul caracterizada pela vinha do Douro.

Assim, a economia agrária de Alijó assenta sobretudo no sistema de agricultura vitivinícola do Douro, e no sistema de Batata, Centeio e Pecuária das Zonas de Montanha, com uma área

agrícola total de 11 549 ha. Por outro lado, a exploração florestal fornece ainda rendimentos para as explorações e povoações do Concelho, principalmente a Norte do Concelho com os povoamentos de Pinheiro Bravo e Castanheiro e junto ao Rio Tua com os povoamentos de Sobreiro (exploração de cortiça).

4.2 Povoamentos Florestais



Mapa 14 – Povoamentos Florestais do Concelho de Alijó

Como foi referido, as superfícies florestais do Concelho de Alijó que representam cerca de 57% da totalidade do território têm especial incidência para a parte Norte do Concelho, coincidindo com as Freguesias mais desfavorecidas, despovoadas e com solos sem aptidão para práticas agrícolas competitivas no actual quadro Comunitário.

Nestas áreas ocorrem com maior frequência povoamentos puros de Pinheiro Bravo, com fraca capacidade madeireira devido à ausência de intervenções silvícolas, surgindo ainda, embora menos frequentemente esta espécie associada a folhosas espontâneas como Carvalhos (*Quercus spp.*) e Sobreiro (*Quercus suber*).



Caderno I – Diagnóstico

A Norte denota-se que são raros os povoamentos puros de Folhosas, surgindo apenas algumas explorações de Castanheiro em regime de produção de fruto (conforme levantamento do Município de Alijó em colaboração com a AFLODOUNORTE – Associação Florestal do Vale do Douro Norte e dados obtidos através da 3ª Revisão do Inventário Florestal Nacional).

As Freguesias localizadas junto ao Rio Tua, parte de Carlão, Amieiro e S. Mamede de Ribatua são exceções no que se refere às espécies predominantes, pois para além do Pinheiro Bravo existem povoamentos de Sobreiro, sendo alguns dos casos com carácter exploratório.

Esta caracterização da ocupação do solo do Concelho de Alijó aliada ao crescente abandono das terras, à desertificação das áreas rurais e ao envelhecimento da população, têm contribuído para o aumento do número de ignições e da área ardida nos últimos anos. Este aumento de ignições, deve-se à diminuição da influência do ser humano e consequente aumento do combustível florestal que fica nos terrenos, ou seja, a população que antigamente retirava o material vegetal das matas, hoje em dia não o faz porque não se encontra nas zonas rurais ou são idosos para realizarem esse trabalho.

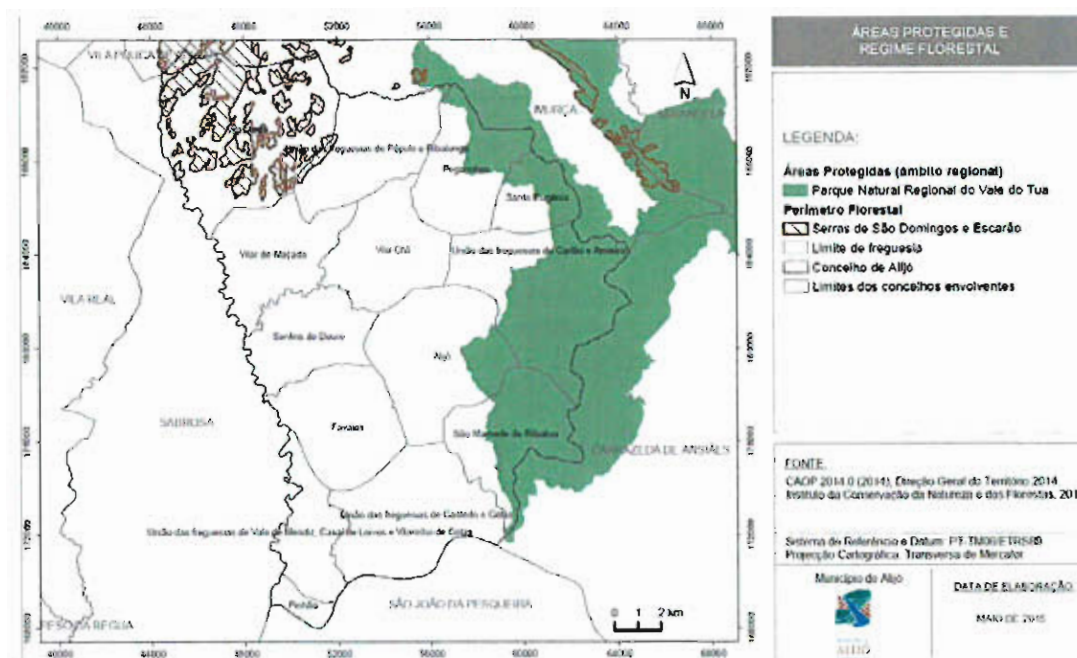
Assim os povoamentos de pinheiro bravo (responsáveis pela libertação de combustíveis finos e de fácil ignição) que representam cerca de 57% dos povoamentos desempenham um importante papel na ignição e propagação dos incêndios florestais devido à sua continuidade horizontal, razão superfície/volume, e ainda devido às elevadas cargas de combustível que apresenta.



Caderno I – Diagnóstico

Freguesias	Área Florestal (ha)	Pinheiro Bravo	Sobreiro	Castanheiro	Carvalho	Asinhira	Outras Resinosas	Outras Folhosas	Matos	Vegetação Arbustiva Herbácea
Alijó	1473,9	1157,4	---	---	---	---	11	4,4	301,1	---
Amieiro	467,2	381,3	1,9	---	---	---	---	---	84	---
Carlião	1742,9	989,9	109,6	5,7	42	---	---	16,3	579,4	---
Casal de Lóvros	82,4	68,2	4	---	5,1	5,1	---	---	---	---
Castêdo	287	249,8	---	---	5	---	11	1,1	20,1	---
Cotas	481,5	371,1	---	---	---	---	---	1,6	99,1	9,7
Favaios	592,8	538,1	---	---	18	---	---	13,9	22,8	---
Pegarinhos	1308	620,9	---	24	249,3	---	---	34,1	374	5,7
Pinhão	31,4	16,2	3,9	---	---	10	---	1,3	---	---
Pópulo	807,7	624,1	---	39,9	11,6	---	---	109,8	22,3	---
Ribalonga	538,6	361,4	---	36	16	---	---	16,2	103,6	---
Sanfins do Douro	711,8	560	---	7,9	0,8	---	---	49	94,1	---
Santa Eugénia	475,1	270,1	---	---	887,8	---	---	6,7	110,5	---
São Mamede de Ribatua	1002,7	955,2	15	---	---	---	0,8	1,9	29,8	---
Vale de Mendiz	125,9	117,4	---	---	---	---	---	---	8,5	---
Vila Chã	1234,6	840,6	---	43,3	58,7	---	---	73,4	218,6	---
Vila Verde	3754,87	1090,3	---	54,7	55,6	---	---	341,47	3161,3	51,5
Vilar de Maçada	785,7	428,1	---	2,5	33,1	---	---	102,4	219,6	---
Vilariño de Cotas	162,4	139,5	4,5	---	6,8	10	---	---	1,6	---
Total	16066,47	9779,6	138,9	214	1389,8	25,1	22,8	773,57	5448,8	66,9

4.3 Áreas protegidas, Rede Natura 2000 (ZPE + ZEC) e regime florestal



Mapa 15 – Áreas protegidas, Rede Natura 2000 (ZPE + ZEC) e regime florestal do Concelho de Alijó

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) indica que Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) é constituída por áreas protegidas classificadas pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, e dos respetivos diplomas regionais de classificação. Em Portugal, são classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

A Rede Nacional de Áreas Protegidas é constituída pelas áreas protegidas de âmbito nacional, as áreas protegidas privadas e áreas protegidas de âmbito regional e local, sendo que no caso



Caderno I – Diagnóstico

destas últimas a integração ou exclusão na RNAP depende de avaliação da autoridade nacional.

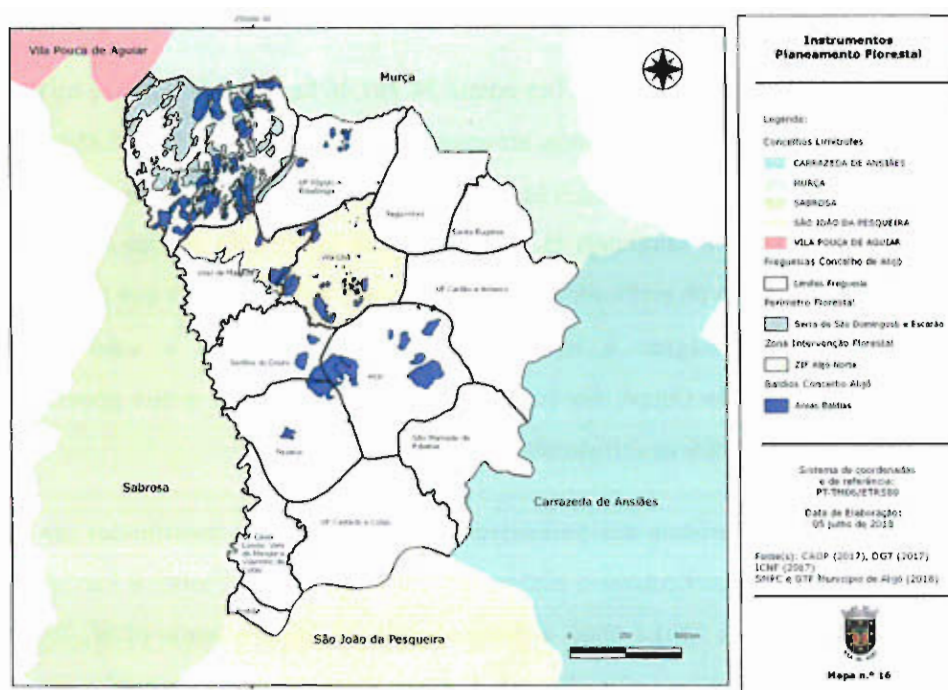
Neste sentido, o concelho de Alijó é abrangido pelo Parque Natural Regional do Vale do Tua (âmbito regional) que foi criado através do Regulamento n.º 364-A/2013, de 24 de setembro, D.R. 2.ª série, e Declaração de retificação n.º 28/2014, de 13 de janeiro, D.R. 2.ª série (Deliberação das Assembleias Intermunicipais das Associações de Municípios do Vale do Douro Norte e da Terra Quente Transmontana).

O Parque Natural Regional do Vale do Tua possui 24.767,46 hectares, e situa-se no Baixo Tua, entre os distritos de Vila Real e Bragança, abrangendo os municípios de Alijó (5.454 ha total da área), Murça (2.983 ha total da área), Vila Flor (5.875 ha total da área), Carrazeda de Ansiães (5.332 ha total da área) e Mirandela (5.122 ha total da área). Este parque é marcado pela presença de um conjunto diversificado de valores naturais e patrimoniais que importa manter e valorizar. A sua paisagem é marcada por serras, planaltos e vales encaixados, nomeadamente os de rio Douro, rio Tua e rio Tinhela, sendo que a sua geomorfologia é variada, fruto das características estruturais e litológicas específicas.

Importa ainda fazer referência aos perímetros florestais, que são constituídos por terrenos baldios, autárquicos ou particulares e estão submetidos ao Regime Florestal Parcial por força dos Decretos dos anos de 1901 e 1903, e demais legislação complementar (ICNF, 2015). Neste sentido, verifica-se que o concelho de Alijó é ainda abrangido pelo perímetro florestal das Serras de São Domingos e Escarão (ocupa cerca de 2.785 ha no concelho de Alijó).

4.4 Instrumentos de Planeamento Florestal

No Concelho de Alijó existem vários Baldios, uns geridos pelas Juntas de Freguesia e outros com Conselho Diretivo instalado e reconhecido pelo ICNF, mas poucos são aqueles que têm plano de gestão florestal ou planos de utilização de baldios, devendo-se aos poucos recursos financeiros, o que leva ao abandono das terras, ao crescimento dos matos e há não gestão dos combustíveis.

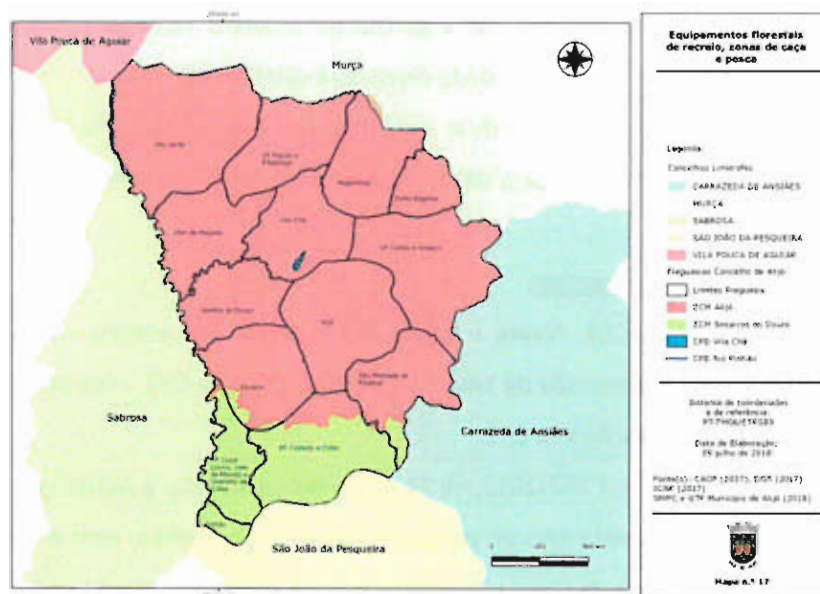


Mapa 16 – Instrumentos planeamento florestal do Concelho de Alijó

O Concelho de Alijó tem uma Zona de Intervenção Florestal, constituída por Despacho n.º15185/2009, de 6 de julho, ZIF n.º 67, Processo n.º 96/07, tendo como entidade gestora a Aflodounorte e uma área de 2 967,78ha, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Vilar de Maçada e Vila Chã.

O Concelho de Alijó apresenta ainda, na Freguesia de Vila Verde, o Perímetro Florestal S. Domingos e Escarão com uma área de 1 564,5ha.

4.5 Equipamentos Florestais de Recreio, Zonas de Caça e Pesca



Mapa 17 – Equipamentos florestais de recreio, zonas de caça e pesca do Concelho de Alijó

Em termos de DFCI, as atividades de lazer praticadas na floresta podem ter implicações negativas nestes espaços, principalmente quando são realizadas de uma forma não controlada. Se por um lado a presença humana é importante para a deteção de incêndios florestais, por outro, a prática de atividades de lazer e culturais pode contribuir para o surgimento de incêndios florestais, através da realização de fogueiras, lançamento de foguetes, entre outros.

No que diz respeito aos equipamentos florestais de recreio o Concelho de Alijó não tem nenhum de acordo com o definido pela legislação, daí não se fazer referência no mapa produzido.

Zonas de Caça Municipais:

Os recursos cinegéticos são o suporte da actividade da caça, importante factor de desenvolvimento rural de uma região, dadas as sinergias que geram nas economias locais.

A criação e adequada gestão de uma ZCM põem cobro à actividade cinegética exercida de um modo desordenado e excessivo, conduzindo à debilitação das populações selvagens de espécies cinegéticas e à degradação do património natural. A Zona de Caça Municipal



Caderno I – Diagnóstico

constitui, pois, uma mais-valia para o concelho, permitindo conciliar as expectativas dos caçadores locais com a sua capacidade de intervenção, nomeadamente através da aplicação de algumas medidas de recuperação e gestão de recursos naturais renováveis, manejo do habitat e manutenção de uma actividade cinegética sustentável.

O Concelho de Alijó é dividido por duas zonas de caça municipais, uma tendo como entidade gestora a Câmara de Alijó e a outra situada nos socalcos do Douro gerida pelo Clube de Caça e Pesca Pinhoense.

Concessões de Pesca Desportiva:

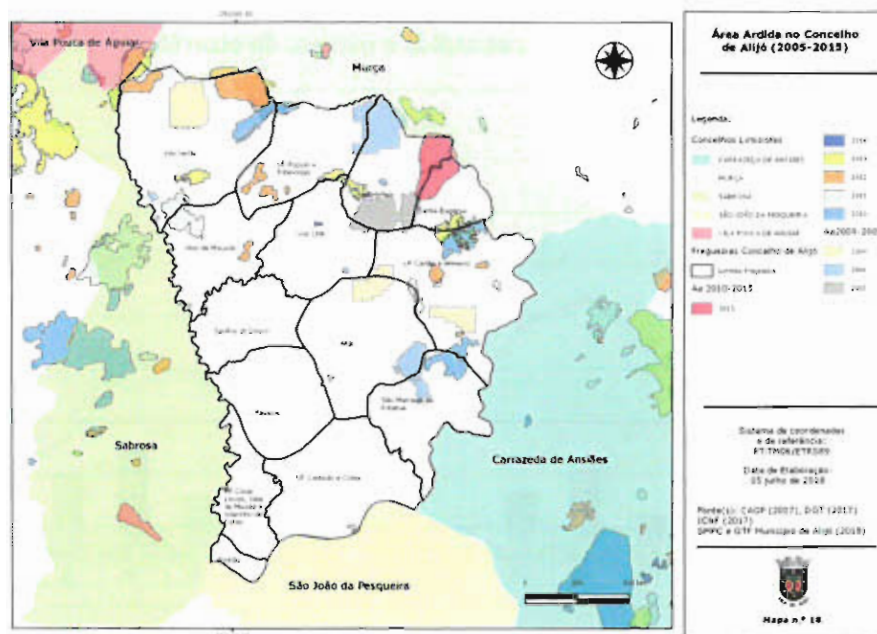
CPD Albufeira de Vila Chã, Alvará n.º 527/2017, de 12 de outubro - atribuída, à Câmara Municipal de Alijó, a concessão de pesca na albufeira de Vila Chã, com uma área aproximada de 9 ha, sita na freguesia de Vila Chã.

CPD Rio Pinhão, Alvará n.º 397/2013, de 24 de junho - atribuída, à Associação de Caça e Pesca Socalcos do Douro, a concessão de pesca no troço do rio Pinhão, com cerca de 8,05 km de extensão, desde a ponte da Quinta do Passadouro, a montante, até à sua foz no rio Douro, a jusante, freguesias de Vale do Mendiz, Casal de Loivos e Pinhão, do concelho de Alijó, e freguesias de Celeirós do Douro, Provesende, São Cristóvão do Douro e Gouvães do Douro, do concelho de Sabrosa.

CPD Rio Pinhão, Alvará n.º 407/2013, de 18 de setembro - atribuída, ao Município de Alijó, a concessão de pesca no troço do rio Pinhão, com uma extensão de 5,3 km, limitado a montante pela linha divisória entre os concelhos de Alijó e Vila Pouca de Aguiar e, a jusante, pela ponte da Balsa, freguesias de Parada de Pinhão e Torre de Pinhão do concelho de Sabrosa e freguesia de Vila Verde do concelho de Alijó.

5. Análise do Histórico e Causalidade do Incêndios Florestais

5.1 Área ardida e número de ocorrências – distribuição anual



Mapa 18 – Área ardida de 2005 a 2015 do Concelho de Alijó

A parte Norte do Concelho, durante o período de 2005 a 2015, foi percorrida por numerosos incêndios florestais que devastaram grande parte do arvoredado existente e que têm vindo a contribuir para o estado degradado atual da superfície florestal, Verificando-se que nas Freguesias de Vila Verde, Pegarinhos, Santa Eugénia, São Mamede de Ribatua, UF Carlão e Amieiro e UF Pópulo Ribalonga apresentam grandes áreas ardidas ao longo dos anos, ocorrendo em algumas zonas alguma recorrência.

Os anos de 2005, 2006, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2015, apresentam as maiores áreas ardidas.

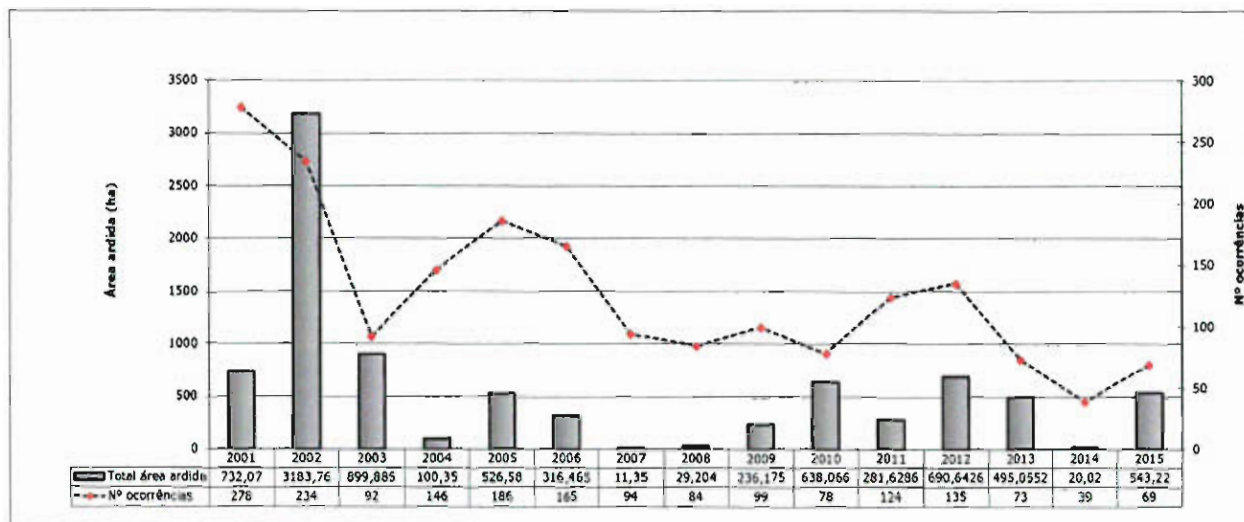
De referir que não existem dados cartografados para o ano de 2007 e 2008 para o Concelho de Alijó.

Esta calamidade deve-se essencialmente, à ausência de intervenções culturais preventivas aliada ao género de povoamentos predominantes no Concelho e ao afastamento das populações da “floresta”.

O facto de muitos terrenos florestais se encontrarem ao abandono, ou simplesmente sujeitos ao descuido dos seus proprietários leva a que os mesmos estejam cobertos por matos.

O Concelho de Alijó é, todos os anos, afetado por um considerável número de incêndios florestais. O período em análise (2001-2015) é bastante elucidativo dessa situação que ano após ano, e sobretudo no Verão, ocorre no Concelho.

Gráfico 1 - Distribuição anual da área ardida e número de ocorrências (2001-2015)



Fonte: ICNF, 2015

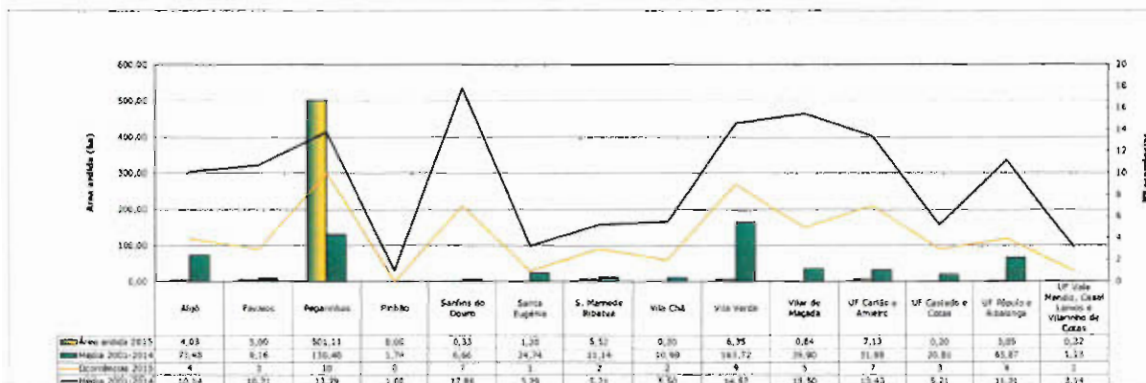
Durante este período registaram-se, no Concelho, segundo os dados disponibilizados pelo ICNF, um total de 1896 ocorrências e uma área ardida de 8704,47,79 ha (Gráfico 1).

De salientar os anos de 2002, 2003 que tiveram os valores mais elevados de área ardida do período em estudo.

Tendo em consideração os grandes incêndios, verificamos através do gráfico 1 que 2005, 2006, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2015 foram anos com área superior a 100ha.

Caderno I – Diagnóstico

Gráfico 2 - Distribuição da área ardida e número de ocorrências em 2015 e média (2001-2014) por Freguesia

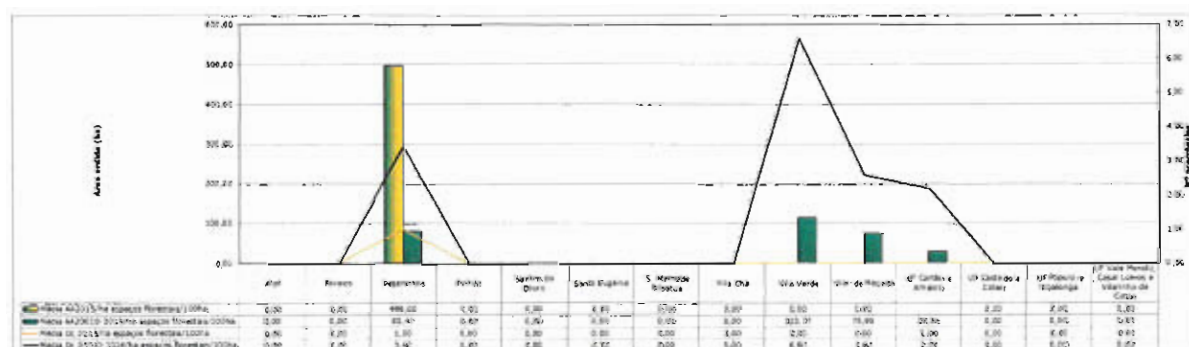


Fonte: ICNF, 2015

Ao analisarmos o gráfico 2 verificamos que são duas Freguesias, a norte do Concelho, onde se verifica a maior área ardida, Pegarinhos para o ano de 2015, com uma área ardida de 501,11ha, correspondendo a 93,6% da área total ardida, e no que diz respeito à média 2001-2014, observa-se Pegarinhos e Vila Verde, com 130,48 ha e 163,72 ha, respetivamente.

A Freguesia com maior número de ocorrências, no ano de 2015, é Pegarinhos, com 10 ocorrências, já os dados apresentados para a média 2001-2014, observa-se que Pegarinhos apresenta 13,79 ocorrências e Sanfins do Douro com 17,86.

Gráfico 3 - Distribuição da área ardida e número de ocorrências em 2015 e média (2001-2014), por hectares de espaços florestais e por Freguesia em cada 100 hectares



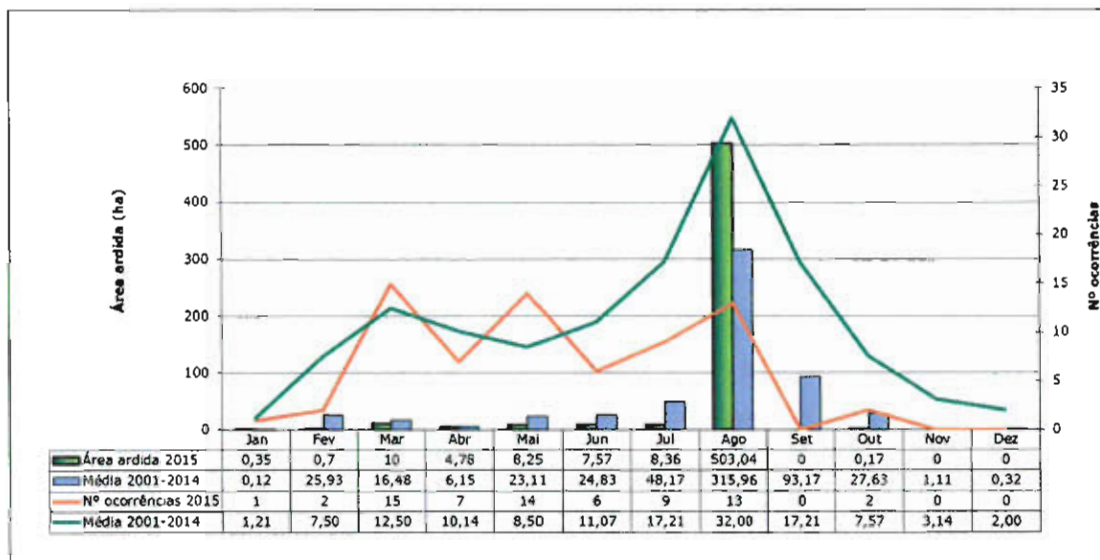
Fonte: ICNF, 2015

Para o ano 2015 podemos verificar que a Freguesia de Pegarinhos registou o maior número de ocorrências e área ardida.

No período 2010-2014 é nas Freguesias de Pegarinhos, Vila Verde, Vilar de Maçada e União de Freguesias de Carlião e Amieiro que ocorrem mais incêndios, sendo Pegarinhos a que apresenta maior área ardida.

5.2 Área ardida e número de ocorrências – distribuição mensal

Gráfico 4 - Distribuição mensal da área ardida e número de ocorrências em 2015 e média (2001-2014)



Fonte: ICNF, 2015

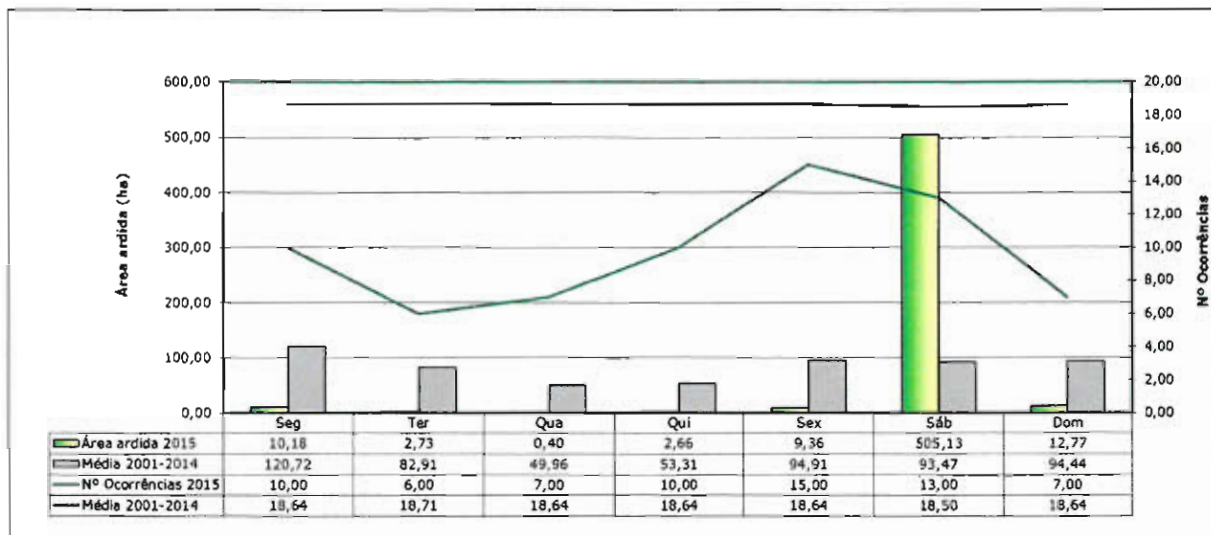
O gráfico é elucidativo que o mês de Agosto é o mês que tem maior área ardida, quer no ano 2015, quer na média de 2001 a 2014, bem como o mesmo acontece com o número de ocorrências, o reflexo desta situação é o mês do regresso dos emigrantes, das festas e romarias, ou seja, um aumento da população que por vezes têm comportamento de risco quanto ao uso do fogo.

O mês de Agosto corresponde à altura do ano que, em termos climáticos, temos temperaturas mais elevadas, valores de precipitação mais baixos e valores de humidade relativa também baixos. Todos estes fatores conjugados criam condições climáticas propícias à deflagração e propagação dos incêndios.

Em 2015 destacam-se os meses de Março, Maio e Agosto como aqueles que registaram um maior número de ocorrências, 15, 14 e 13, respetivamente.

5.3 Área ardida e número de ocorrências – distribuição semanal

Gráfico 5 - Distribuição semanal da área ardida e número de ocorrências em 2015 e média (2001-2014)



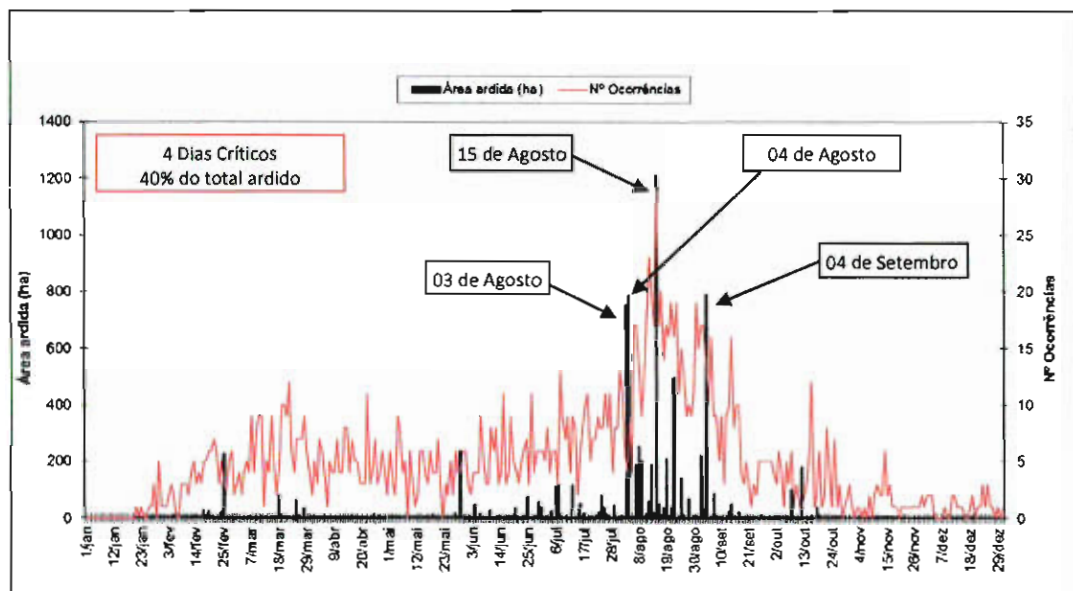
Fonte: ICNF, 2015

Verifica-se que é durante o período de fim-de-semana que o número de ocorrências e área ardida aumentam estando relacionados com disponibilidade da população, aproveitando os fins-de-semana, para realização de trabalhos, nomeadamente, queima de sobantes, provocando comportamentos de risco no uso do fogo.

Aproximadamente 30% das ocorrências se registam ao sábado mas é ao domingo que se regista 40% da área ardida.

5.4 Área ardida e número de ocorrências – distribuição diária

Gráfico 6 - Distribuição diária da área ardida e número de ocorrências em 2015 e média (2001-2014)



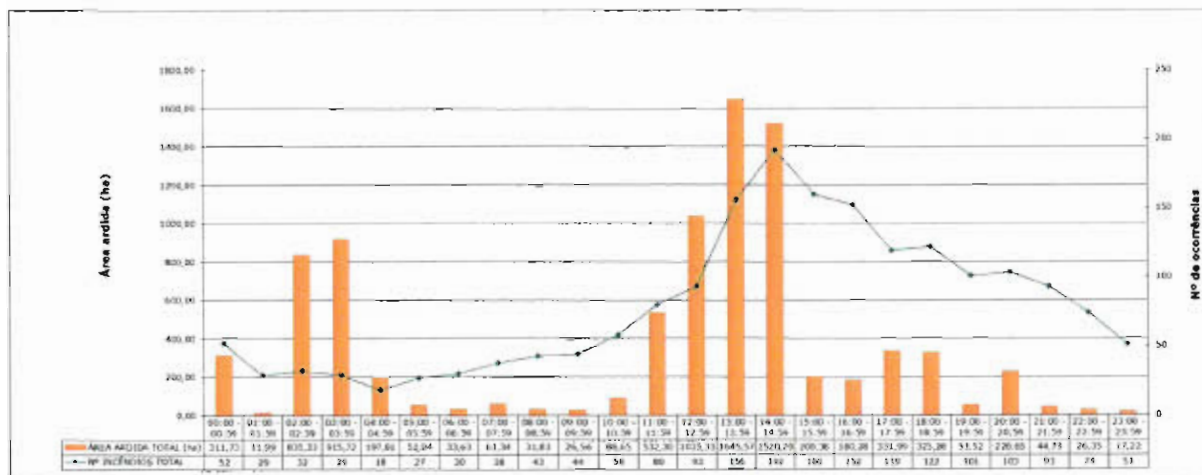
Fonte: ICNF, 2015

Com base nos valores diários acumulados do n.º de incêndios e área ardida (Gráfico 6), verifica-se que é no mês de Agosto que existem mais ocorrências e maior área ardida. Relativamente à área ardida destacam-se 4 dias: **3, 4 e 15 de Agosto** (753,11 ha, 790,98 ha e 1211,81ha, respetivamente), e **4 de Setembro** (788,66 ha). De salientar que a estes 4 dias correspondem a 40% da área ardida.

De salientar que as principais Festas e Romarias do Concelho de Alijó ocorrem no mês de Agosto, das 37 Festas e Romarias existentes, 13 realizam-se nesse período.

5.5 Área ardida e número de ocorrências – distribuição horária

Gráfico 7 - Distribuição horária da área ardida e número de ocorrências em 2015 e média (2001-2014)



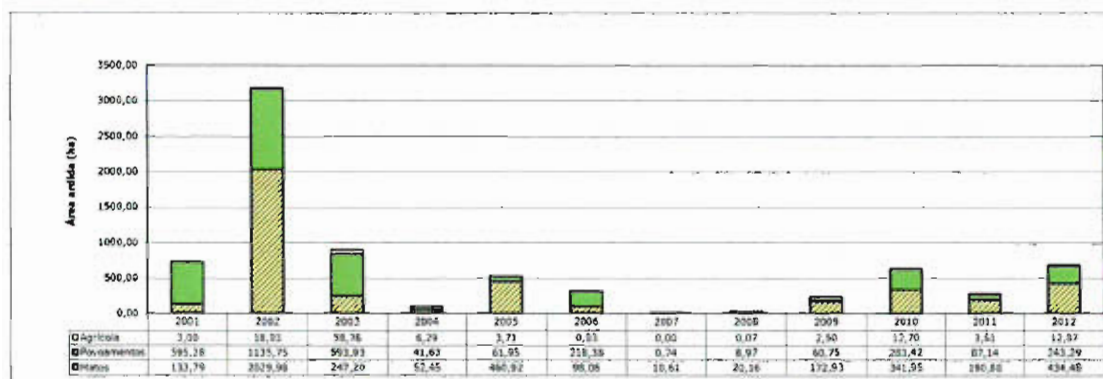
Fonte: ICNF, 2015

No que se refere à distribuição horária destaca-se o período entre as 11:00h e as 14:59h, como o que se registra um maior número de ocorrências e área ardida, considerando o período crítico de 4 horas com 54,47% de área ardida e 27,49% de ocorrências.

As maiores áreas ardidas dizem respeito a incêndios que se iniciaram entre as 13:00h e as 14:59h, intervalo de horário que coincide com a fase do dia em que as temperaturas são mais elevadas e a umidade relativa do ar mais baixa.

5.6 Área ardida em espaços florestais

Gráfico 8 - Distribuição da área ardida por espaços florestais, no período 2001 a 2015



Fonte: ICNF, 2015

Da análise do gráfico 8 verifica-se que, para os espaços florestais, existe grande diferença entre as percentagens (valor médio do período) da distribuição de área ardida de matos, com um valor de 4931,84ha (56,66% do espaço florestal ardido) e povoamentos, com um valor de área ardida de 3588,36ha (41,22% do espaço florestal ardido), para o período em questão.

Da análise da carta de áreas ardidas e do gráfico de distribuição de áreas por espaços florestais, verifica-se que, para além da Zona Norte do Concelho de Alijó ser a que tem maior potencial florestal, essa região tem sido, para o período em estudo, afetada por fogos florestais sucessivos que se têm abatido sobre as mesmas áreas, este facto tem provocado a diminuição da capacidade de regeneração natural desses terrenos.

Isto verifica-se porque após um incêndio numa determinada área arborizada, as árvores adultas conseguem libertar as sementes e deixar descendência (que com a incorporação de material orgânico deixado pelo fogo, rebenta com vigor), mas se essa mesma área for de novo afetada por um fogo antes que o povoamento consiga atingir a idade de produção de semente, a regeneração natural desaparecerá e esse local será ocupado por espécies invasoras e infestantes.

Este facto tem vindo a agravar-se ao longo da última década, pois a área de matos ardida tem vindo a aumentar, conduzindo a que haja no Concelho de Alijó uma preocupante substituição de povoamentos adultos por áreas de matos e incultos.

Todos estes fatores correlacionados leva a concluir que os períodos cíclicos de um incêndio florestal tem vindo a reduzir no tempo, ou seja, verifica-se, que devido ao aumento de estratos como os matos, o abandono dos terrenos leva a que o fogo no ano seguinte actue novamente reduzindo o período de tempo.

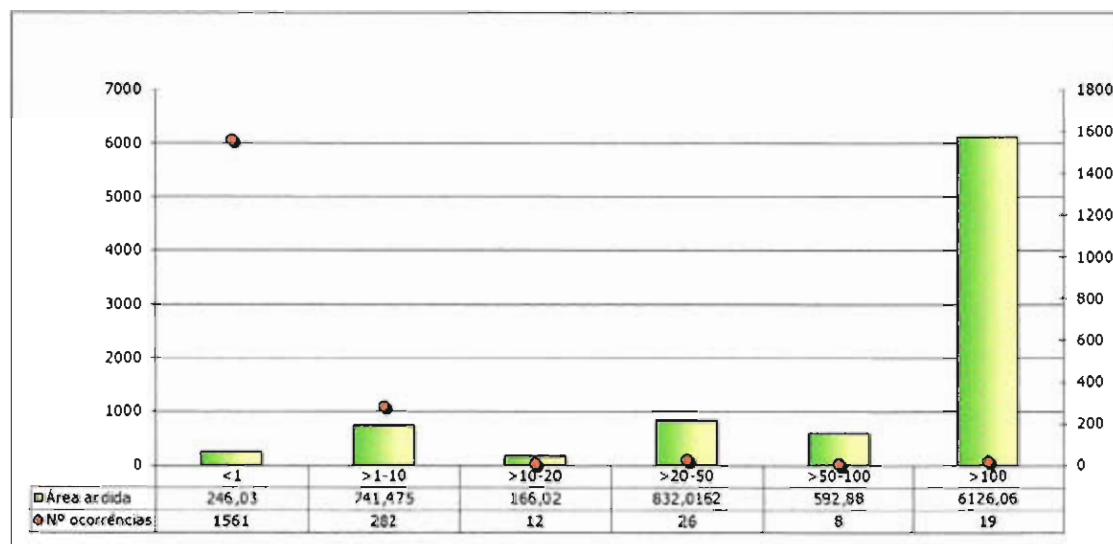
Os matos é a ocupação de solo que arde em maior quantidade e isto têm-se verificado com os ciclos dos incêndios florestais mais curtos ao longo dos tempos.

A diferença encontrada na composição da área ardida pode ser justificada pelo seguinte:

- O facto da área agrícola ardida ser extremamente reduzida, deve-se a que esta não está abandonada;
- A diferença registada entre as áreas de Matos e as áreas de Povoamentos deve-se a que os *Matos* são mais representativos do que os *Povoamentos*, e como os ciclos dos incêndios têm sido reduzidos a única formação existente no terreno são os matos, também devido à dificuldade de extinção deste tipo de combustíveis;
- O fogo é utilizado como ferramenta para a recuperação das áreas ocupadas por matos, nomeadamente terrenos agrícolas ou áreas de pastoreio (renovação de pastagens).

5.7 Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão

Gráfico 9 - Distribuição da área ardida por classes de extensão, no período 2001 a 2015



Fonte: ICNF, 2015

No que se refere à distribuição da área ardida por classes de extensão (Gráfico 9) verifica-se que o maior número de ocorrências ocorre na classe de extensão com área inferior a 1ha, representando 2,83% da área ardida, e temos 19 ocorrências que correspondem a grandes incêndios (área > 100 ha), representando 70,38% da área ardida.

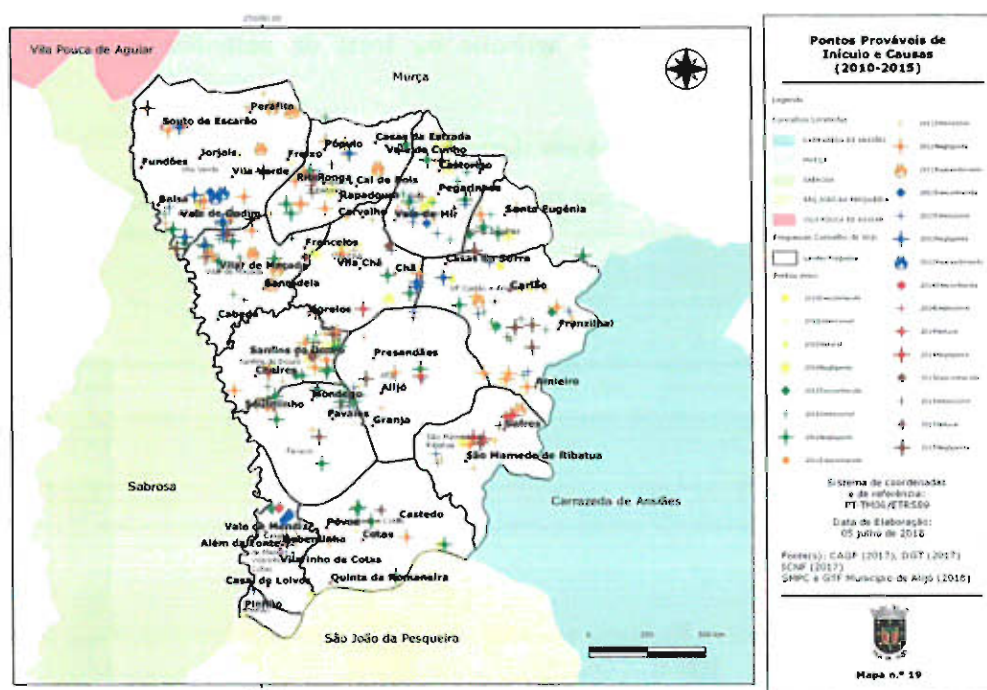
Mais uma vez se torna evidente que a um grande número de ocorrências não correspondem necessariamente grandes extensões de área ardida.

Destes dados realça facto da necessidade de redução do número de ignições, reforçando as ações de sensibilização e de fiscalização.

5.8 Pontos prováveis de início e causas

O conhecimento das causas e dos pontos de início das ocorrências de uma determinada área permite adotar estratégias ao nível da vigilância, primeira intervenção, fiscalização e sensibilização das populações de forma a eliminar/reduzir a possibilidade da ocorrência de um incêndio florestal.

No mapa 19 estão representados os pontos de início e as causas dos incêndios averiguados no Concelho de Alijó para o período 2010-2015.



Mapa 19 – Pontos prováveis de início e causas (2010-2015)

Pela análise do mapa observa-se uma distribuição das ignições por todas as freguesias do Concelho, havendo mais representatividade na zona norte, como é o caso de Pegarinhos, Vila Verde, UF Pópulo e Ribalonga. De salientar o facto de, em vários casos, os locais de início dos incêndios em diferentes anos sejam muito próximos.

No que diz respeito às causas de incêndio investigadas (Quadro 1), verifica-se um predomínio dos incêndios com causas intencionais (140 num total de 309).

As restantes causas dos incêndios são causados por negligência, principalmente devida à queima de sobrantes agrícolas e florestais e às queimadas realizadas para a renovação de pastagens. As Freguesias que têm maior número de casos provocados pelo incendiário é Pegarinhos.

	Intencional	Negligente	Desconhecida	Natural	Reacendimento
Alijó	6	6	0	0	0
Favaio	11	8	1	0	0
Pegarinhos	29	9	2	0	0
Pinhão	1	0	0	0	0
Sanfins do Douro	21	14	1	0	0
Santa Eugénia	2	6	1	0	0
São Mamede de Ribatua	4	7	0	0	1
Vila Chã	9	8	1	0	0
Vila Verde	14	16	2	1	8
Vilar de Maçada	9	16	2	0	7
UF Carlão e Amieiro	19	12	7	0	1
UF Castedo e Cotas	4	6	0	1	0
UF Pópulo e Ribalonga	7	15	0	0	2
UF Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas	4	0	8	0	0
Total	140	123	25	2	19

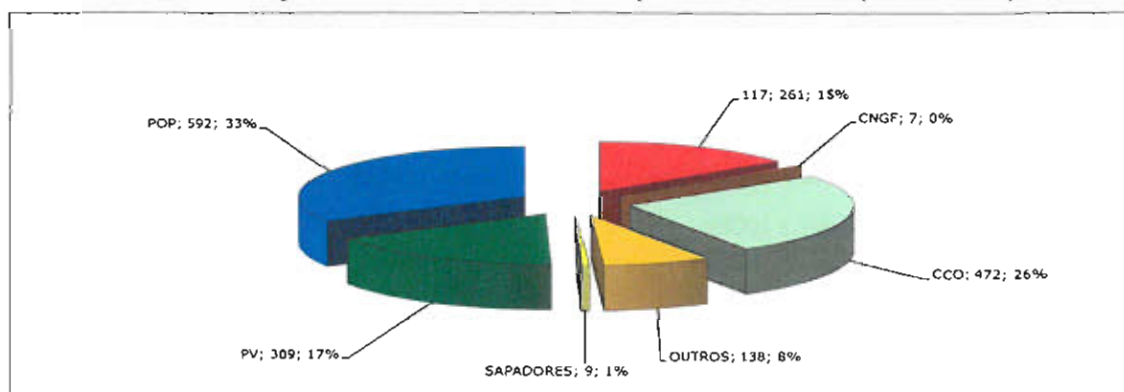
Os dados apresentados, apesar de representarem uma amostra pequena num total de 309 ocorrências no período em questão, deverão ser tidos em atenção por parte das entidades fiscalizadoras e deverão ser tidos em consideração na realização de ações de sensibilização no que diz respeito ao correto uso do fogo para realização de queimas de sobantes.

5.9 Fontes de alerta

Relativamente às fontes de alerta (Gráfico 10), pode verificar-se que, no período 2001-2015, foram registados 1788 alertas de incêndio florestal.

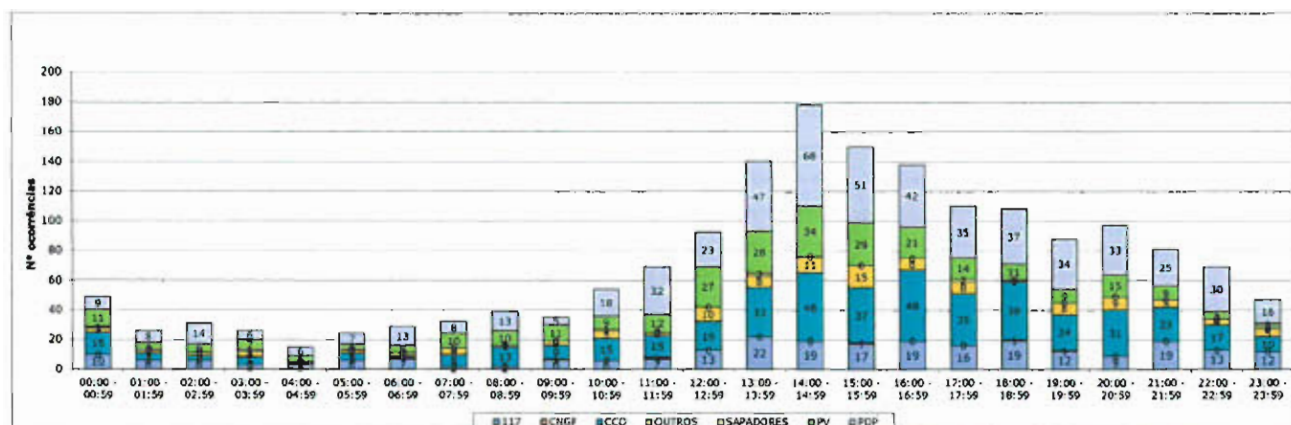
As fontes de alerta das ocorrências de incêndios florestais com mais representatividade são as designadas por POP (Populares), que alertaram para 592 ocorrências (33% do total), seguidos do CCO (Centros de Coordenação Operacionais) e PV (Postos Vigia) com, respetivamente, valores de 472 e 309 alertas (26% e 17% do total cada), que em conjunto representam 76% dos alertas registados.

Gráfico 10 - Distribuição do número de ocorrências por fonte de alerta (2001 a 2015)



Fonte: ICNF, 2015

Gráfico 11 - Distribuição do número de ocorrências por fonte e hora de alerta (2001 a 2015)



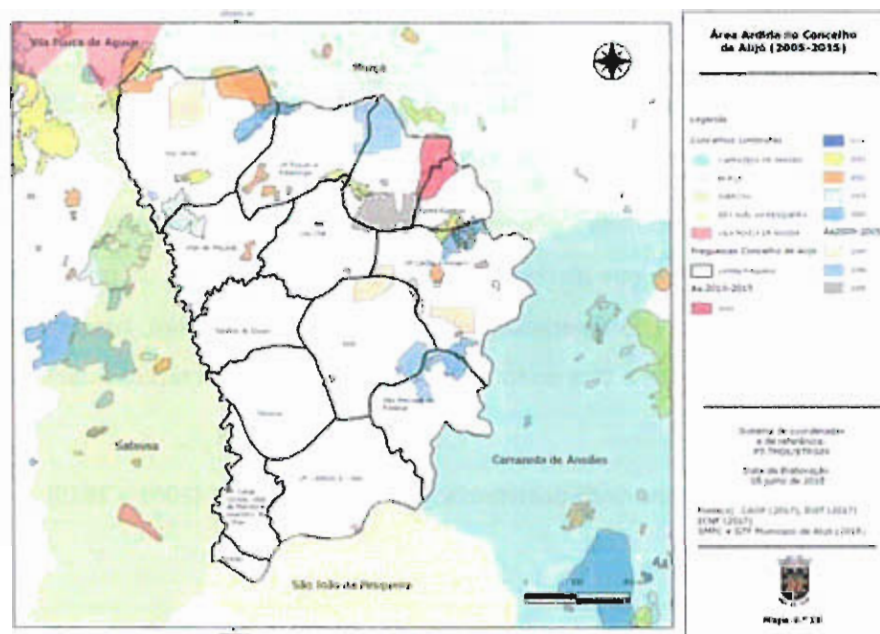
Fonte: ICNF, 2015

Analisando o gráfico 11 observa-se que por fonte de alerta, o período do dia em que se deteta maior número de ignições é entre as 12:00h e as 16:59h, estando relacionado, de um modo geral, com o período em que se registam mais ocorrências.

No período noturno os alertas são detetados pelos populares e depois pelos postos de vigia.

5.10 Grandes Incêndios (Área > 100ha)

Distribuição Anual



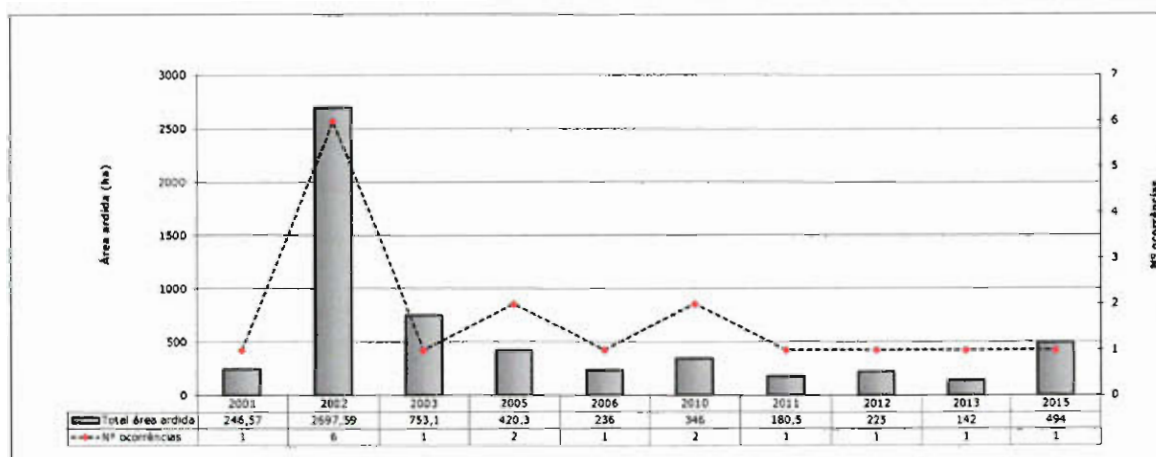
Caderno I – Diagnóstico

Da análise do quadro verifica-se que foi nos anos de 2002 e 2003 que houve maior área ardida (2799,13 ha) devido á ocorrência de grandes incêndios.

Assim, para o período em análise, os grandes incêndios (com áreas iguais ou superiores a 100 ha) representam apenas 0,8% do número total de ocorrências mas são responsáveis por 59,3% da área ardida total.

Foram registados grandes incêndios florestais nas Freguesias Pegarinhos, São Mamede de Ribatua, Vila Verde, Vilar de Maçada e UF Carlão e Amieiro, todas a norte do Concelho.

Gráfico 12 - Distribuição anual da área ardida e do n.º ocorrências dos grandes incêndios (2001-2015)



Fonte: ICNF, 2015

Quadro 2 - Distribuição anual do nº de grandes incêndios por classes de área (2001-2015)

Fonte: ICNF, 2015

ANO	CLASSES DE ÁREA (ha)						TOTAL	
	100-500		500-1000		> 1000		Nº de Grandes Incêndios	Área Ardida
	Nº de Grandes Incêndios	Área Ardida	Nº de Grandes Incêndios	Área Ardida	Nº de Grandes Incêndios	Área Ardida		
2001	1	246,57					1	246,57
2002	3	474,76	3	2222,83			6	2697,59
2003			1	753,1			1	753,1
2005	2	426,3					2	426,3
2006	1	236,0					1	236,0
2010	2	407,0					2	407,0
2011	1	180,50					1	180,50
2012	1	225,0					1	225,0
2013	1	142,0					1	142,0
2015	1	494,0					1	494,0

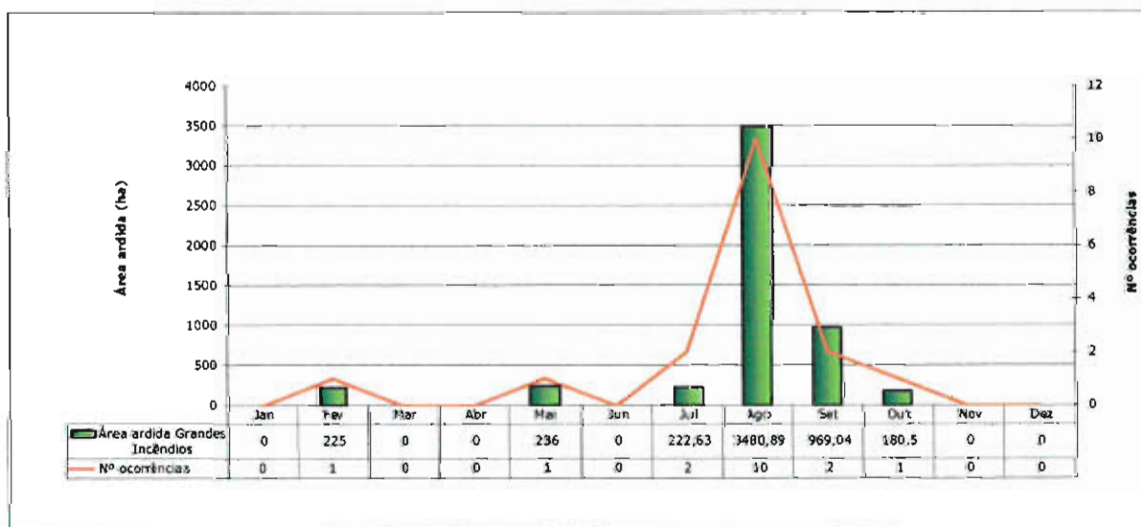
Distribuição Mensal

O Gráfico nº 13 representa a distribuição mensal da área ardida e do nº de ocorrências dos grandes incêndios (2001-2015) no Concelho de Alijó.

Da sua análise constata-se que o período onde ocorrem o maior número de grandes incêndios e área ardida são os meses de Agosto e Setembro, com Agosto a destacar-se claramente registando 10 grandes incêndios e uma área ardida de 3480,89ha (65% do total ardido nos grandes incêndios).

Este facto deve-se em grande parte a este mês ser dos mais quentes e secos do ano (temperaturas máximas acima dos 35°C) propiciando condições de humidade e temperatura ótimas para início e deflagração de focos de incêndio bem como a sua progressão. É também uma altura do ano em que a população que se encontra no Concelho é em maior número, participando em romarias e arraiais populares com lançamento de fogo-de-artifício e contribuindo, desta forma, para um aumento dos focos de incêndios.

Gráfico 13 - Distribuição mensal da área ardida e do n.º ocorrências dos grandes incêndios (2001-2015)

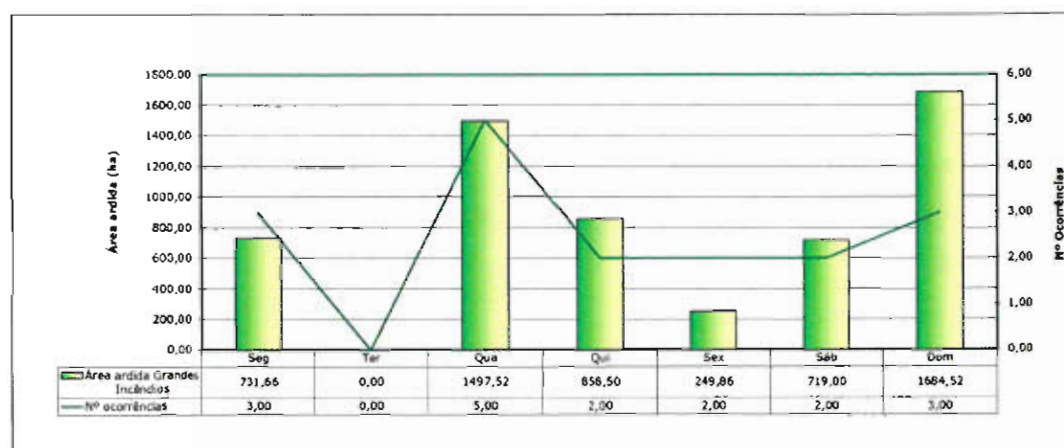


Fonte: ICNF, 2015

Distribuição Semanal

Relativamente à distribuição semanal dos grandes incêndios (Gráfico nº 14), a tendência aponta a quarta (5 ocorrências) como o dia com maior incidência totalizando 4 dos 17 grandes incêndios registrados neste período, embora seja o domingo com maior área ardida, o que representa 29,34% do total da área ardida.

Gráfico 14 - Distribuição semanal da área ardida e do n.º ocorrências dos grandes incêndios (2001-2015)



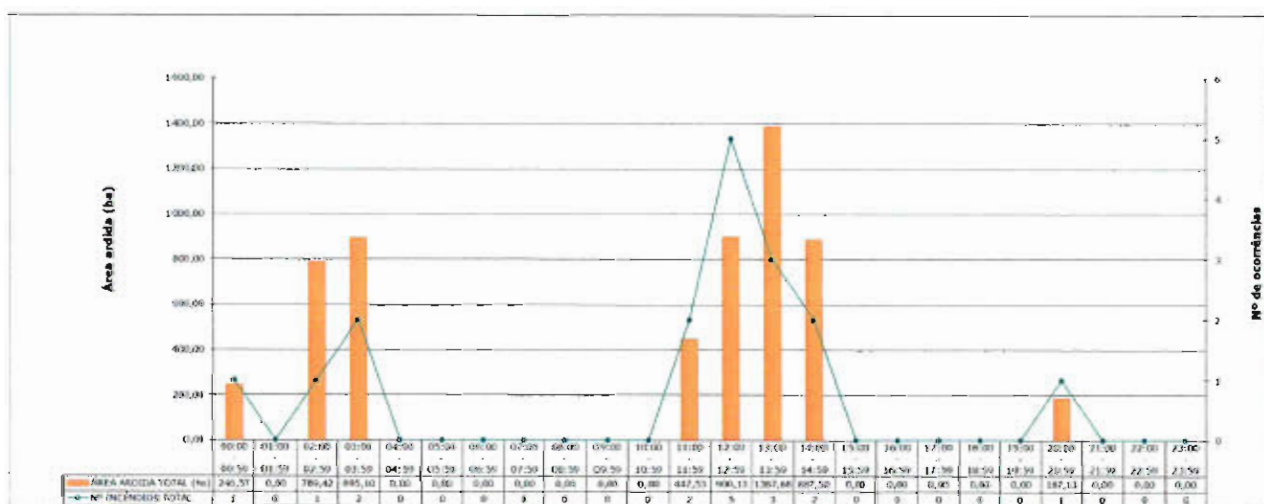
Fonte: ICNF, 2015

Distribuição Horária

Relativamente à distribuição horária dos grandes incêndios (Gráfico nº 15), constata-se existir uma maior incidência das ocorrências na hora de maior calor (12:00h -14:59h) a que corresponde 40% da área ardida total

Um dos grandes incêndios que ocorreram no concelho deflagrou no período das 03:00-03:59h. Se para os incêndios que deflagraram no período 12:00-14:59h a sua ocorrência e extensão poderá dever-se, em grande parte, às características meteorológicas que propiciam, durante este período, condições de humidade e temperatura ótimas à propagação do incêndio, no caso do incêndio que deflagrou no período 03:00-03:59h, a extensão que atingiu será devida ao facto de ter tido início durante a noite e da deteção, alerta e primeira intervenção não terem sido rápidos e eficazes.

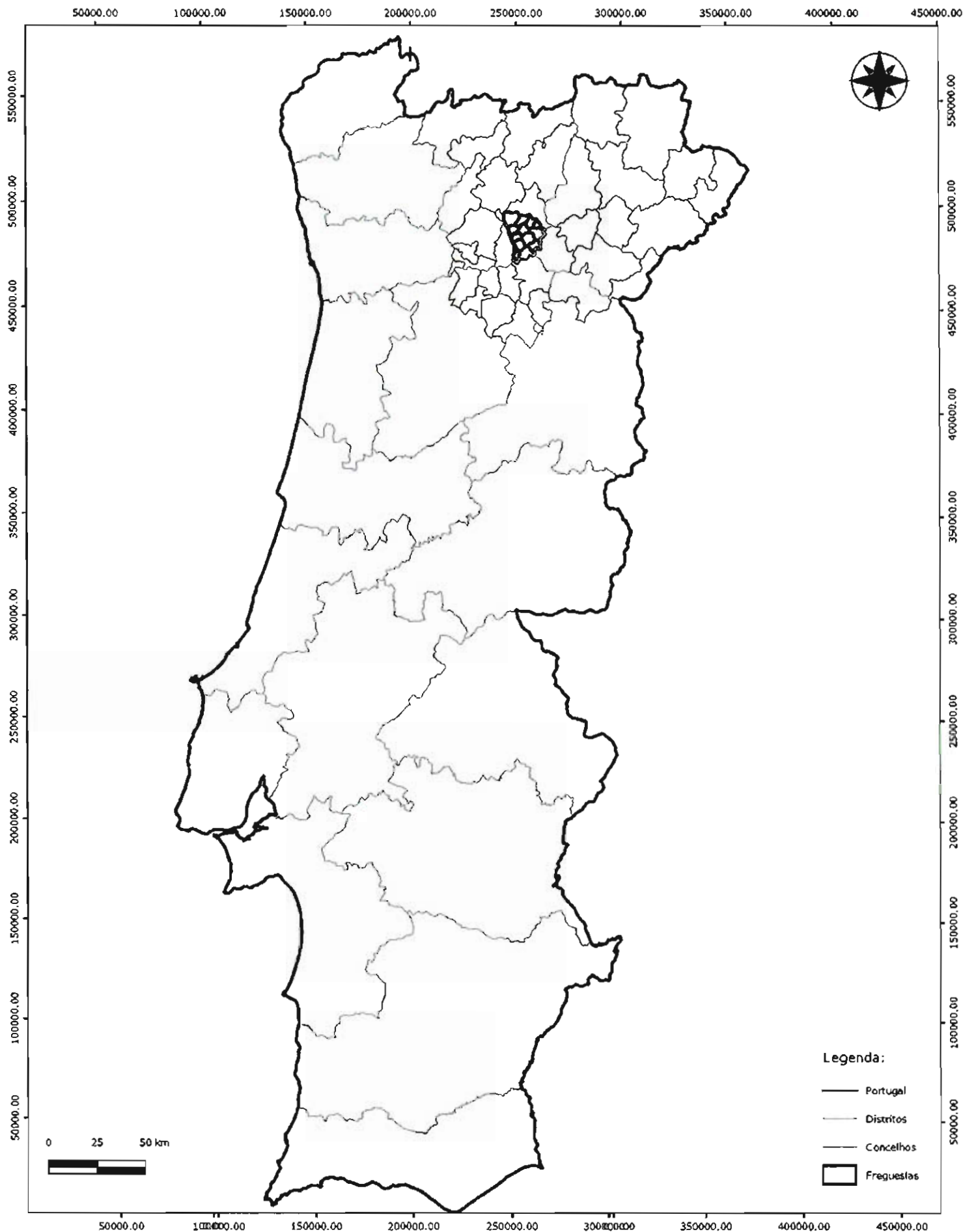
Gráfico 15 - Distribuição horária da área ardida e do n.º ocorrências dos grandes incêndios (2001-2015)



Fonte: ICNF, 2015



ANEXOS – CARTOGRAFIA DE PORMENOR



Enquadramento Geográfico do Concelho de Alijó



Mapa n.º 01

Sistema de coordenadas
e de referência:
PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:
05 julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



**Enquadramento
Geográfico do Concelho
de Alijó
Concelhos Limitrofes**

Legenda:

Concelhos

ALIJO

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

VILA REAL

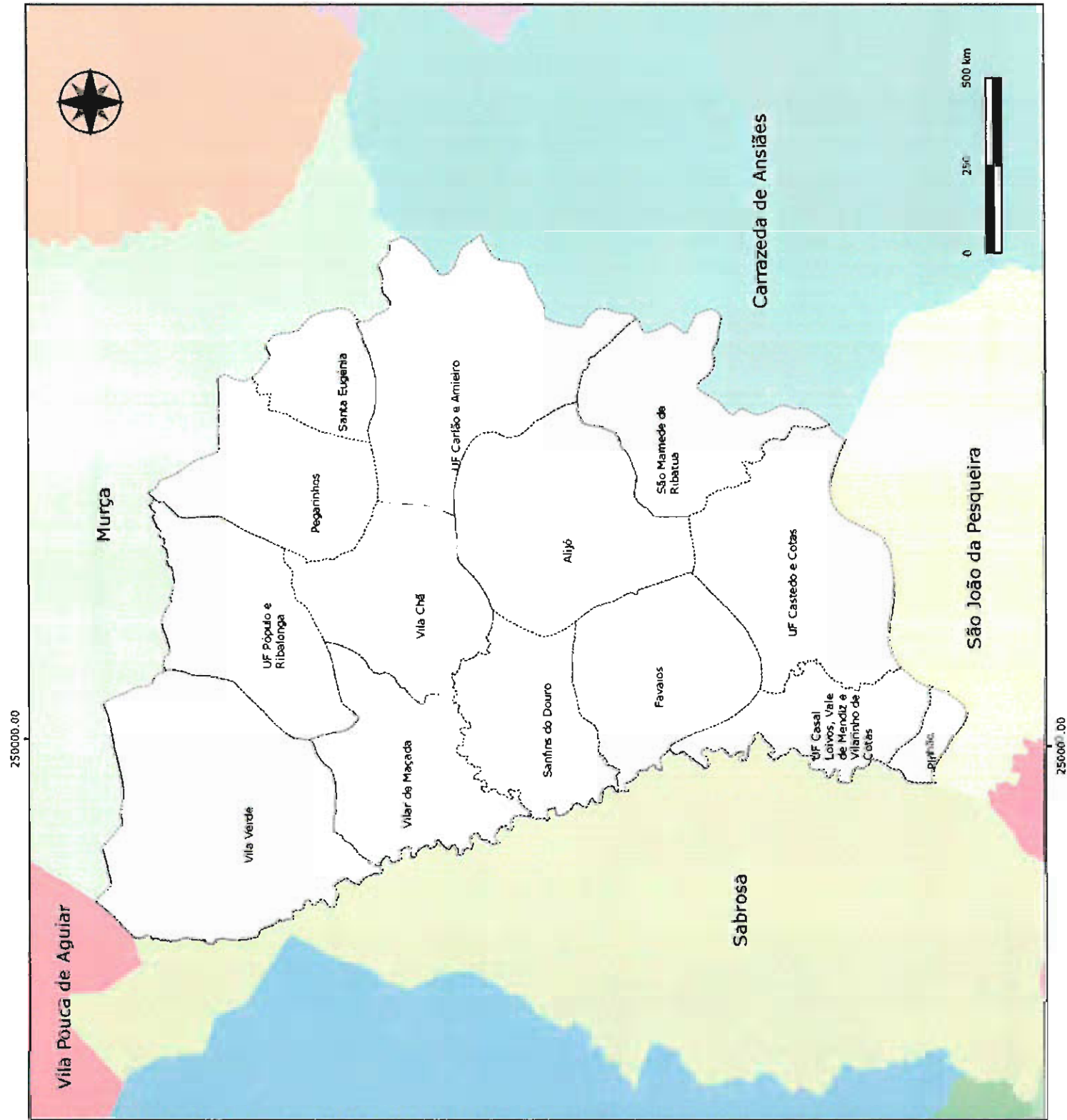
Sistema de coordenadas
e de referência:
PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:
05 Julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Mapa n.º 02



Enquadramento Geográfico do Concelho de Alijó Freguesias

Legenda:

Concelhos

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

VILA REAL

Freguesias Concelho Alijó

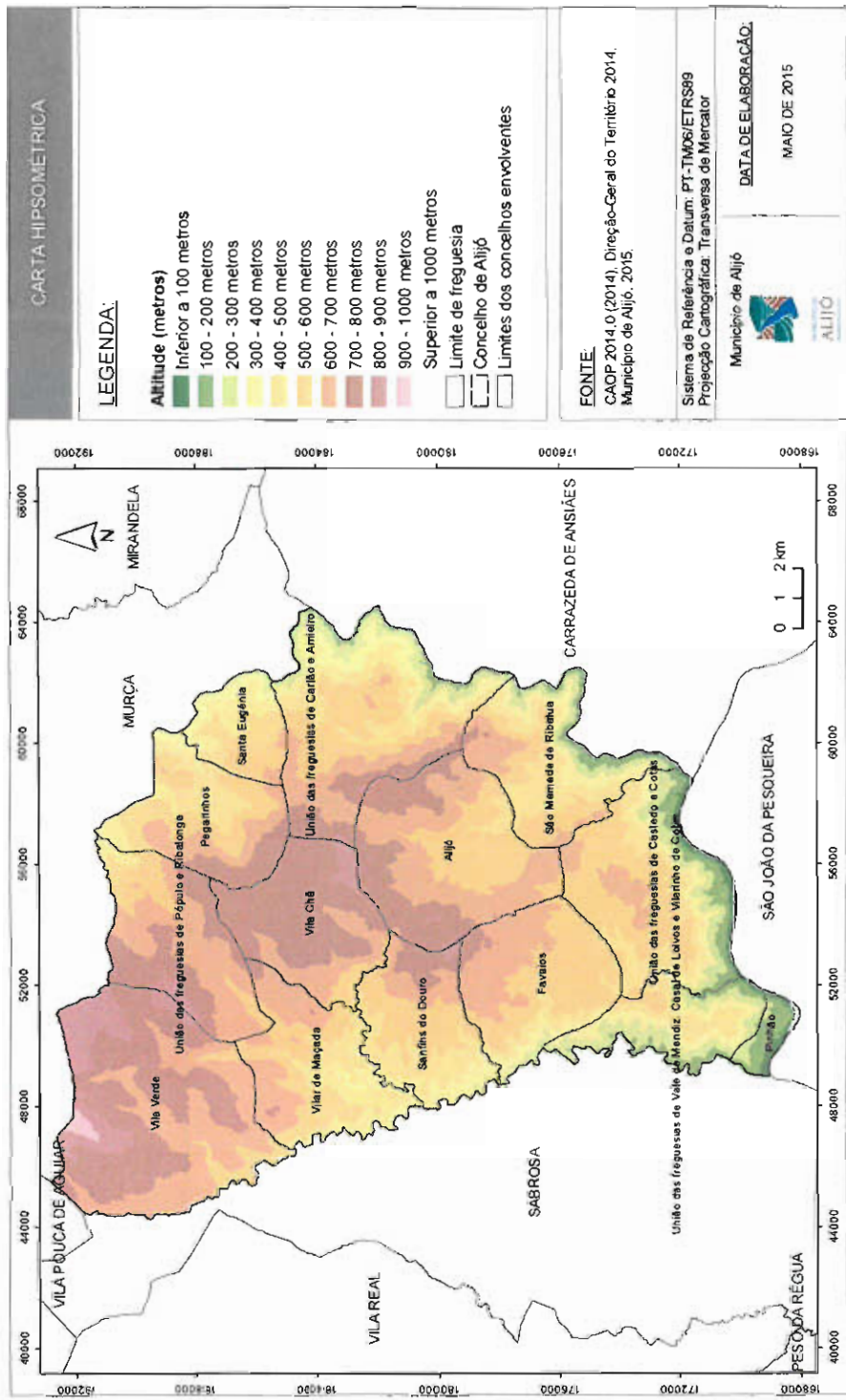
Sistema de coordenadas
e de referência:
PT-TM06/ETRS89

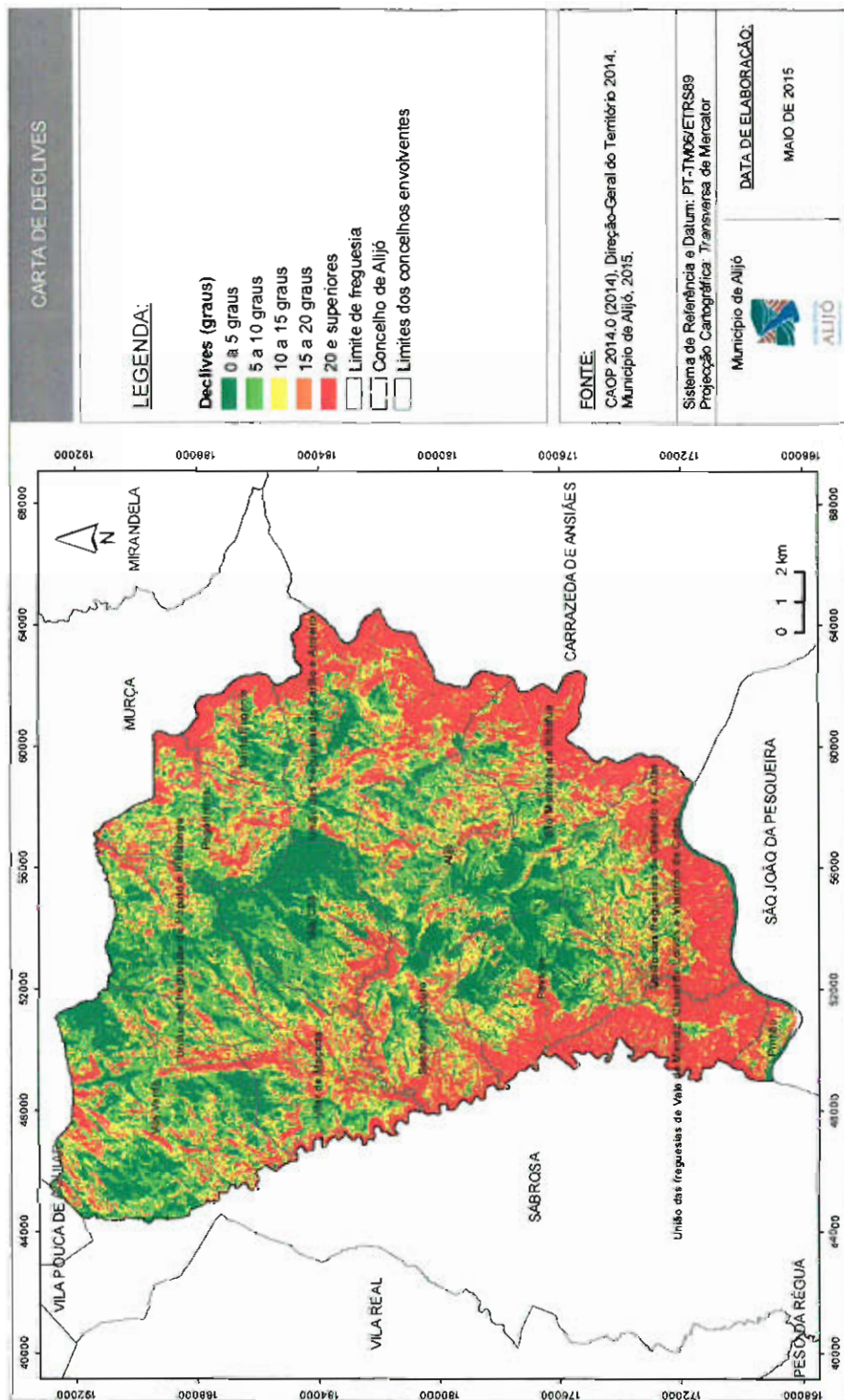
Data de Elaboração:
05 julho de 2018

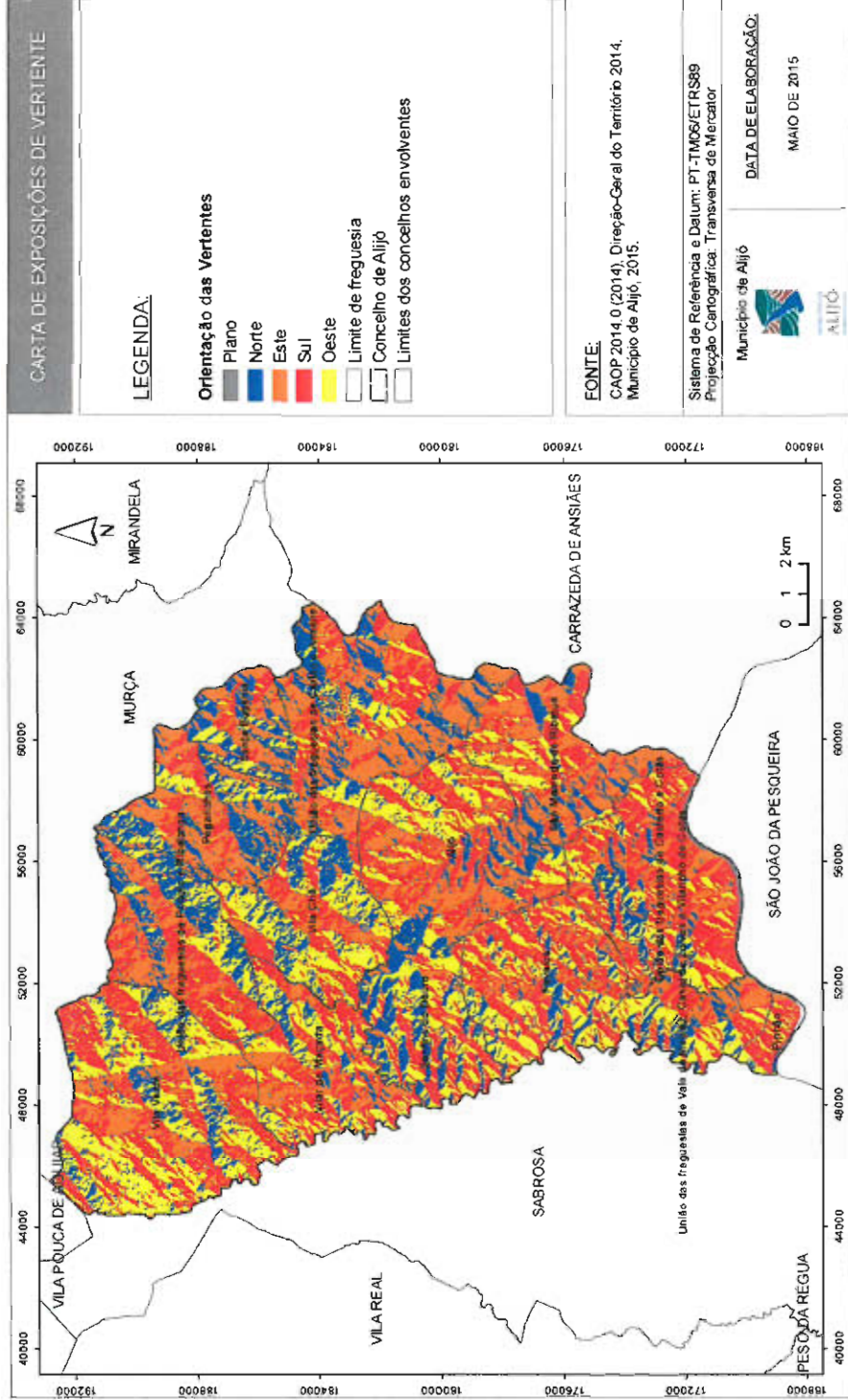
Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
SMPC e GTF Município de Alijó (2018)

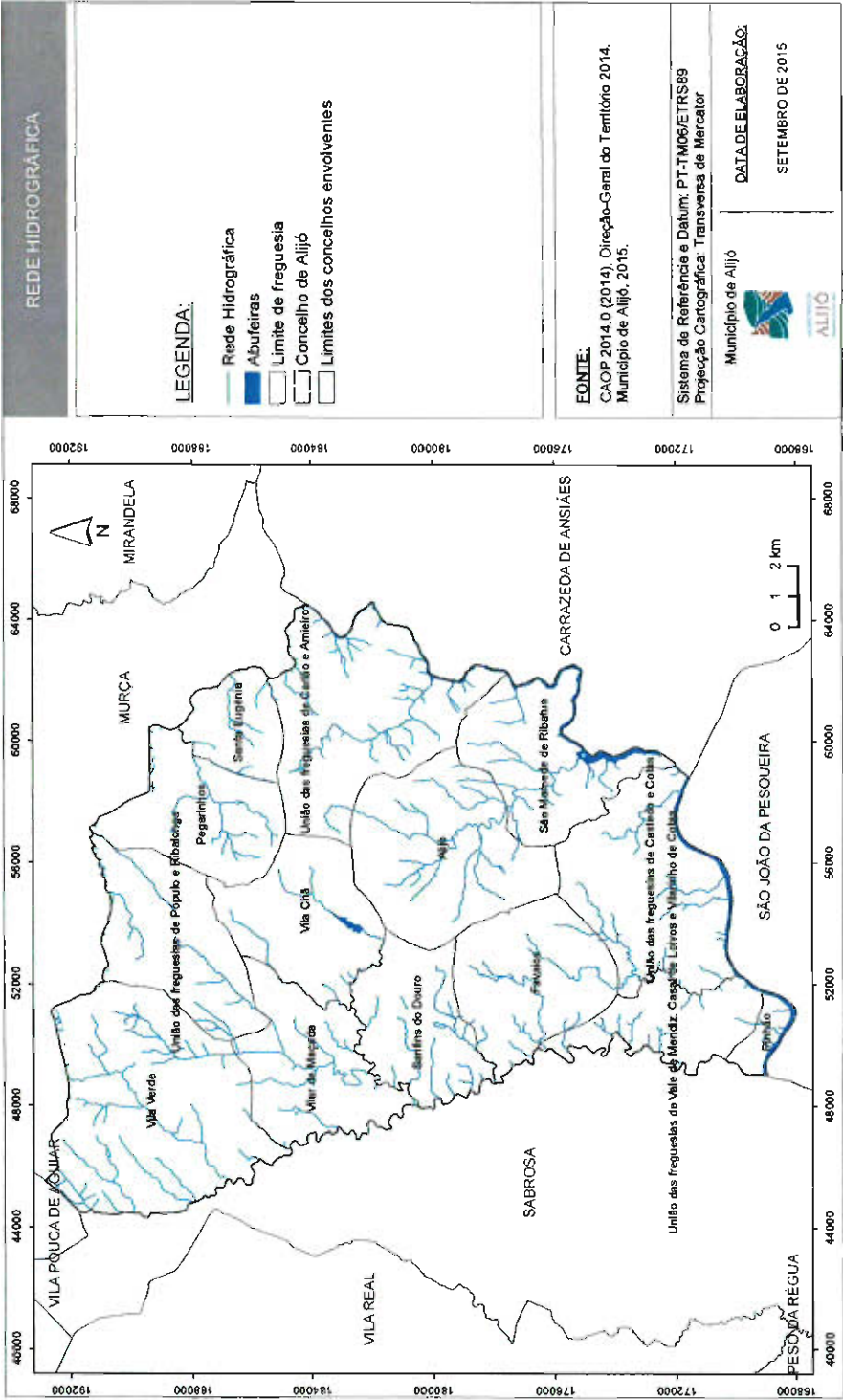


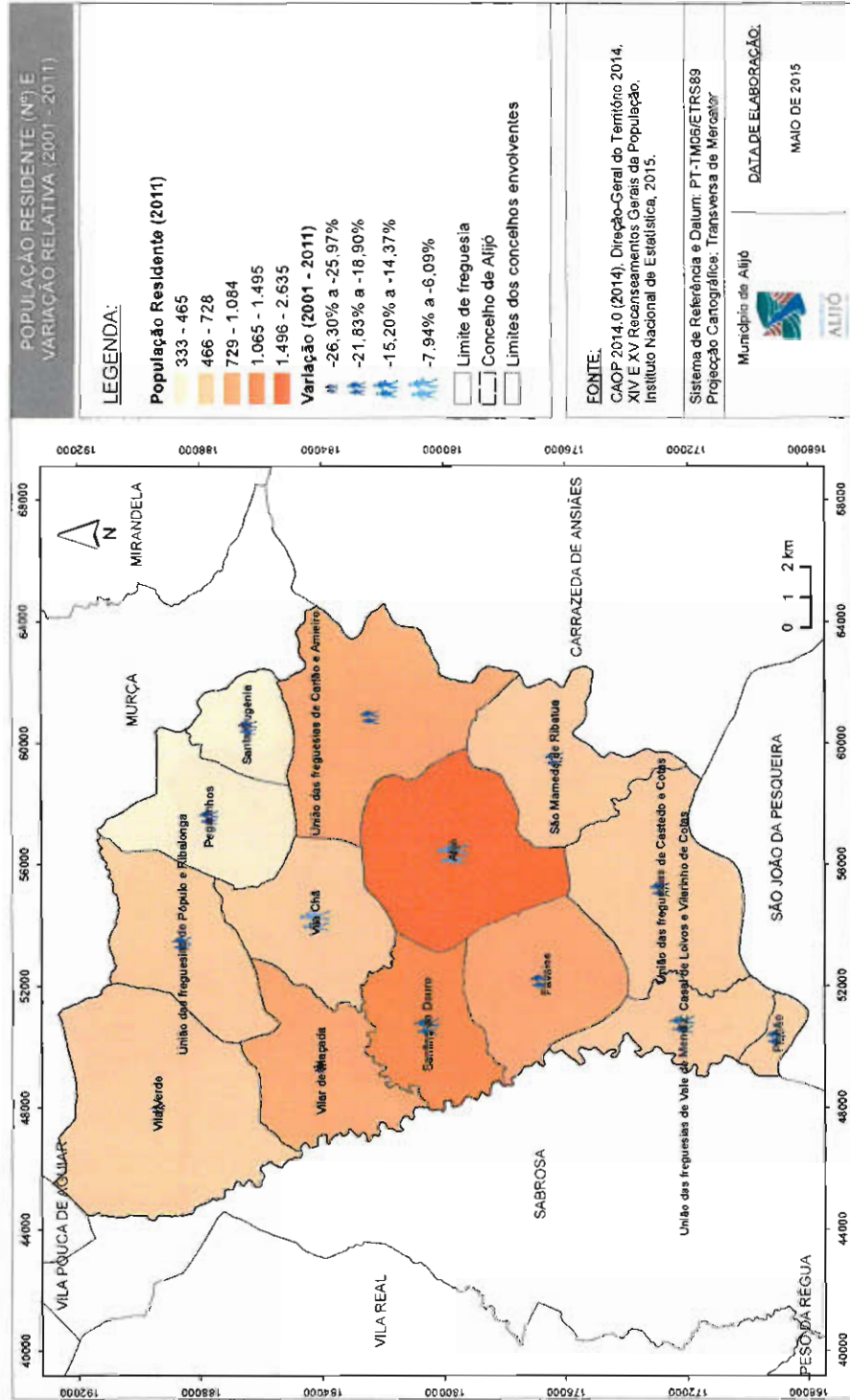
Mapa n.º 02

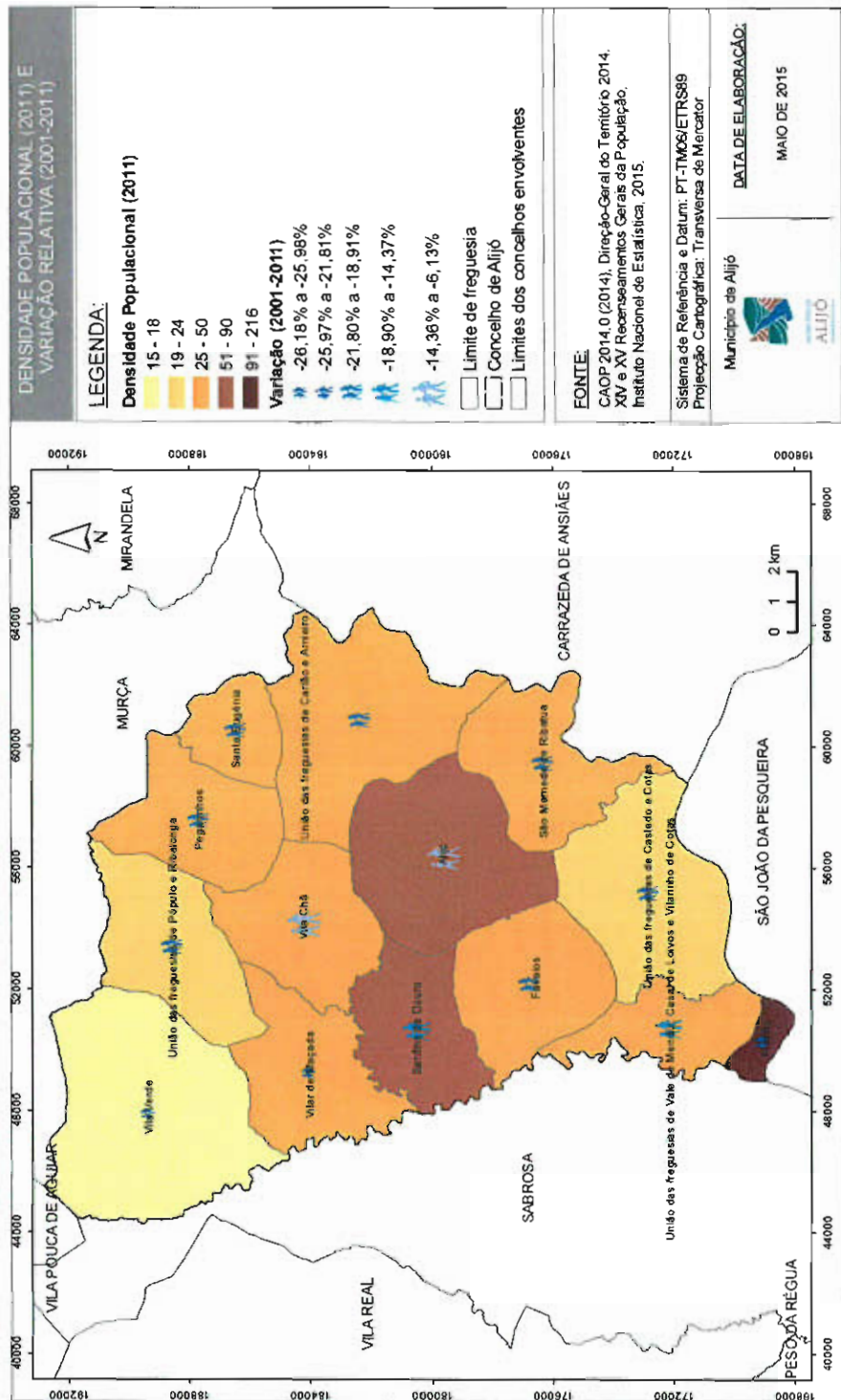












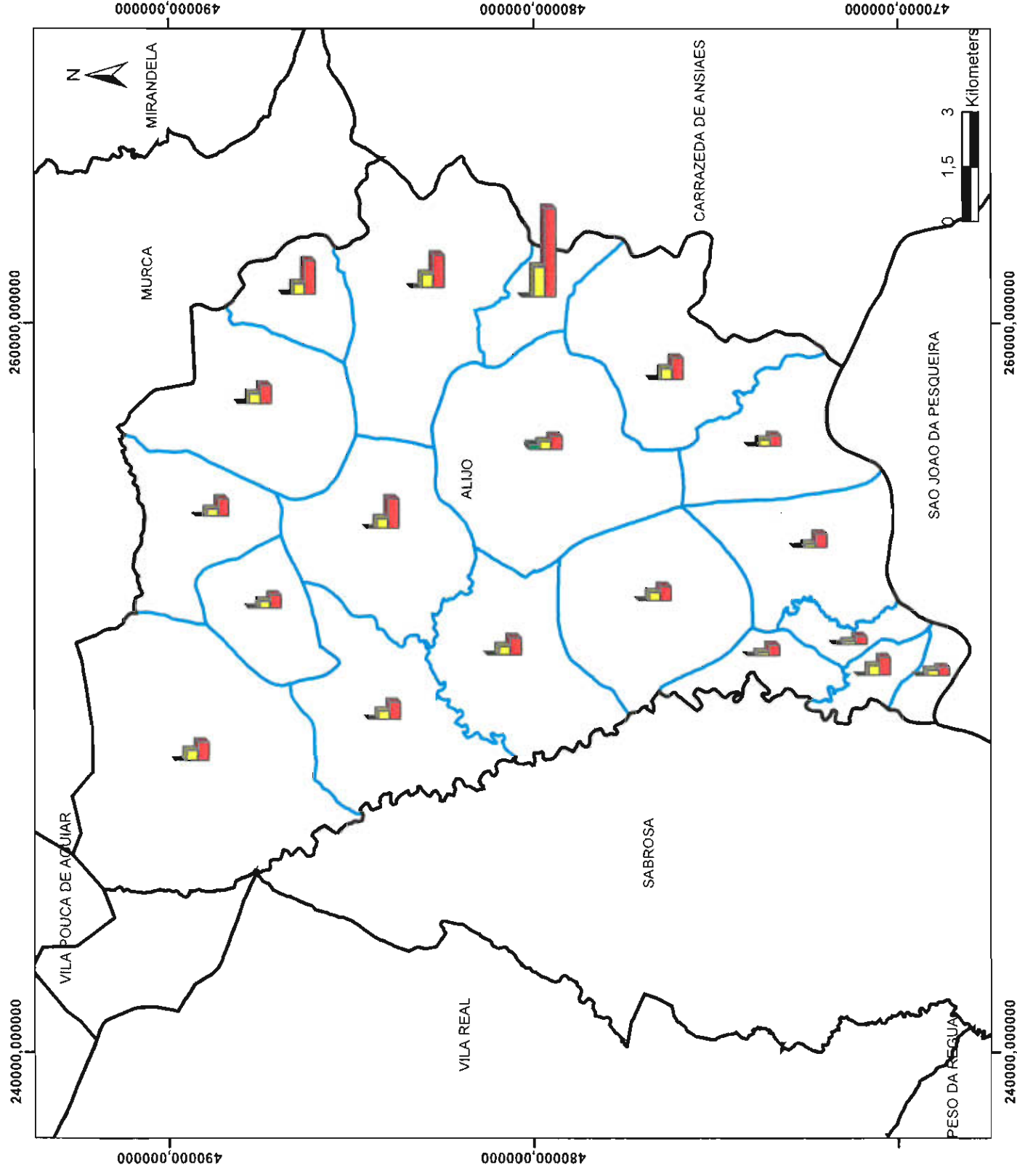
CARTA DO ÍNDICE
DE ENVELHECIMENTO
(1981/1991/2001)
DO CONCELHO
DE ALIJÓ

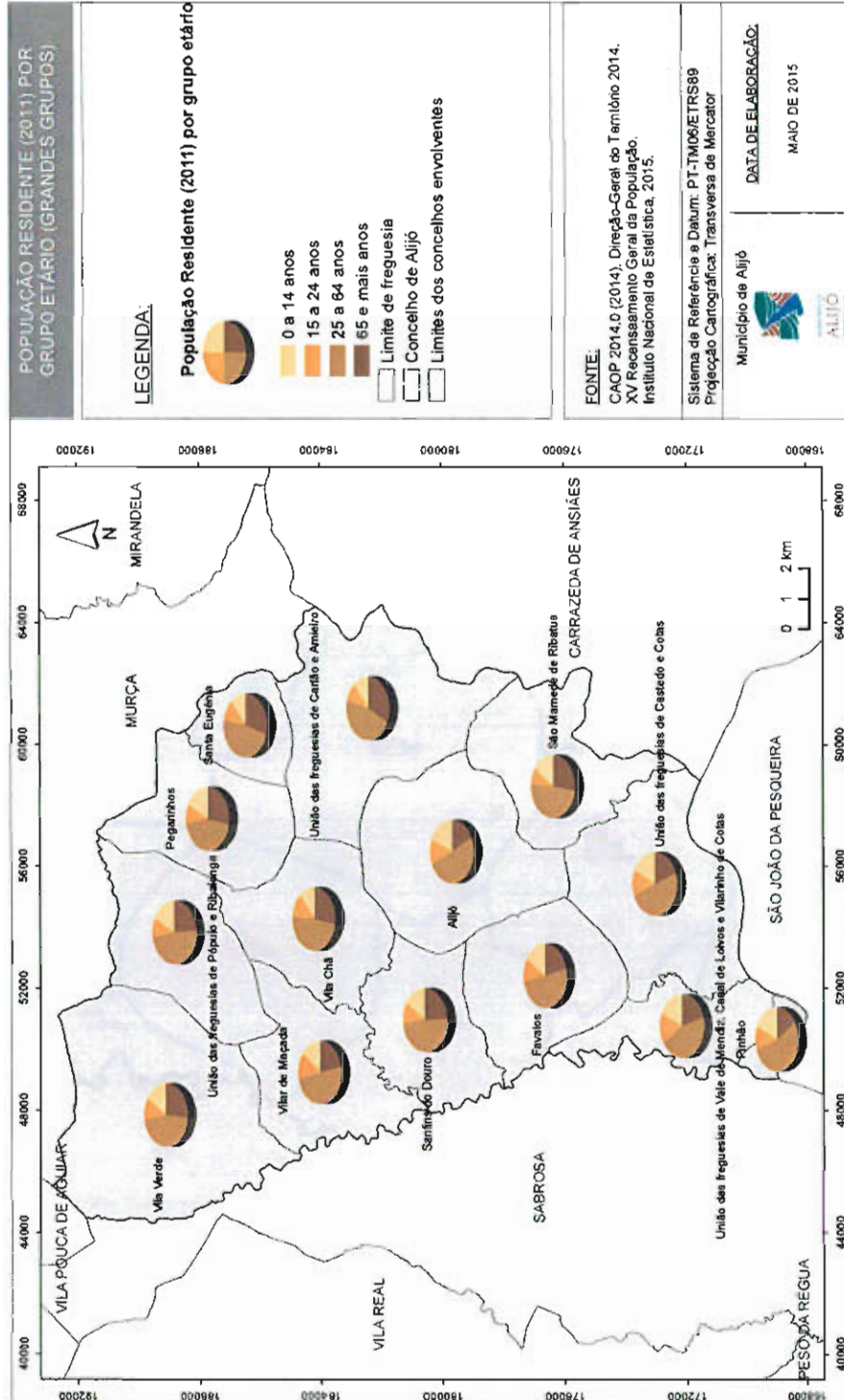
LIMITES ADMINISTRATIVOS

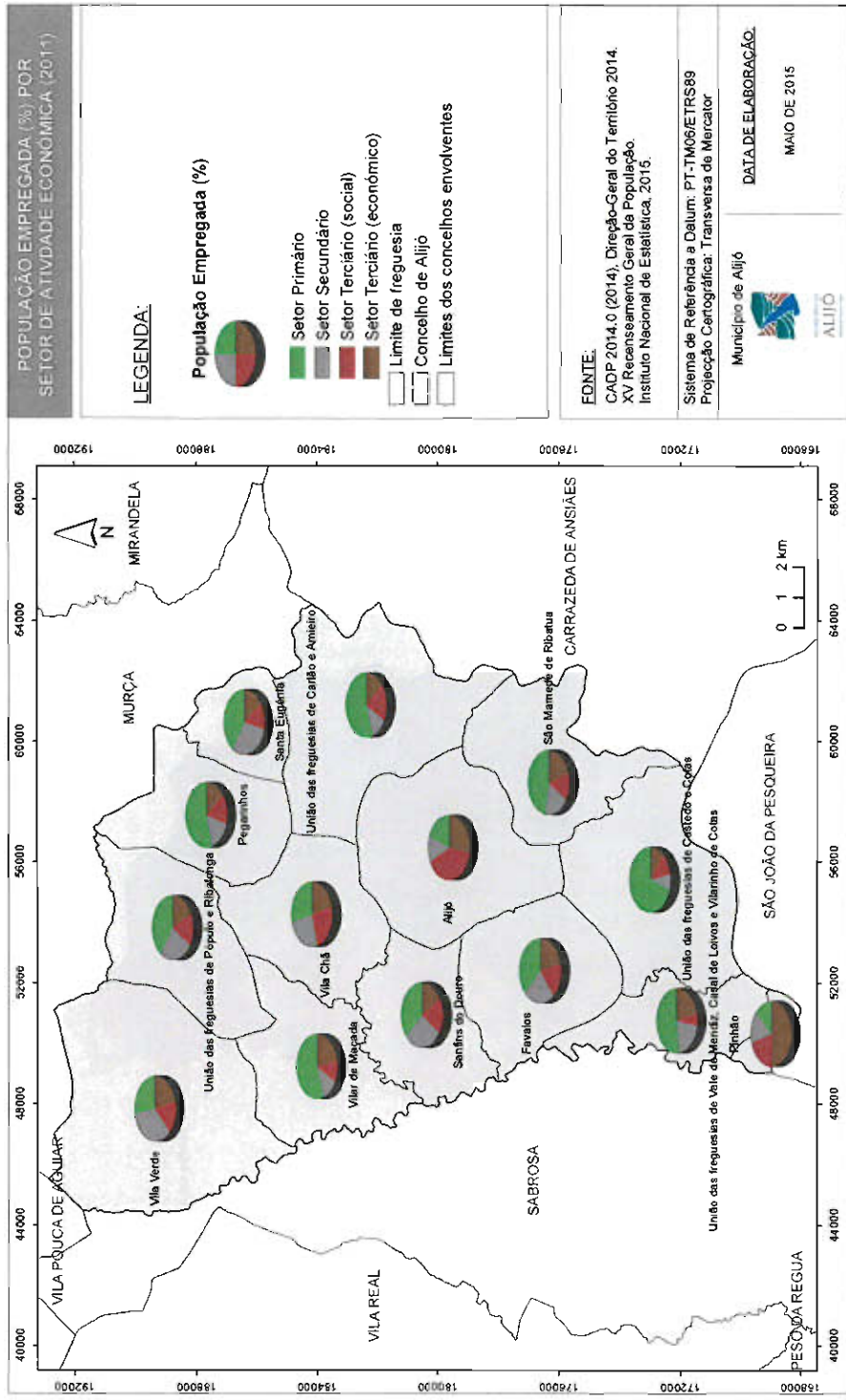
Projeção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford - Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss

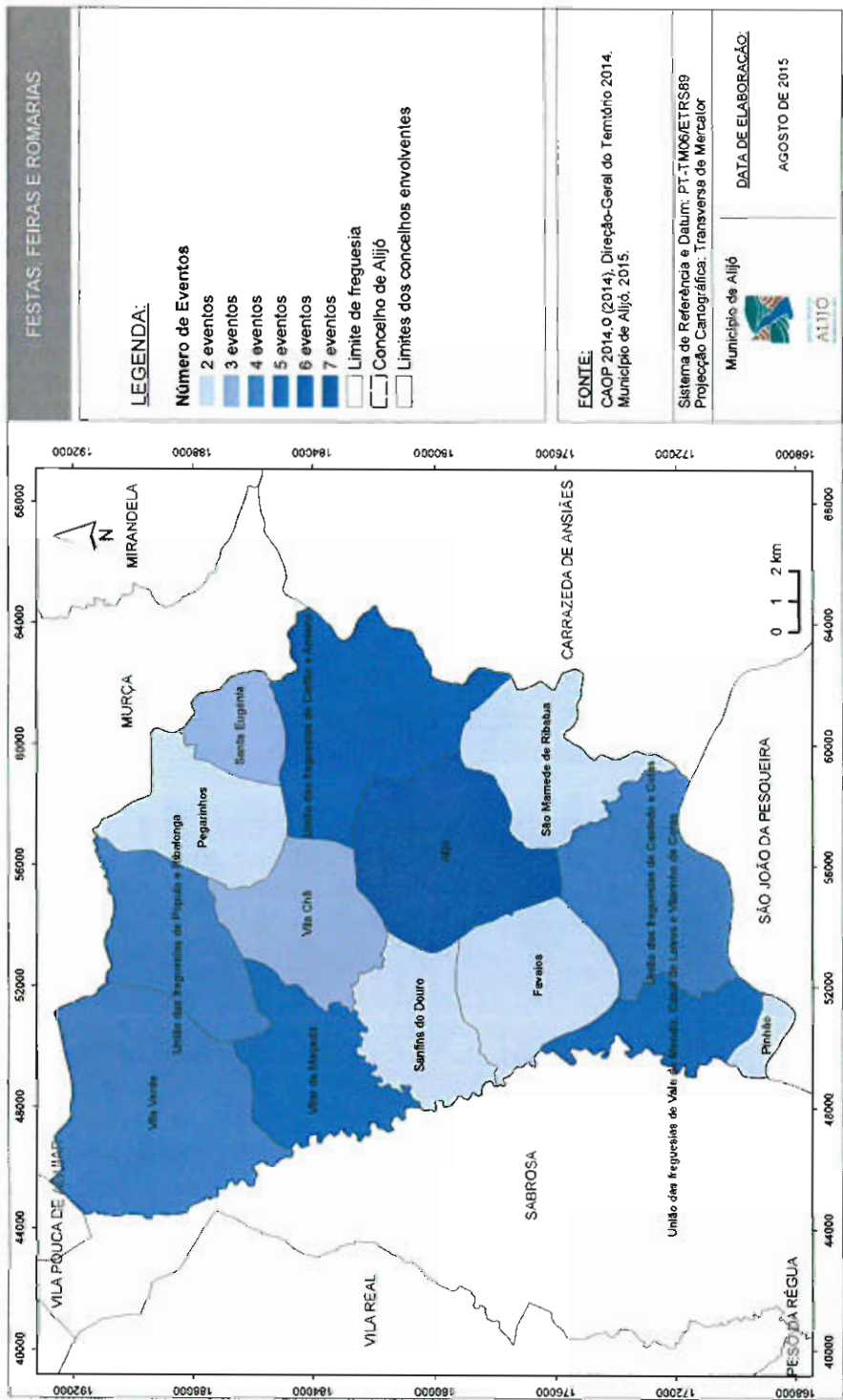
Elaboração: 20 de Setembro de 2006

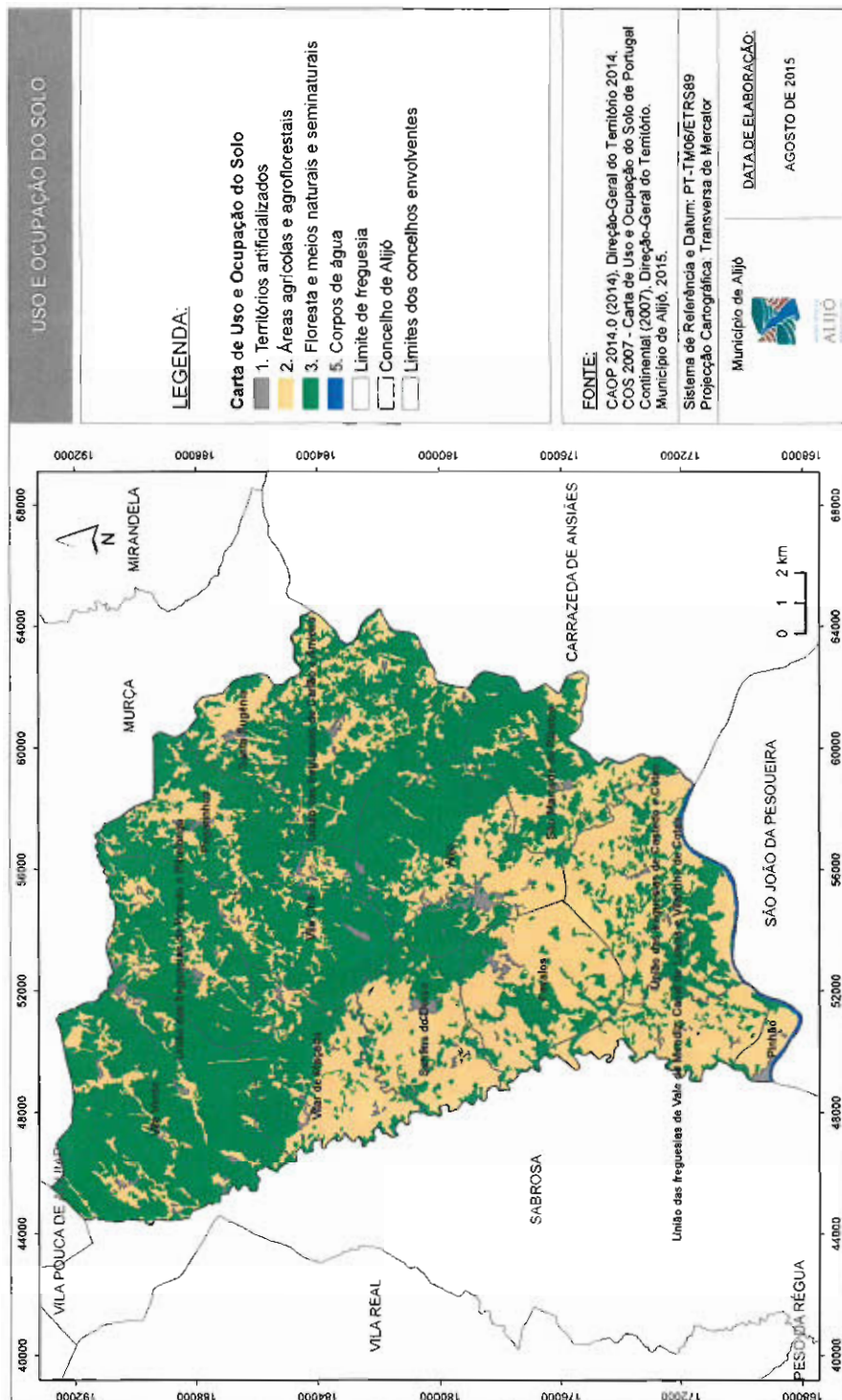
Fonte(s): INE - Censos
2001











Povoamentos Florestais

Legenda:

Concelhos Limitrofes

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

Freguesias Concelho de Alijó

Limites Freguesia

Espécies Florestais

Florestas de sobreiro

Florestas de castanheiro

Florestas de pinheiro bravo

Florestas de sobreiro com resinosas

Florestas de outros carvalhos com resinosas

Florestas de outra folhosa com resinosas

Florestas de pinheiro bravo com folhosas

Florestas abertas de sobreiro

Florestas abertas de pinheiro bravo

Florestas abertas de outras resinosas

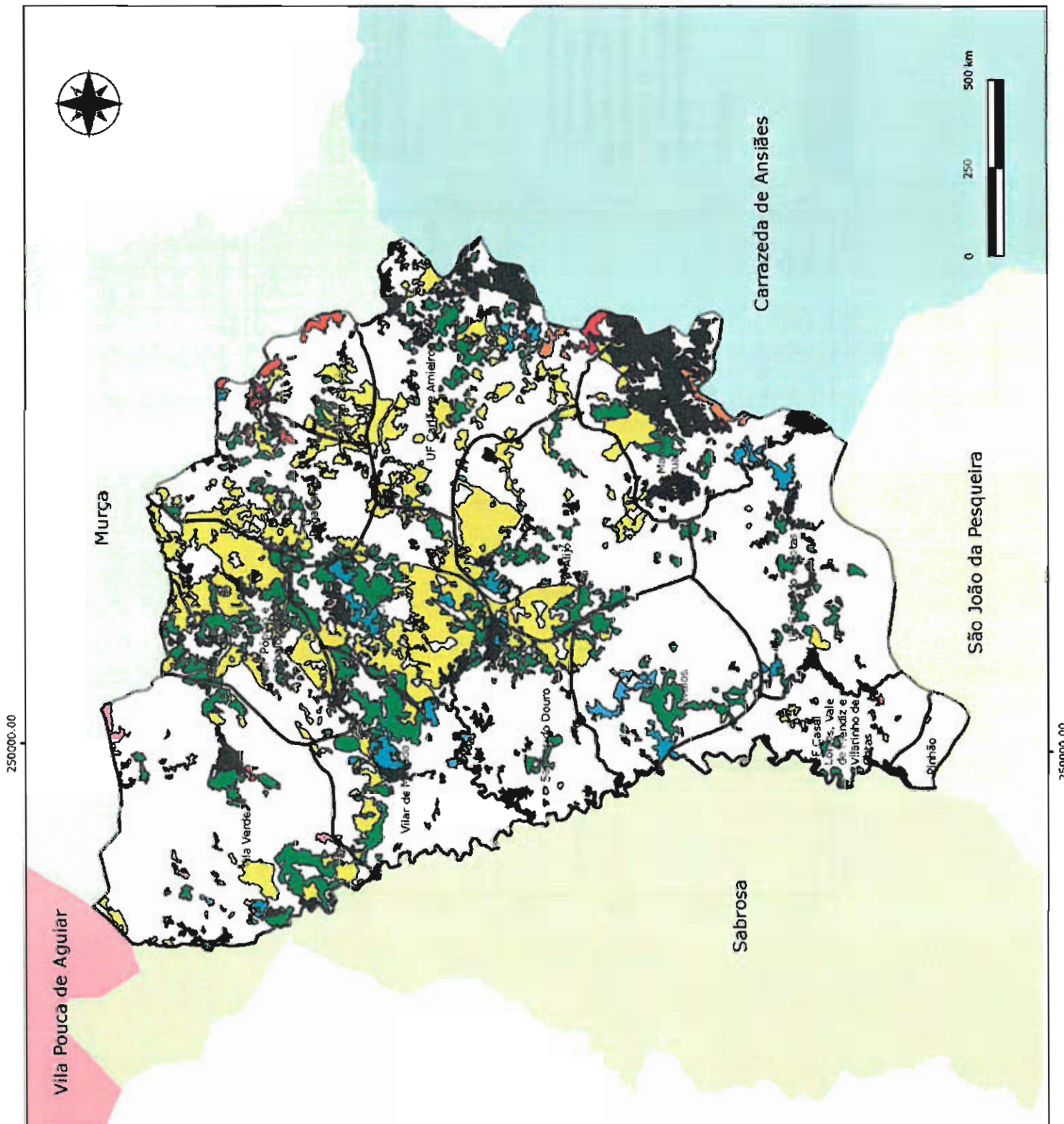
Florestas abertas de pinheiro bravo com folhosas

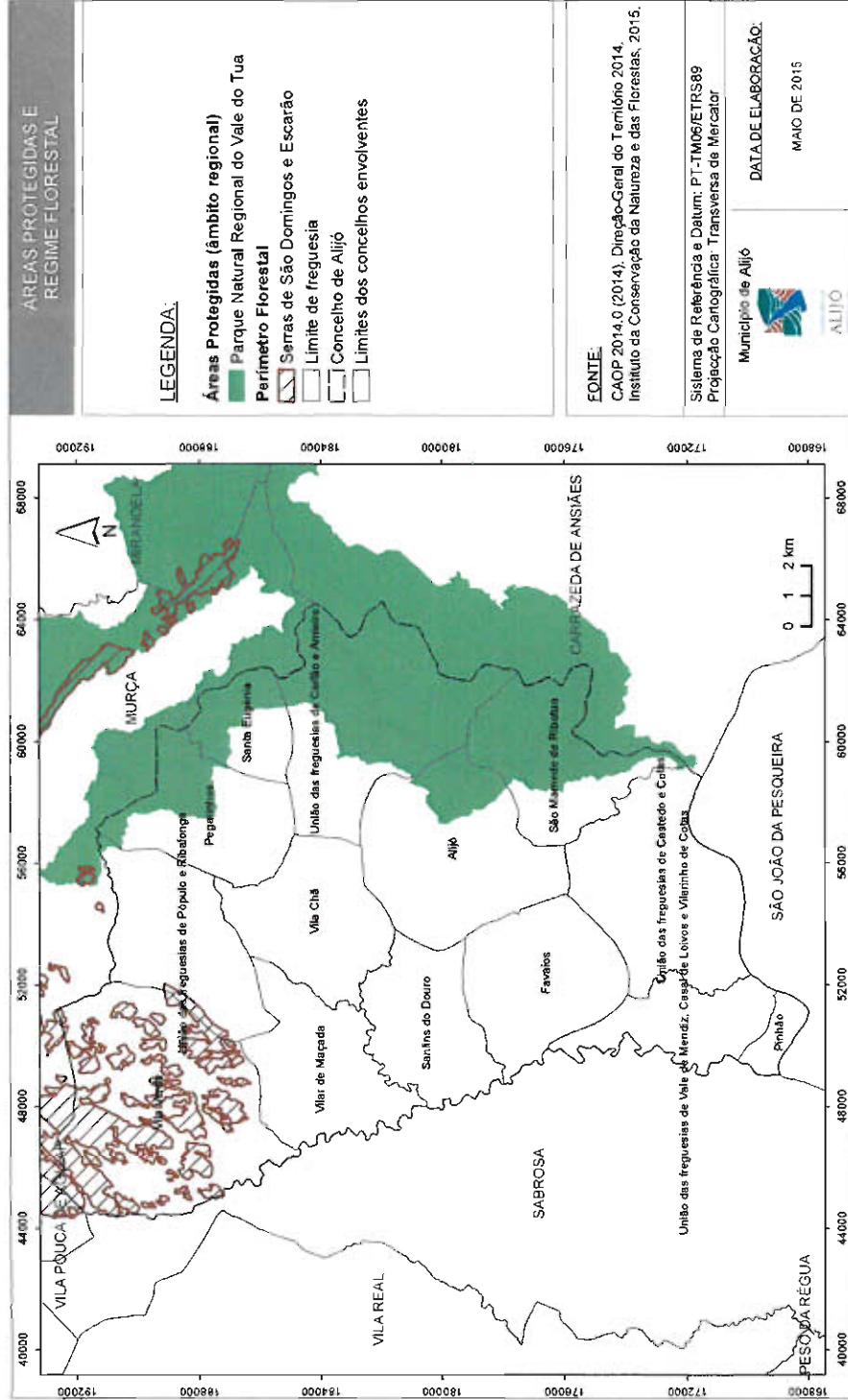
Sistema de coordenadas e de referência: PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração: 05 julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017) ICNF (2017) SMPC e GTF Município de Alijó (2018)

Mapa n.º 14





Instrumentos

Planeamento Florestal

Legenda:

Concelhos Limitrofes

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

Freguesias Concelho de Alijó

Limites Freguesia

Perímetro Florestal

Serra de São Domingosb e Escarão

Zona Intervenção Florestal

ZIF Alijó Norte

Baldios Concelho Alijó

Áreas Baldias

Sistema de coordenadas e de referência:
PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:
05 julho de 2018

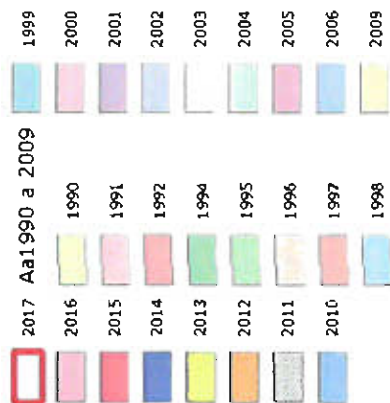
Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
ICNF (2017)
SMPC e GTF Município de Alijó (2018)

Mapa n.º 16

The map illustrates the forest planning instruments for the Alijó Municipality. It shows the municipality's boundaries and internal freguesias. The map is color-coded according to the legend: light blue for Carrazeda de Ansiães, light green for Murça, yellow for Sabrosa, and pink for Vila Pouca de Aguiar. Dark blue areas represent Baldios, and light blue areas represent ZIF Alijó Norte. The map includes a north arrow, a scale bar (0 to 500 km), and a coordinate system (PT-TM06/ETRS89).

**Mapa áreas ardidas
1990 a 2017**

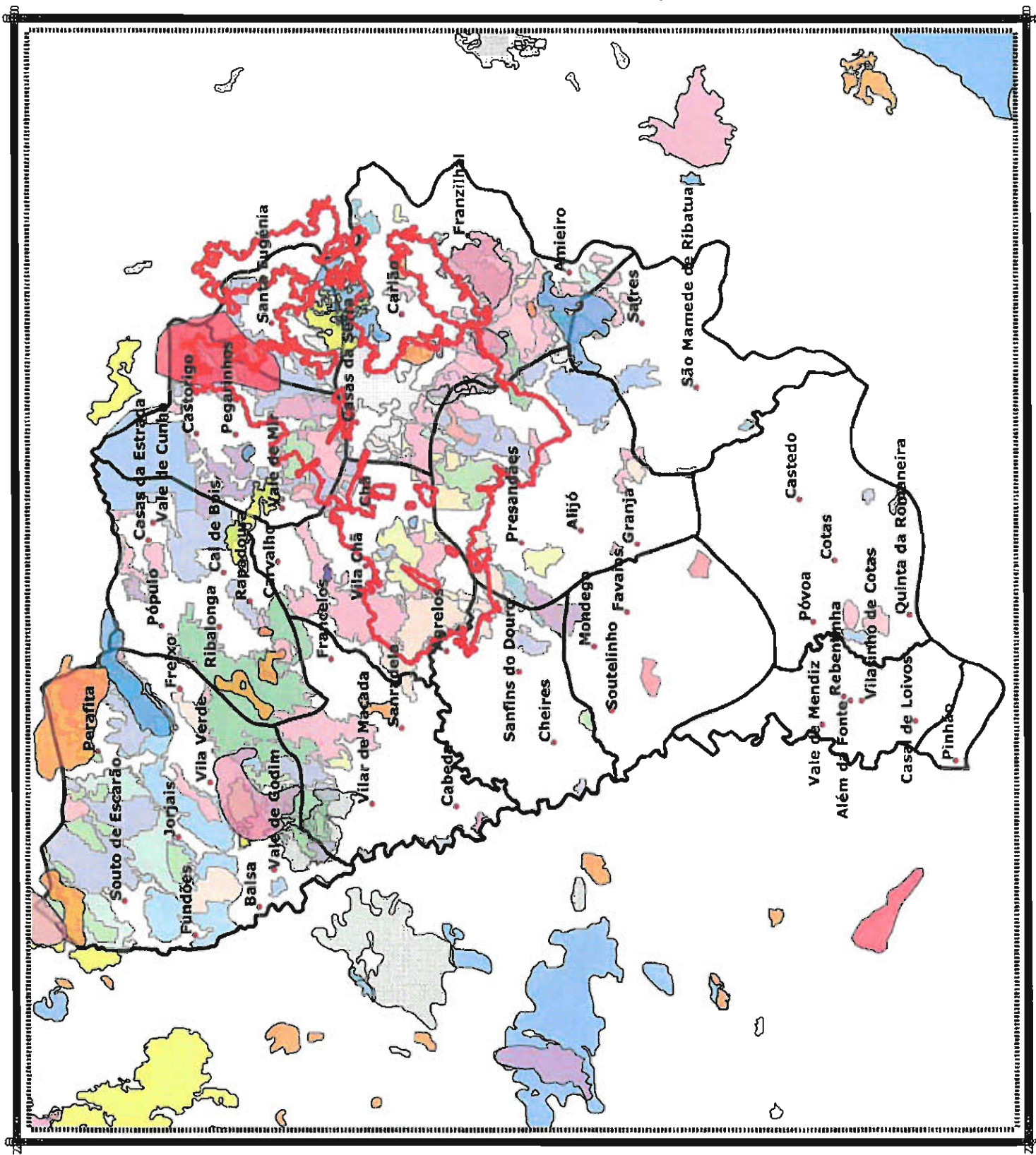
Legenda:

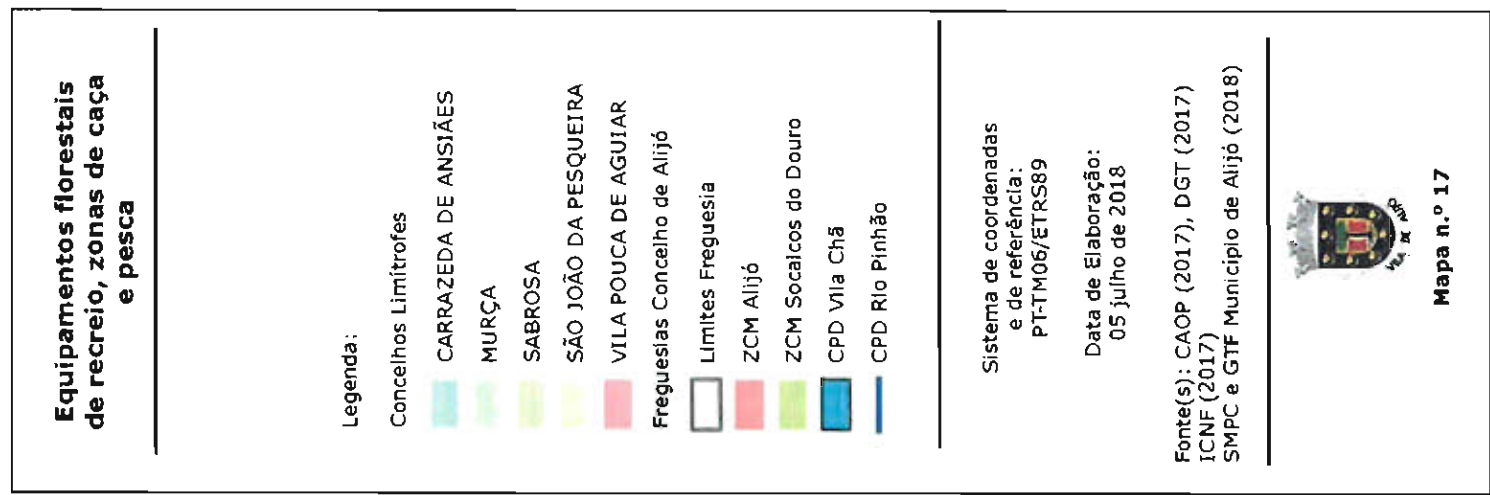
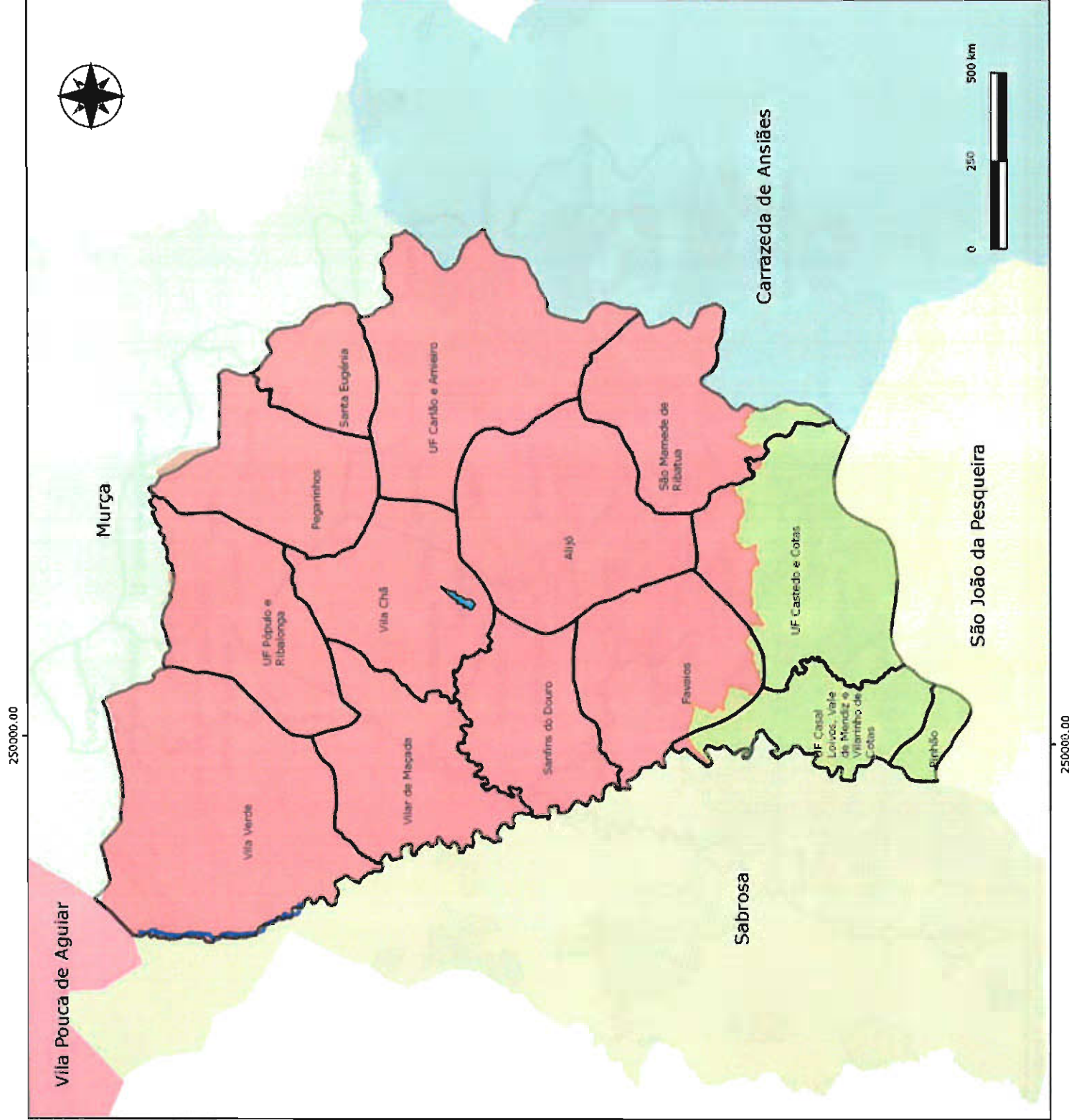


Projeção Rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss

Elaboração: 03 de novembro de 2017
Fonte(s): GTF Município de Aljô (2017)

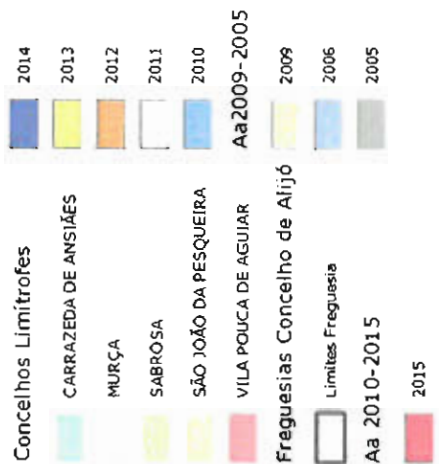
Escala 1:130,000





Área Ardida no Concelho de Alijó (2005-2015)

Legenda:



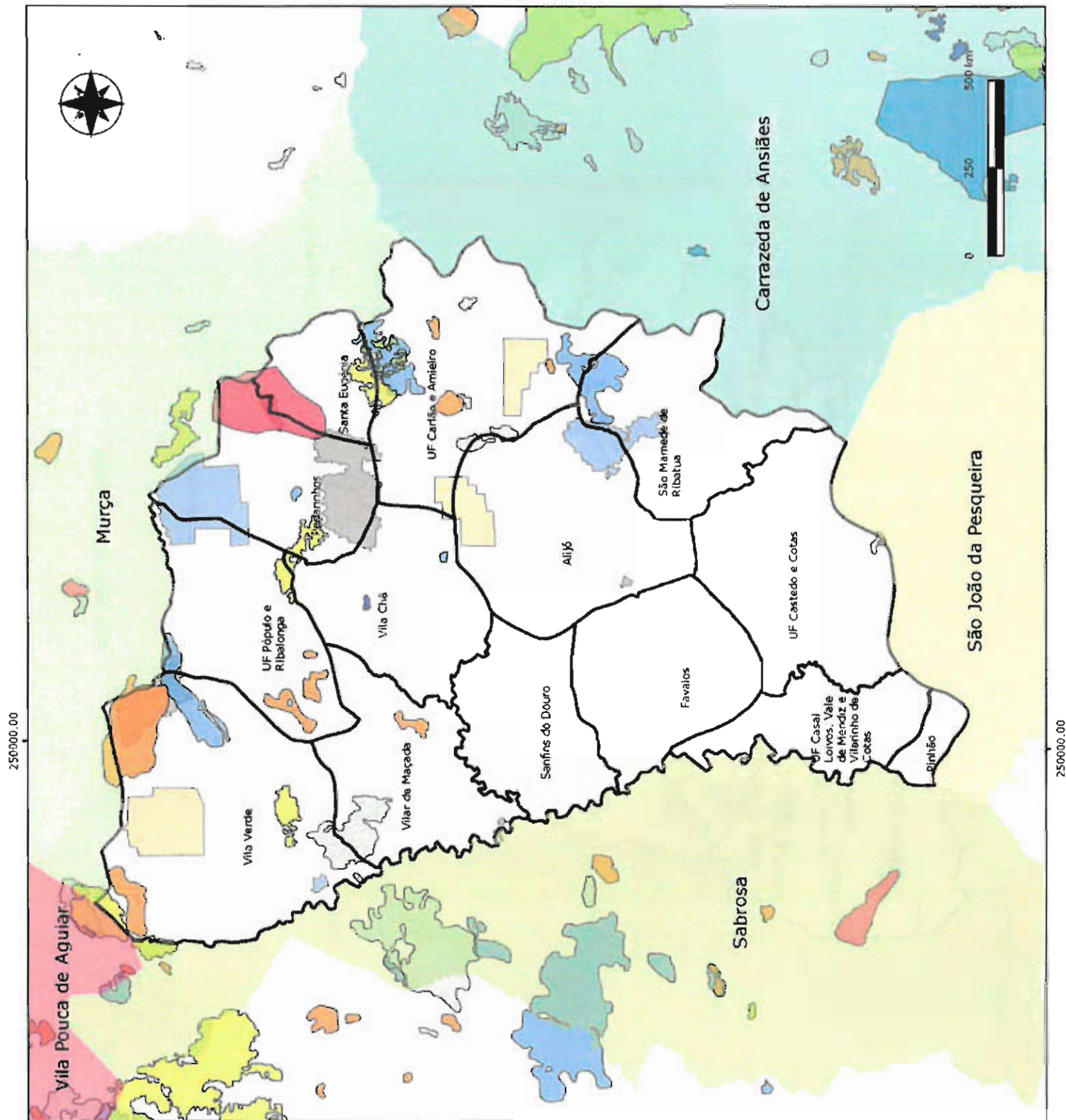
Sistema de coordenadas
e de referência:
PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:
05 julho de 2018

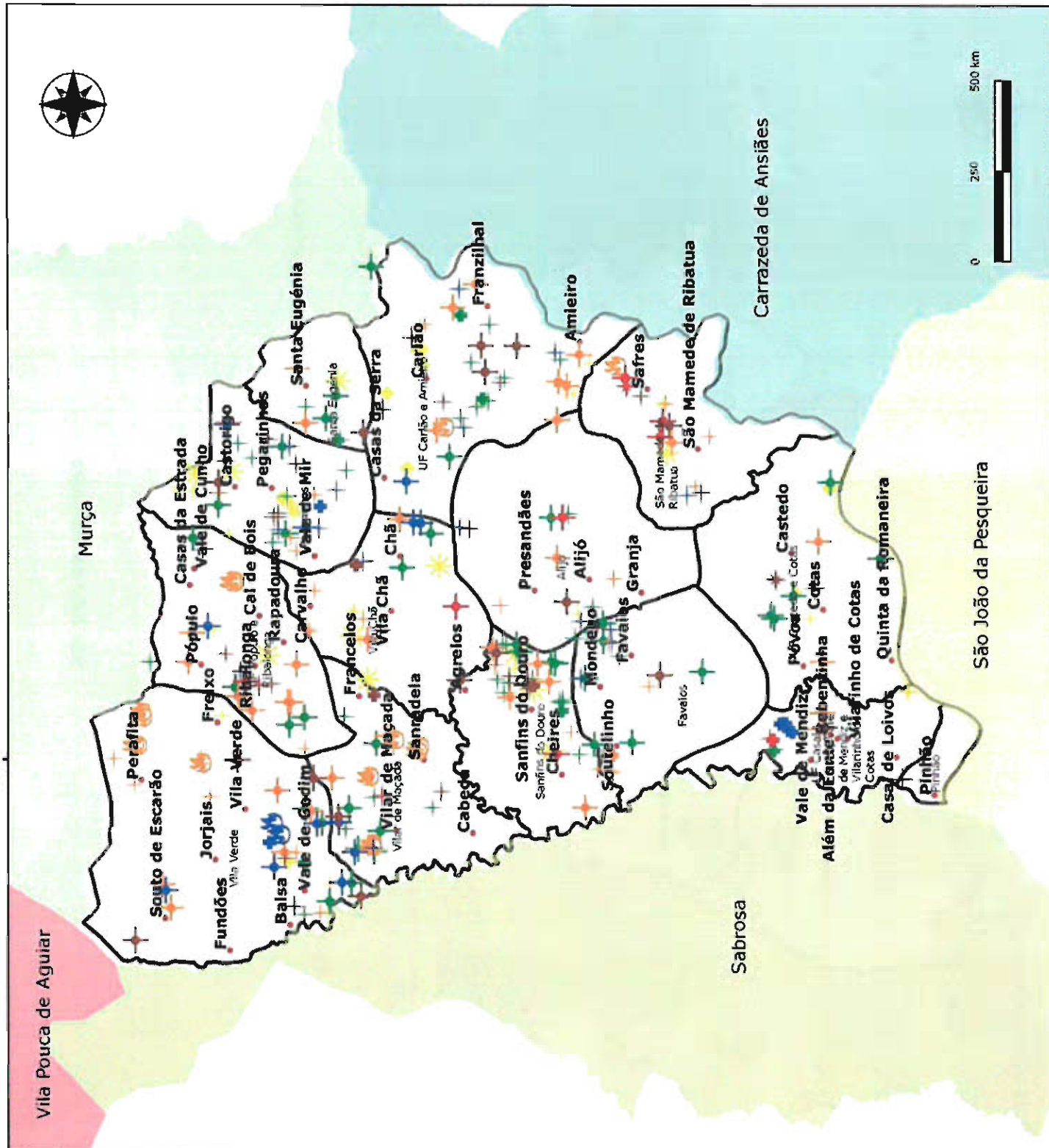
Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
ICNF (2017)
SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Mapa n.º 18



2500000.00



2500000.00

Pontos Prováveis de Início e Causas (2010-2015)

Legenda:

Concelhos Limitrofes	2012 Intencional
CARRAZEDA DE ANSIÃES	2012 Negligente
MURÇA	2012 Reckless
SABROSA	2013 Desconhecida
SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	2013 Intencional
VILA POUCA DE AGUIAR	2013 Negligente
Freguesias Concelho de Alijó	2013 Reckless
Limites Freguesia	2014 Desconhecida
Pontos início	2014 Intencional
2010 Desconhecida	2014 Natural
2010 Intencional	2014 Negligente
2010 Natural	2015 Desconhecida
2010 Negligente	2015 Intencional
2011 Desconhecida	2015 Natural
2011 Intencional	2015 Negligente
2011 Negligente	2012 Desconhecida

Sistema de coordenadas e de referência:
PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:
05 julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
ICNF (2017)
SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Mapa n.º 19

2500000.00



Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

**Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra
Incêndios 2018-2027**

Caderno II - Plano Ação

Câmara Municipal de Alijó



CADERNO II – PLANO AÇÃO

ÍNDICE

1. Enquadramento do Plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios -----	52
2. Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios e da zonagem do território-----	55
2.1 – Mapa de Combustíveis Florestais -----	55
2.2 – Cartografia de Risco -----	57
3. Objetivos e Metas do PMDFCI -----	62
3.1 – Tipologia do Concelho -----	62
3.2 – Objetivos e metas -----	62
4. Eixos Estratégicos -----	63
4.1 - 1.º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais-----	63
4.1.1 – Levantamento da Rede da Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI) -----	64
4.1.1.2 – Rede Viária Florestal (RVF) -----	67
4.1.1.3 – Rede de Pontos de Água (RPA)-----	70
4.1.1.4 – Silvicultura no âmbito da DFCI-----	73
4.1.2 – Planeamento das ações referentes ao 1.º Eixo Estratégico-----	76
4.1.2.1 – Rede de FGC e MPGC, RVF RPA para o decénio 2018-2027-----	76
4.1.2.2 – Rede de FGC e MPGC-----	76
4.1.2.3 - Regras para construção de edifícios fora das áreas consolidadas-----	77
4.1.2.4 – Rede Viária Florestal-----	78
4.1.2.5 – Rede Pontos de Água-----	78
4.1.2.6 – Metas e Indicadores-----	79
4.1.2.7 – Orçamentos e Responsáveis-----	80
4.2 - 2.º Eixo Estratégico – Reduzir a incidência dos incêndios-----	81
4.2.1 – Avaliação-----	82
4.2.1.1 – Comportamento de risco-----	82
4.2.1.2 – Fiscalização-----	85
4.2.2.3 – Metas e Indicadores-----	86
4.2.2.4 – Orçamentos e Responsáveis-----	86



4.3 - 3.º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios-----	87
4.3.1 – Avaliação-----	88
4.3.1.1 – Vigilância e detecção-----	88
4.3.1.2 – Primeira Intervenção-----	89
4.3.1.3 – Rescaldo e vigilância pós-incêndio-----	90
4.3.2 – Planeamento das ações referentes ao 3.º Eixo Estratégico-----	92
4.3.2.1 – Metas e indicadores-----	92
4.3.2.2 – Orçamento e responsáveis-----	93
4.4 - 4.º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas-----	94
4.4.1 – Avaliação-----	94
4.4.1 – Estabilização de emergência-----	95
4.4.2 – Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico-----	95
4.4.2.1 – Estabilização de emergência-----	96
4.4.2.2 – Reabilitação de povoamentos e habitats florestais-----	93
4.5 - 5.º Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz -----	98
4.5.1 – Formação-----	100
4.5.2 – Planeamento das Ações referentes ao 5.º Eixo Estratégico-----	100
4.5.2.1 – Organizações SDFCI-----	100
4.5.2.2 – Formação-----	103
4.5.2.3 – Estimativa de Orçamento para implementação do PMDFCI-----	104
Anexos – Cartografia de Pormenor -----	105

Introdução

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do concelho de Alijó visa estabelecer a estratégia municipal que defina medidas necessárias para o efeito e planeamento integrado das diferentes das intervenções das entidades, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), em consonância com o respetivo Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) e com o Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios, no âmbito das atribuições da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, conforme o previsto no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação.

A estrutura e conteúdos do presente plano, seguem o regulamento do PMDFCI homologado pelo Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, publicado no Despacho 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro, bem como as diretivas e normas do Guia Metodológico para a Elaboração dos PMDFCI da ex- Autoridade Florestal Nacional (AFN), atual Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Sendo assim, o presente documento encontra-se dividido em três partes fundamentais:

- ✓ DIAGNÓSTICO (INFORMAÇÃO DE BASE) – CADERNO I;
- ✓ PLANO DE AÇÃO – CADERNO II;
- ✓ PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL (POM) – CADERNO III.

O presente documento reporta-se ao Caderno II – Caderno de ação, que se refere à avaliação e planeamento de ações que suporta estratégia municipal de DFCI, definindo metas, indicadores, responsáveis e estimativa orçamental, sendo constituído por:

Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios;

Análise do risco e da vulnerabilidade aos incêndios;

Objetivos e metas municipais de DFCI;

- ✓ 1.º Eixo Estratégico — Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (itens desenvolvidos: redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível; rede viária florestal; rede de pontos de água; silvicultura no âmbito da DFCI);



- ✓ 2.º Eixo Estratégico — Redução da incidência dos incêndios (itens desenvolvidos: comportamentos de risco e sensibilização da população; fiscalização);
- ✓ 3.º Eixo Estratégico — Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios (itens desenvolvidos: vigilância e deteção; 1.ª intervenção; combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio);
- ✓ 4.º Eixo Estratégico — Recuperar e reabilitar os ecossistemas (itens desenvolvidos: ações de estabilização de emergência e reabilitação pós-incêndio; Planeamento da recuperação de áreas ardidas);
- ✓ 5.º Eixo Estratégico — Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz: (itens desenvolvidos: identificação das competências das entidades; planificação das reuniões da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) e monitorização e revisão do PMDFCI).



1. Enquadramento do Plano no âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O principal objetivo do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) é o de constituir uma ferramenta de trabalho, ao nível do Concelho, que permita a implementação das disposições presentes no PMDFCI e que sirva de instrumento para todas as entidades que integram o sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI).

De modo a dar cumprimento ao artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado pelo D.L. n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, com a redação atual da Lei n.º 76/20017, de 17 de agosto, à Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio, bem como Portaria n.º 1139/2006 de 25 de Outubro, que estabelece a estrutura tipo, o PMDFCI do Concelho de Alijó contém ações necessárias à Defesa da Floresta Contra Incêndios e, para além das ações de prevenção, incluiu a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

O Decreto-Lei n.º 14/2004 de 8 de Maio cria as Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI). Estas são o centro de coordenação e ação local de âmbito municipal, tendo como missão coordenar as ações e promover a sua execução no que diz respeito à defesa da floresta contra incêndios.

Entre outras, são atribuições da CMDFCI e de acordo com o n.º 2 do art. 3-Bº do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado pelo D.L. n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, com a redação atual da Lei n.º 76/20017, de 17 de agosto avaliar e emitir parecer prévio sobre o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A elaboração do PMDFCI foi sustentada nas características específicas do território, nomeadamente as decorrentes da sua natureza urbana, periurbana ou rural e das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais, bem como mas orientações emanadas no Plano Regional de Ordenamento do Território.

É com este espírito que, a nível municipal, é operacionalizada e implementada a estratégia da DFCI. As ações que sustentam o PMDFCI deverão procurar satisfazer os objetivos e as metas preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), devendo ser organizadas e hierarquizadas em função do seu impacto esperado na resolução dos problemas identificados no Concelho.



Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios deverá ser o instrumento orientador das diferentes ações, políticas e orientações das diversas entidades que compõem a CMDFCI.

Os Serviços Municipais de Protecção Civil deverão garantir a coordenação de todas as operações e forças de socorro, emergência e assistência e consequentemente da actividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência. A CMDFCI, na dependência hierárquica e funcional do presidente da Câmara Municipal, deverá acompanhar de perto todo o trabalho de planeamento da prevenção e a sua operacionalização das acções de silvicultura preventiva (limpeza de matos, limpeza e beneficiação de caminhos, criação de zonas de descontinuidade, acesso às manchas florestais), propondo medidas para a beneficiação de estruturas de apoio ao combate aos incêndios (rede viária, rede divisional e pontos de água).

As ações de Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais, a sensibilização e formação junto das populações a implementar pelas Freguesias, para a tomada de consciência de práticas erradas do uso do fogo e a necessidade da implementação de medidas de autodefesa e o aumento da fiscalização por parte do SEPNA/GNR, deverão ser operacionalizadas, a nível municipal, em sede da CMDFCI.

O PMDFCI assume como período temporal, para o desenvolvimento das políticas sectoriais, para a concretização dos objectivos e acções, um período de vigência de dez anos, estando sujeito a revisão sempre que se justifiquem alterações aos objetivos e metas preconizados, ou alterações em elementos estruturantes do mesmo, nomeadamente, no desenho das redes de defesa da floresta contra incêndios, na carta de perigosidade e nas regras relativas à dimensão das faixas de gestão de combustível para efeitos do cumprimento do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, na sua atual redacção, ou ocorram alterações no quadro legal aplicável à DFCL, não resultando daí alteração no período de vigência, de acordo com n.º 1 do artigo 5.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro.

Tendo em atenção as entidades responsáveis, direta ou indiretamente, na floresta, de seguida faz-se o enquadramento destas com os objetivos estratégicos, operacionais, ações a desenvolver e metas a atingir tendo como base os principais eixos estratégicos e o nível municipal em termos de planeamento das ações.

O PMDFCI é elaborado em consonância com os seguintes instrumentos:



Caderno II – Plano Ação

- Plano Diretor Municipal (PDM) – Aviso n.º 6460/2014, de 27 de maio;
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF), aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 4/2007, de 22 de janeiro;
- Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI);
- Orientações Estratégicas para a recuperação das áreas ardidas;
- Estratégia Nacional para as Florestas.

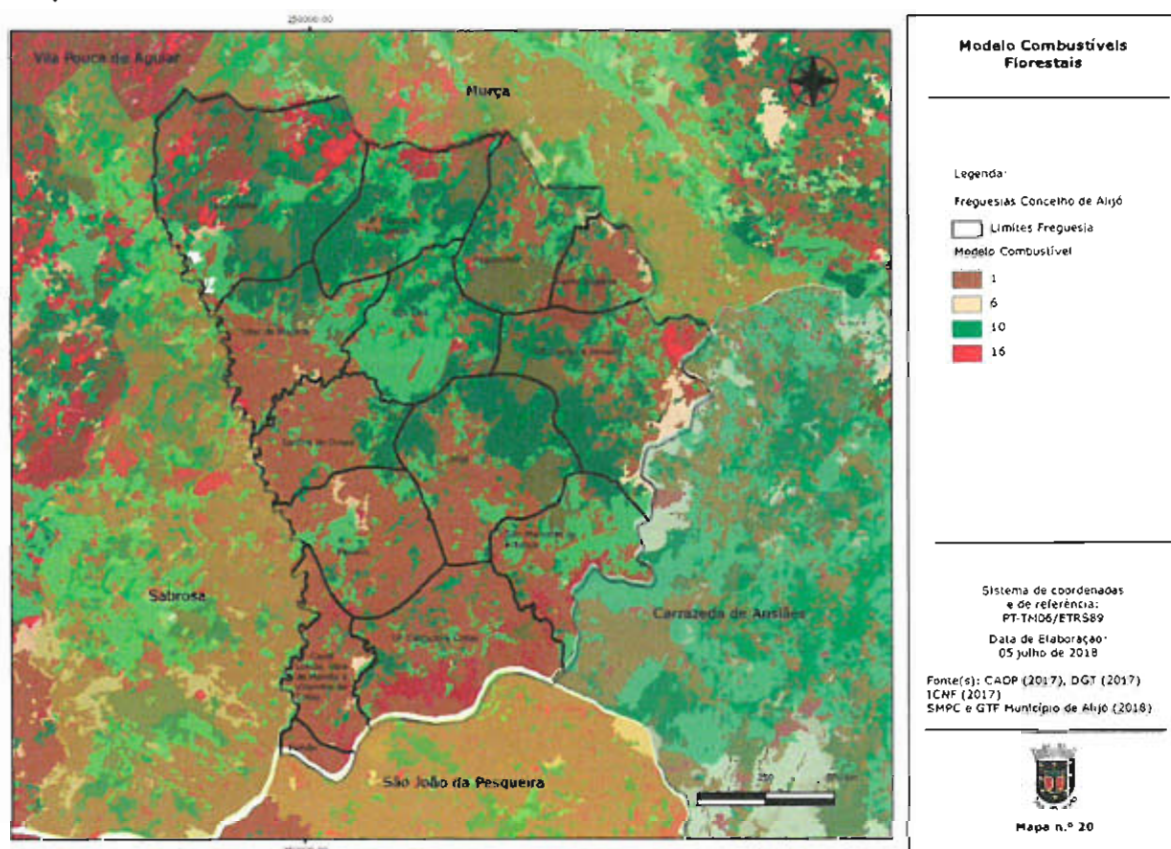


2. Modelos de Combustíveis, Cartografia de Risco e Prioridades de Defesa Contra Incêndios Florestais - Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios e da zonagem do território

2.1 – Mapa de Combustíveis Florestais

O mapa dos combustíveis florestais é uma importante ferramenta de apoio ao planeamento, prevenção e combate aos incêndios florestais. A elaboração desta carta assenta na comparação das diferentes comunidades vegetais para executar a caracterização, da inflamabilidade, da combustibilidade e da carga de combustível, que são as características que mais influenciam a propagação do fogo.

Mapa de combustíveis florestais



Mapa 20 – Modelo Combustíveis Florestais, fonte ICNF

A caracterização das formações vegetais que constituem um potencial combustível florestal estabelece uma tarefa essencial no processo de avaliação quantitativa do comportamento do fogo.



A caracterização do comportamento do fogo associado a condições ambientais específicas assume particular importância no processo de tomada de decisão em sistemas de gestão de fogo.

A realização da carta de combustíveis e a sua correta interpretação permitem um planeamento e aplicabilidade em diversas áreas da gestão dos incêndios florestais, tais como: o planeamento de fogos controlados, desenvolvimento de planos de contingência, definição de opções táticas de combate ao fogo, estimativa da quantidade de emissões produzidas por um incêndio, a quantificação da efetividade de tratamento de combustíveis, as dificuldades de contenção de um incêndio e os efeitos do fogo são aspetos que estão diretamente ligados ao comportamento do fogo.

O Concelho encontra-se dividido em duas zonas: a Zona Norte constituída essencialmente por povoamentos de resinosas, sendo o Pinheiro bravo a espécie dominante, bem como áreas de incultos.

Estas áreas são caracterizadas pela libertação de combustíveis finos (agulhas e ramos), materiais que entram em ignição com facilidade, pois facilmente perdem humidade e requerem muito pouca energia para se incendiarem. Por outro lado existem matos, muitas das vezes de porte elevado permitindo uma continuidade horizontal e vertical de vegetação, condição determinante na rápida propagação de um incêndio florestal.

Já a Zona Sul é caracterizada, na sua maioria por uma superfície agrícola de monocultura (vinha), algumas folhosas e por vegetação arbustiva e herbácea.

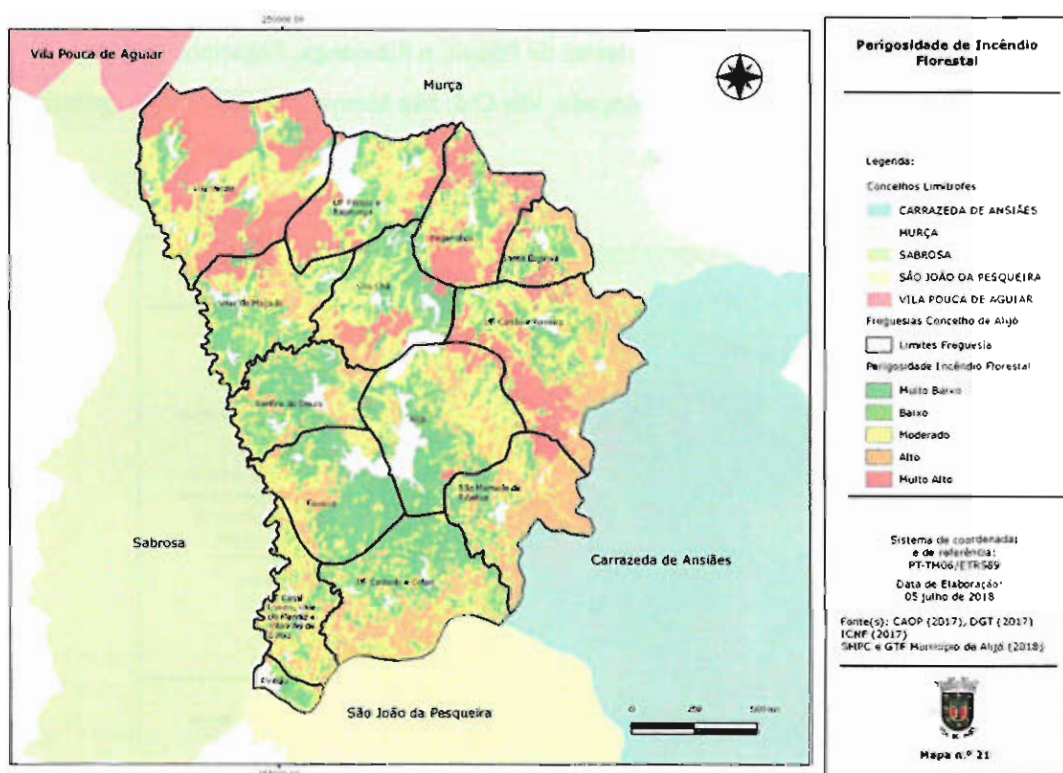
Não quer isto dizer que não ocorram incêndios florestais nesta zona, a probabilidade de ocorrência é que é considerada menor, devido à sua reduzida dimensão e composição florística.

2.2 - Cartografia de Risco

A cartografia de risco florestal traduz-se na ferramenta de apoio importante no planeamento, prevenção e redução da área ardida, pois assenta no conhecimento das características do terreno, e de acordo com a metodologia do ICNF compreende dois mapas, o mapa da perigosidade de incêndio florestal que resulta da combinação da probabilidade com a suscetibilidade, apresentando o potencial do território para a ocorrência de incêndios florestais e deve ser utilizado para as ações de prevenção.

O outro mapa é o mapa de risco de incêndio florestal que resulta da combinação dos elementos do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) e indica o potencial de perda (valor económico) face à ocorrência de um incêndio florestal, ferramenta utilizada para prevenção mas também planeamento de ações de supressão.

Mapa de perigosidade de incêndio florestal



Mapa 21 – Mapa Perigosidade de Incêndio florestal

O mapa de perigosidade tem como objetivo auxiliar no planeamento de ações de prevenção, é um instrumento de gestão do território, como por exemplo, na restrição à edificação e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho com a sua redação atual,

bem como ferramenta a utilizar no planeamento do combate e vigilância (pré-mobilização dos meios).

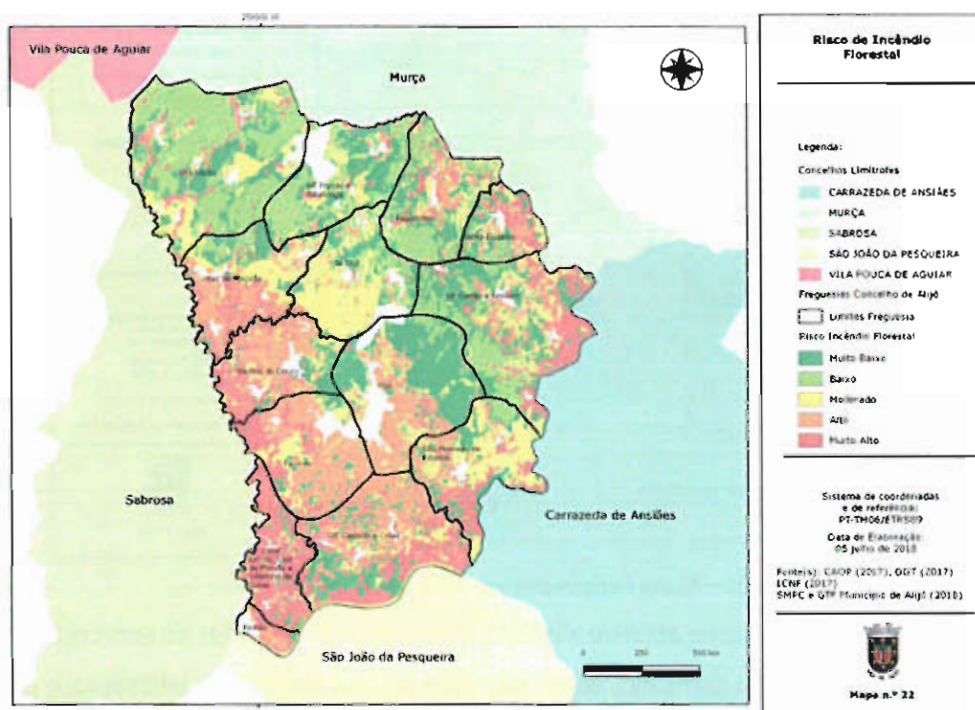
Combinando os fatores da probabilidade (recorrendo ao histórico) e da suscetibilidade (recorrendo às características do território, como a topografia, declive, ocupação do solo), o resultado do mapa apresenta o potencial de determinado território para a ocorrência do fenómeno, permitindo elaborar um planeamento adequado para a prevenção de incêndios florestais.

O mapa de perigosidade assume outra função, a restrição da edificação, de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º do DL n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas no DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro, e com a sua redação atual de acordo com a Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto que é dado conta no PDM de Alijó.

No Concelho de Alijó, a perigosidade alta e muito alta face a incêndios florestais concentra-se, principalmente, nos setores norte deste do território.

As freguesias que apresentam as áreas mais significativas inseridas em perigosidade alta e muito alta são Vila Verde, União das Freguesias de Pópulo e Ribalonga, Pegarinhos, União das Freguesias de Carlão e Amieiro, Vilar de Maçada, Vila Chã, São Mamede de Ribatua, freguesias onde a área florestal ainda é significativa.

Mapa de risco de incêndio florestal



Mapa 22 – Mapa Risco de Incêndio florestal



A carta de risco de incêndio tem como objetivo apoiar o planeamento de medidas de prevenção aos fogos florestais, assim como otimizar as infraestruturas disponíveis para a defesa da floresta e combate a nível municipal.

De acordo com as orientações do Decreto-Lei n.º124/2006 de 28 de Junho, com a sua atual redação e as portarias 1056/2004 de 19 de Agosto e 1060/2004 de 21 de Agosto, o Concelho de Alijó está incluído na Classe V – Muito alta, isto é, tendo por base a informação histórica sobre a ocorrência de incêndios florestais, ocupação do solo, orografia, clima, demografia, perigosidade, vulnerabilidade e valor foi estabelecida a uma metodologia para a criação da carta de risco.

Analizando todos os parâmetros, a sobreposição das diversas cartas temáticas e sabendo, à partida que todos dependem uns dos outros e são naturalmente suscetíveis a mudanças, examinando os elementos de risco como as edificações (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas, hospitais e outros equipamentos), estruturas (linhas de transporte e distribuição de energia elétrica, antenas de telecomunicações), redes ferroviárias, redes viárias e rede hidrológica, elaborou-se a carta de risco de incêndio para o Concelho de Alijó.

O elevado valor paisagístico dos espaços florestais, a existência de locais privilegiados para o recreio e lazer na floresta são uma mais-valia no património florestal existente no Concelho de Alijó.

O Concelho apresenta algumas condicionantes como o elevado risco de incêndio associado a áreas com grandes declives e risco de erosão e a elevado abandono dos povoamentos florestais em consequência da elevada faixa etária dos proprietários e consequente desertificação das zonas rurais.

De acordo com o mapa, os riscos alto e muito alto de incêndios florestais encontram-se distribuídos por todas as freguesias do Concelho, assumindo, contudo, maior preponderância nas áreas limítrofes do território concelhio, associados, sobretudo, ao elevado valor económico que a vinha assume.

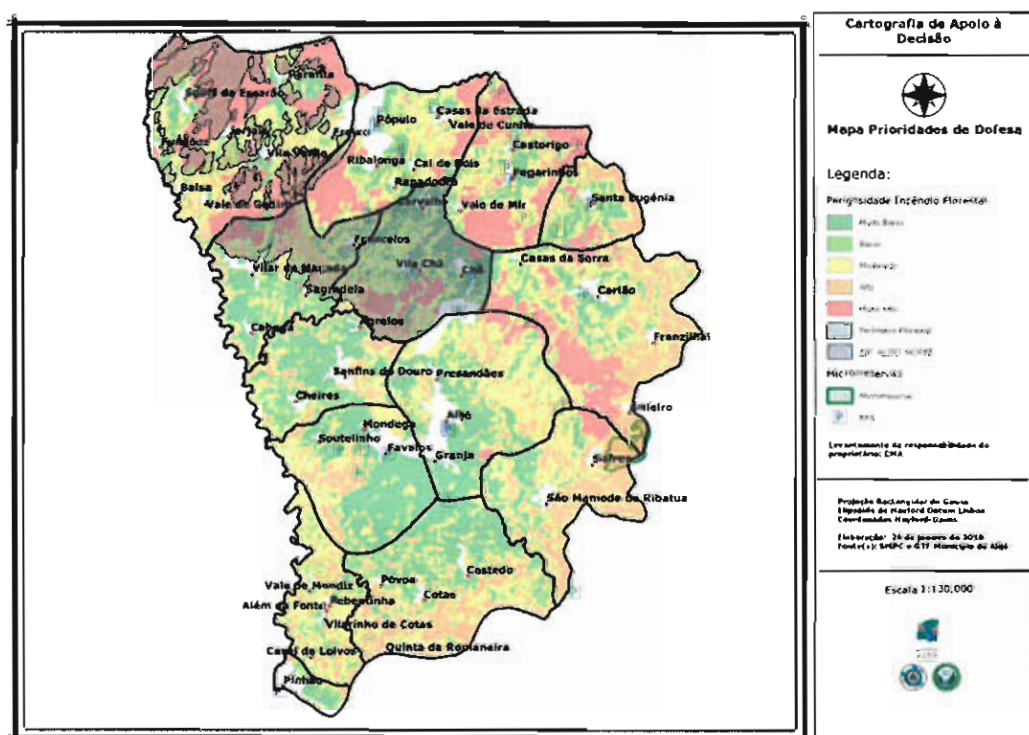
Importa ainda referir que as freguesias de Vila Verde e União das Freguesias de Pópulo e Ribalonga integram a zona crítica do Barroso, onde se reconhece ser prioritária a aplicação de medidas mais rigorosas de defesa da floresta contra incêndios, conforme explanado na portaria n.º 1056/2004, de 19 de agosto.

De acordo com a classificação obtida na Carta de Risco de Incêndio verifica-se que as zonas de Risco de Incêndio Muito Alto são zonas de elevado declive, áreas que correspondem a

deficientes acessos, pontos de água e visibilidade dos postos de vigia e áreas com elevado risco de erosão.

As zonas classificadas com Risco de Incêndio Alto são áreas muito suscetíveis à ocorrência de incêndios, uma vez que já foram percorridas e devastadas por grandes incêndios mais que uma vez o que torna uma situação bastante delicada na proteção e prevenção da floresta contra os incêndios.

Mapa de prioridades de defesa



Mapa 23 – Mapa Prioridades de Defesa

O mapa de prioridades de defesa tem como objetivo principal a identificação de elementos que interessa proteger, representando as manchas de risco de incêndio alto e muito alto sobre as quais se sobrepõem elementos expostos.

Perante este Plano, a redução do número de incêndios e área ardida, e as necessidades do Concelho podemos afirmar que as prioridades de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Alijó passam por:

- **Mudança comportamental por parte da população em geral (sabendo que estudos sobre o comportamento indicam que podem demorar 12 a 18 anos);**
- **Cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº124/2006 de 28 de Junho, com a sua redação atual por parte das entidades gestoras das infraestruturas inseridas nos espaços florestais:**



- . Faixas de gestão de combustíveis nos aglomerados populacionais;
- . Faixa de gestão de combustível no parque industrial;
- . Faixas de gestão de combustíveis na rede viária;
- . Faixas de gestão de combustíveis na rede ferroviária;
- . Faixas de gestão de combustíveis nas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica;
- . Faixas de gestão de combustíveis nas edificações confinantes com área florestal;
- Vigilância das áreas florestais não abrangidas pelos postos de vigia fixos;
- Recuperação do potencial florestal do Concelho (seguindo o plano de recuperação definido, que consiste em iniciar essa recuperação pelas grandes áreas, como são baldios e grandes proprietários, servindo de impulso para os pequenos agricultores possuidores de pequenas áreas) tendo em conta as Orientações Estratégicas para Recuperação de Áreas Ardidas;
 - . Dinamização e acompanhamento de projetos de limpeza, arborização e rearborização de manchas florestais;
 - . Dinamização e acompanhamento de projetos para recuperação de áreas ardidas;
 - . Dinamização e acompanhamento de projetos de luta contra agentes biológicos;
- . Aumento do ciclo temporal natural de fogos florestais e consequente diminuição da área de incultos e matos;



3 – Objetivos e Metas do PMDFCI

Os objetivos e metas do PMDFCI devem ter por base o estabelecido, de modo a cumprir o preconizado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2006, de 26 de maio, que enuncia a estratégia nacional para a defesa da floresta contra incêndio.

3.1 – Tipologia do Concelho

A tipificação dos Concelhos tem em consideração a sua especificidade no que diz respeito a duas variáveis, o número de ocorrências e a área ardida, orientando deste modo os objetivos, as prioridades e as intervenções a desenvolver, neste sentido, o Concelho de Alijó está classificado como uma tipologia T4, ou seja, muitas ocorrências e muita área ardida.

3.2 – Objetivos e metas

Tendo por base os objetivos e metas estabelecidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, preconizam-se os objetivos e metas anuais de DFCI para 2018-2027:

Objetivos	Metas									
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Diminuição do n.º de incêndios com área ≥ 1 ha	25%	25%	20%	20%	15%	15%	10%	10%	10%	5%
Diminuição do n.º de ocorrências com área ≤ 1 ha	25%	25%	20%	20%	15%	15%	10%	10%	10%	5%
Eliminação de incêndios com áreas ≥ 1000 ha	80%	80%	85%	85%	90%	90%	95%	95%	100%	100%
Redução da área ardida	25%	25%	20%	20%	15%	15%	10%	10%	10%	5%
Redução do n.º reacendimentos	10	10	5	3	3	3	3	3	3	3
1.ª intervenção ≤ 20 minutos	80%	80%	85%	85%	90%	90%	95%	95%	97%	80%

As metas apresentadas tiveram em consideração a análise do histórico dos incêndios florestais.



4. Eixos Estratégicos

Neste capítulo pretende-se fazer constar as ações necessárias à Defesa da Floresta Contra Incêndios, de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio de 2006.

Devem constar as ações de prevenção, bem como as previsões e programações das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a ocorrência de incêndios de acordo com o estabelecido nos cinco eixos estratégicos, sendo eles:

- 1.º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2.º Eixo Estratégico – Redução da incidência dos incêndios;
- 3.º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4.º Eixo Estratégico – Recuperação e reabilitação dos ecossistemas;
- 5.º Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

4.1 - 1.º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Este eixo tem como objetivo uma melhor organização do nosso território, ou seja, o aumento da gestão activa dos espaços silvestres, aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível e desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de bens e pessoas e tornar os espaços florestais mais resilientes à acção do fogo. Estes factores conduzem ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, fomentando a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

Como estratégia queremos aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à acção do fogo.

É através deste eixo que se vai dar resposta ao n.º 1 do artigo 15º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com a sua redação atual, uma vez que os espaços florestais que ficarem definidos neste Plano, as entidades gestoras destes espaços irão ser obrigados a uma gestão de combustíveis junto das diferentes infraestruturas.

Objetivo estratégico: Promover a gestão de combustível e intervir preventivamente em áreas estratégicas;

Objetivo operacional: - Proteger as zonas de interface urbana/floresta;

- Implementar programas de redução de combustíveis;
- Promover ações de silvicultura preventiva;



Ações:

- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios;
- Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível;
- Promover ações de silvicultura;
- Criar e manter redes de infra-estruturas (rede viária e rede de pontos de água);
- Incorporar a rede primária definida pelo ICNF no PMDFCI;

4.1.1 – Levantamento da Rede da Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)

O principal objetivo do levantamento da RDFCI é a realização do levantamento das infraestruturas DFCI presentes na área do Concelho de Aljô, uma vez que estas infraestruturas concretizam territorialmente, de forma coordenada, a infraestruturização dos espaços rurais decorrente da estratégia do planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios, e integram as seguintes componentes:

1. Redes de faixas de gestão de combustível (FGC) e mosaicos de parcelas de gestão de combustível (MPGC);
2. Rede viária florestal (RVF);
3. Rede de pontos de água (RPA);
4. Rede de vigilância (PV e LEE);

A Rede de Defesa da Floresta é constituída por um conjunto de infraestruturas, nomeadamente pela rede de faixas de gestão de combustível, mosaico de parcelas de gestão de combustível, rede viária florestal, rede de pontos de água, a rede de vigilância e deteção de incêndios e a rede de infraestruturas de combate.

As redes de faixas de gestão de combustíveis que constituem as redes primárias, secundárias e terciárias, têm um importante papel na prevenção de incêndios florestais, pois reduzem o risco de incêndio, dificultam a propagação dos incêndios e facilitam o seu combate.

O Decreto – Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, com a sua redação atual, define a dimensão e a entidade responsável pela gestão das faixas.



Objetivos Rede Primária:

- Diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo;
- Redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- Isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

Local de Atuação das Redes Primárias:

- Espaço Rural;

Objetivos Rede Secundária:

- Redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- Isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

Local de Atuação das Redes Secundárias:

- Nas redes viárias e ferroviárias públicas;
- Nas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica;
- Nas envolventes aos aglomerados populacionais e a todas as edificações, aos parques de campismo, às infraestruturas e parques de lazer e de recreio, aos parques e polígonos industriais e aos aterros sanitários.

Obrigatoriedade:

- Na rede viária, é obrigatório providenciar a limpeza de uma faixa lateral do terreno confinante, numa largura não inferior a 10 metros. Estas faixas de gestão de combustível serão da responsabilidade das Infraestruturas e Portugal (Rede Nacional) e das Estradas Municipais (Rede Municipal).
- Nas linhas de transporte de energia elétrica, rede de muito alta e alta tensão e rede de média tensão, é obrigatório providenciar a limpeza de uma faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura, não inferior a 10 e 7 metros, respetivamente, sendo da responsabilidade da REN e EDP.
- Nos aglomerados populacionais, confinantes com áreas florestais, é obrigatória a gestão do combustível numa faixa de proteção com largura mínima, não inferior a 100 metros, competindo a limpeza à entidade que detenha a administração dos terrenos.

Objetivos Rede Terciária:

- Isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

Local de Atuação das Redes Terciárias:

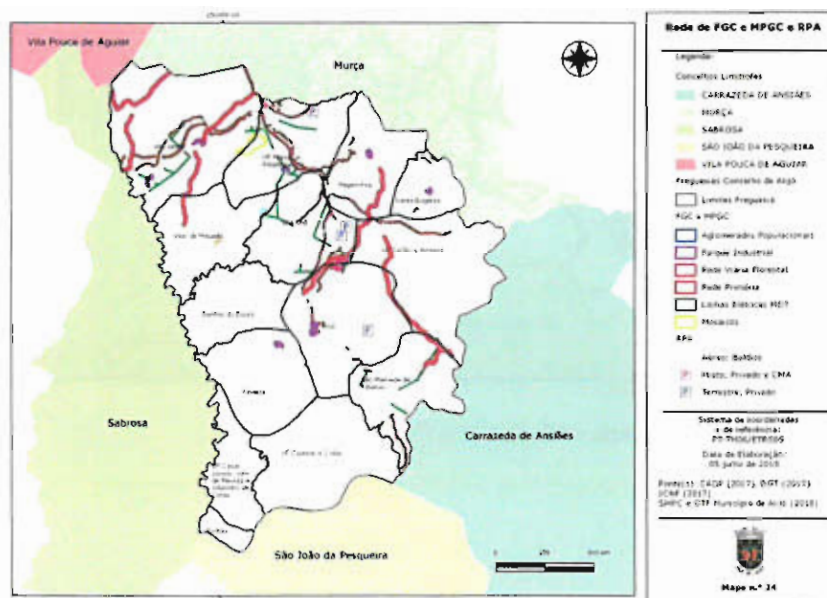
- Rede viária, elétrica e divisional.

REDE DE FAIXAS GESTÃO COMBUSTÍVEL E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS

Verifica-se que as faixas de gestão de combustível estão inseridas nas Freguesias a Norte do Concelho, estas faixas foram selecionadas de acordo com a definição de aglomerados populacionais e submetidas à gestão do combustível, por parte do Município, numa primeira fase, agora com o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, são os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes com as edificações os responsáveis por levarem a cabo todas as ações de gestão de combustível e definidas neste plano.

Observa-se que a parte Sul do Concelho não apresenta faixas de gestão de combustível pois é uma zona onde a vinha predomina e os povoamentos florestais existentes encontram-se muito espalhados e não confinam com as edificações.

Pode-se verificar que as ações preconizadas pelo ICNF, quer na definição da Rede Primária, quer nas ações do Plano Nacional de Fogo Controlado, quer nas Queimadas, se refletem nas freguesias onde, de acordo com o histórico de incêndios florestais, apresentam mais área ardida e mais recorrência de incêndios e onde se verifica a existência de espaços florestais e matos.



Mapa 24 – Mapa da Rede de FGC e MPGC e RPA

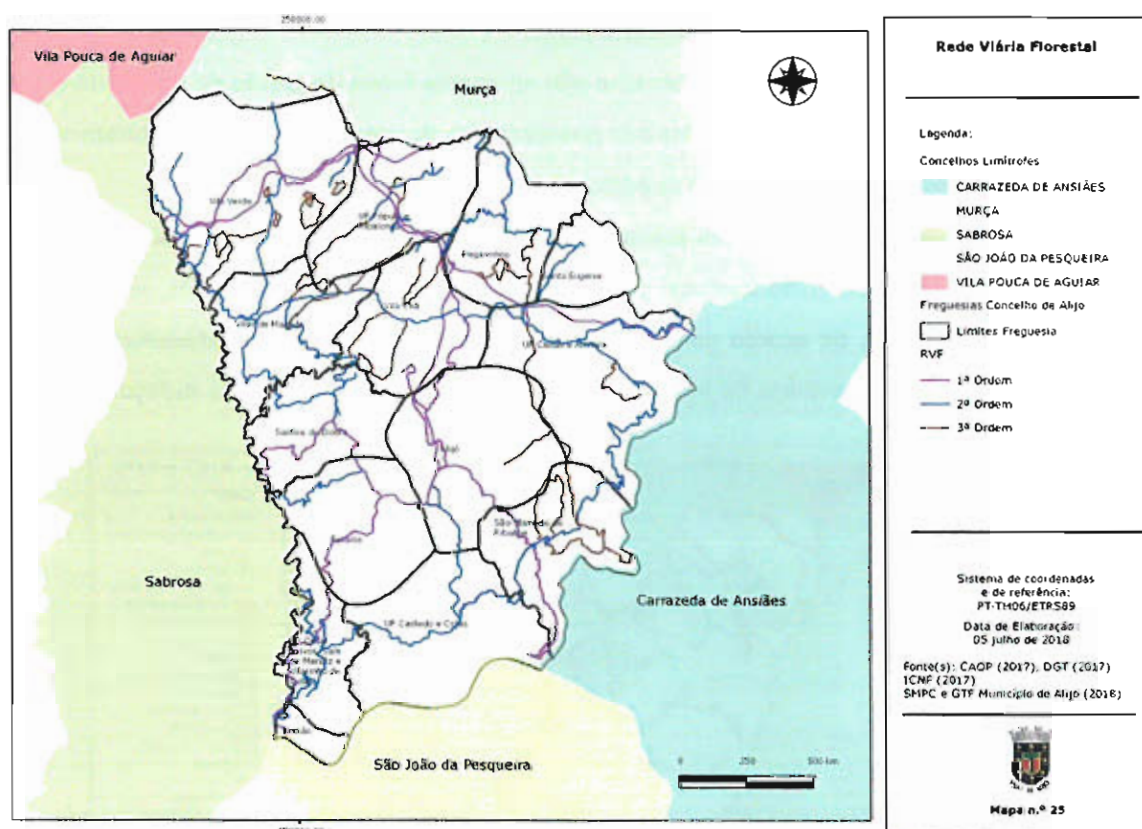
4.1.1.2 – Rede Viária Florestal (RVF)

A Rede Viária Florestal tem como finalidade o de melhorar a acessibilidade, tentando assim agilizar o combate aos incêndios.

O levantamento da rede viária florestal e sua caracterização vai permitir a limpeza dos caminhos florestais, manutenção dos pontos de água e melhorar o acesso às áreas florestais, requisitos essenciais para uma melhor reorganização e preservação da floresta.

Deste modo, a rede viária florestal deve ser cuidadosamente planeada e construída, com vista não só a garantir que possa cumprir eficientemente as diversas finalidades que determinam a sua criação, mas também a reduzir os custos de implantação e manutenção que este tipo de infraestruturas tradicionalmente acarretam e a reduzir os inevitáveis impactos na paisagem e nos recursos naturais.

REDE VIÁRIA FLORESTAL



Mapa 25 – Mapa da Rede Viária Florestal



Caderno II – Plano Ação

A rede viária é um dos pilares para a estratégia de defesa da floresta contra incêndios, constituindo com frequência o referencial para a implantação e eficiência das restantes componentes de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Os acessos aos espaços florestais constituem um aspecto relevante para o ordenamento florestal. São determinantes no escoamento dos produtos florestais, no combate a incêndios florestais e na oferta do recreio e lazer às populações.

A rede viária constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais. Além das restantes infra-estruturas com relevância para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a existência de cartografia de estradas e caminhos é de elevada importância para as operações de coordenação de meios de combate e para o desenvolvimento de estratégias.

Muitos dos caminhos florestais apresentados, foram feitos de novo enquanto os restantes foram todos beneficiados pela Câmara Municipal, em colaboração com os Bombeiros, e seu representante na CMDFCI, o que representa um apoio da maior importância no acesso às manchas florestais e no combate aos incêndios florestais.

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comp/Área	Unidades
Alijó	PNR	Rede de Estradas Nacionais	5266,424	m
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	31,125 1,06004472	ha %
Amieiro	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	17,631	ha
			2,72781537	%
Carlão	RVF	Rede Viária Florestal - 2ª Ordem	23,459	ha
			0,88376026	%
Favaio	PNR	Rede de Estradas Nacionais	2255,365	m
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	22,585 1,053122	m %
Pegarinhos	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	22,538	ha
			1,20001857	%
Pópulo	PNR	Rede de Estradas Nacionais	7209,467	m
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	19,681 1,61649959	ha %
Ribalonga	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	1,593	ha
			0,17451066	%
Sanfins	PNR	Rede de Estradas Nacionais	387,886	m

Douro				
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	18,672 1,09248326	ha %
Sta Eugénia	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	4,189 0,45815388	ha %
	PNR	Rede de Estradas Nacionais	3517,255	m
S. Mamede	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	35,642 1,77242831	ha %
	PNR	Rede de Estradas Nacionais	4131,325	m
Vila Chã	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	68,911 3,40686084	ha %
	PNR	Rede de Estradas Nacionais	11608,91	m
Vila Verde	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	41,069 0,9757942	ha %
	PNR	Rede de Estradas Nacionais	1390,65	m
Vilar Maçada	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	33,887 1,67797593	hha %
	Total da Rede Viária Florestal		317,523	

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 15º, do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, nos espaços florestais definidos no PMDFCI é obrigatório que a entidade responsável providencie a gestão do combustível, assim sendo, foi elaborado o levantamento das áreas em questão, no que diz respeito à rede viária e apresentadas às respectivas entidades gestoras para que tivessem conhecimento das áreas onde se deverá efectuar a gestão do combustível.

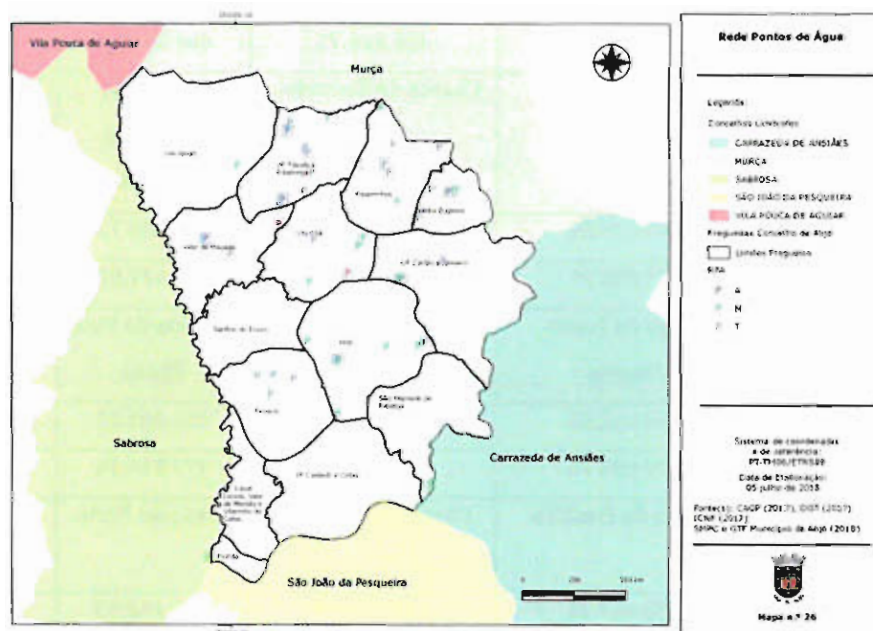
A gestão do combustível nestas áreas torna-se importante para a redução do número de incêndios florestais no Concelho, funcionando como barreiras de descontinuidade.

A manutenção e conservação da rede viária florestal é muito importante de forma a dar cumprimento às funções anteriormente descritas, no entanto, a elevada densidade de caminhos florestais obriga a dar prioridade aos caminhos principais, em detrimento de outros, devido ao elevado custo das operações.



4.1.1.3 – Rede de Pontos de Água (RPA)

REDE DE PONTOS DE ÁGUA – ACESSIBILIDADE E OPERACIONALIDADE



Mapa 26 – Mapa da Rede de Pontos de Água

Verifica-se a existência de vários pontos de água, uns classificados como pontos de água terrestres (charcas, poços, bocas de incêndio, tanques, fontes) e outros como pontos de água mistos (barragem, rios, piscinas, represas, tanques, lagos).

Todos os pontos de água foram validados no terreno, verificou-se a sua funcionalidade, estado de conservação.

A recolha, registo e actualização da base de dados dos pontos de água existentes é essencial para um bom desempenho na altura de actuação das equipas de combate aos incêndios florestais, o conhecimento destes faz com que o tempo de actuação seja minimizado e a operação de combate eficaz.

Também se pode verificar que a maior parte dos pontos de água só permite o abastecimento terrestre.



Exemplo de localização dos Pontos de Água do Concelho de Alijó.

Dados	Tanque da Corredoura	Ponto de água da Balsa	Lago da Chã	Ponto de água do Aeródromo
Eixo – xx	251 949.48	245 609.46	256 146.11	256 368.60
Eixo – yy	476 924.15	486 826.75	484 047.82	484 447.44
	Ponte de Monim	Charca da Sanradela	Tanque da Quinta da Tapada Velha	Poço dos Novos
Eixo – xx	249 679.05	249 939.42	253 882.71	253 266.06
Eixo – yy	484 888.25	483 779.46	479 627.65	478 931.49
	Largo da Fonte Favalos	Tanque da Quinta	Tanque de Vale Tijoso	Tanque da Corredoura
Eixo – xx	253 052.96	252 106.92	251 302.01	251 951.79
Eixo – yy	477 695.70	477 874.59	477 814.14	476 933.05
	Fonte do Ermitão	Charca da Burneira	Fonte do Porto	Tanque da Barroca
Eixo – xx	259 467.21	258 238.14	260 182.63	258 913.37
Eixo – yy	479 542.85	482 525.52	483 453.50	485 357.53
Dados	Charca entre Sta Eugénia e Pegarinhos	Mina do Alto Pinheiral	Piscinas da Pousada de Alijó	Poço do Centro de Dia Sta Eugénia
Eixo – xx	259 134.80	260 469.13	255 191.33	260 363.72
Eixo – yy	485 770.91	486 761.59	478 652.31	486 752.21
Dados	Poço entre Sta Eugénia e Pegarinhos	Boca-de-incêndio Pegarinhos	Represa da Botelhinha	Charca da Quinta da Cruzinha
Eixo – xx	259 647.40	257 565.17	256 982.20	256 207.12
Eixo – yy	486 882.93	487 632.71	486 127.41	487 924.52
Dados	Piscina de Pegarinhos	Poço de Castorigo	Tanque de Castorigo	Piscinas de Alijó
Eixo – xx	257 328.70	257 746.65	257 361.37	255 245.39
Eixo – yy	488 119.76	489 018.02	490 085.89	478 551.22
Dados	Piscinas da Quinta do Reconco	Piscina particular do Pópulo	Boca-de-incêndio do Pópulo	Poço do Pópulo (2)

Eixo – xx	260 836.26	252 640.80	252 661.33	252 791.39
Eixo – yy	486 858.59	489 648.41	489 579.12	490 018.03
Dados	Poço da Ribalonga	Poço de Vale de Mir	Tanque da Giesteira	Barragem de Vila chã
Eixo – xx	253 506.44	253 948.97	255 719.06	253 868.51
Eixo – yy	488 483.89	487 677.23	482 849.70	482 326.71
Dados	Praia fluvial do Pinhão			
Eixo – xx	249 096.66			
Eixo – yy	469 118.61			

Os dados do quadro anterior permitem a localização exacta dos pontos de água do Concelho, o que facilita a ação dos comandos em caso de incêndios, bem como ajuda na planificação dos meios a afectar, e como coordenar os seus abastecimentos.

Exemplo da descrição dos pontos de água mistos:

Freguesia	ID_PA	Código do tipo PA	Volume Máximo (m3)
Alijó	4	113	---
	5	113	240
	24	114	---
Favaio	23	214	1414
Pegarinhos	12	111	2945
	11	114	94248
	22	114	---
	9	113	150
	8	114	---
Pópulo	21	112	---
	15	113	---
	16	113	---
Ribalonga	17	112	---
	19	112	---
Vila Chã	2	211	6000000
	3	115	12500
	6	111	3000
	7	122	2000
Vila Verde	14	212	---
	20	112	---
Vilar Maçada	13	212	---

O Concelho de Alijó apresenta alguns pontos de água mistos nas Freguesias mais susceptíveis de ocorrência de incêndios florestais o que implica, desde que os meios estejam disponíveis e sejam solicitados, um ataque mais eficaz no combate às chamas.

4.1.1.4 – Silvicultura no âmbito da DFCI

O objetivo é modificar a estrutura da massa florestal, para dificultar a propagação do fogo através da sua diversificação, da quebra da continuidade dos combustíveis no seu perímetro, ao longo de estradas, linhas de água, assim como conservar ou favorecer a alternância das espécies, com a finalidade de quebrar a propagação do fogo.

Objetivo: Sensibilizar a População para a Silvicultura Preventiva

Objetivo Operacional:

- ✓ Reduzir / modificar os combustíveis de superfície de transição
- ✓ Distanciar a base da copa do solo
- ✓ Fomentar a introdução de Folhosas

De acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com a sua redação atual, o Município, para além de ser responsável da faixa de gestão de combustível no parque industrial e rede viária municipal, como entidade gestora, também tem a função de fiscalizar estas ações preconizadas.

O aumento dos danos provocados pelos incêndios florestais tem induzido uma consciência generalizada, tanto ao nível da população como entre as entidades públicas, e simultaneamente, provocada uma melhoria do conhecimento sobre o fenómeno da ocorrência de incêndios e quais os meios de luta e de prevenção mais eficazes para minimizar o problema. No entanto, apesar da maior disponibilidade de recursos humanos e materiais para o seu combate, os resultados revelam uma ineficácia crescente ou flutuante destes meios, tornando-se cada vez mais evidente que só através de uma política baseada essencialmente em ações de prevenção e coordenação, se poderá chegar a uma situação estável de redução do risco de incêndio.

Assim, terão de ser tomadas medidas de proteção contra incêndios, que integrem cada vez mais ações de prevenção e que englobem os seguintes aspectos fundamentais:

- ✓ **Correção dos erros estruturais e culturais que a generalidade dos povoamentos de resinosas do Concelho apresenta, designadamente no que respeita às continuidades verticais e horizontais de cargas de combustíveis;**

Gestão da vegetação através de corte mecânico de matos

Muitos dos povoamentos de resinosas crescem de uma forma desordenada. Para um melhor aproveitamento dos recursos e implementação de uma verdadeira actividade sustentável, poder-se-ão criar condições para destinar estes resíduos às escolas do



concelho ou outras instituições sem fins lucrativos, ou ainda a futura central de biomassa.

Gestão da vegetação através de corte manual de matos

Preconiza-se a limpeza de matos, por faixas ou manchas de dimensão variável, em zonas com intensa regeneração natural de vegetação autóctone, linhas de água ou locais cujas características orográficas permitam a criação de áreas de contenção do fogo.

Desbaste, desrama e eliminação de resíduos

Conjunto de operações a desenvolver, em faixas de dimensão variável, ao longo dos caminhos que atravessam ou ladeiam os povoamentos, faixas que se entrepõem entre povoamentos e áreas agrícolas e/ou de matos onde a probabilidade de utilização de fogo como prática cultural é elevada.

- ✓ **Realização de ações de sensibilização e formação da população em geral, com especial destaque para as classes etárias mais baixas. Sensibilização da fracção da população mais directamente ligada à problemática dos incêndios florestais (Técnicos, Bombeiros, Sapadores, Vigilantes, etc.);**

Aproveitar as diversas oportunidades existentes na área das acções de formação (frequentemente subsidiadas pela União Europeia), para aumentar a especialização e o conhecimento daqueles que desenvolvem o seu trabalho em actividades relacionadas com a floresta.

- ✓ **Investigação das principais causas e factores que contribuem para a ocorrência de incêndios;**
- ✓ **Estudo e aplicação das técnicas de gestão de combustíveis;**

Gestão da vegetação através de fogo controlado:

Consiste na eliminação, através do fogo, da parte aérea dos matos de forma a criar áreas de dimensão variável, dominadas predominantemente por gramíneas e/ou rebentação de arbustos. Esta técnica será aplicada em áreas de matos e/ou subcoberto de resinosas, pretendendo-se, simultaneamente, criar áreas de pastoreio e quebrar a continuidade vertical e horizontal dos combustíveis.

- ✓ **Construção e beneficiação dos pontos de água;**

Uma vez realizado o levantamento, caracterização e validação dos pontos de água distribuídos pelo Concelho, existe a necessidade de ser comprovado o seu estado de

conservação antes da época crítica dos incêndios. A sua localização deverá estar claramente sinalizada e o seu funcionamento deverá ser autónomo.

✓ **Conservação da Paisagem;**

A deflagração de incêndios nas áreas de matos, muitas vezes contíguas a povoamentos de espécies florestais resinosas ou autóctones, prende-se sobretudo, com a criação de zonas de pasto e abertura de clareiras para a caça. Assim, nestas áreas pretende-se potenciar o aparecimento, em manchas ou faixas, de vegetação herbácea e/ou arbustiva pouco lenhificada com vista à criação de zonas de pasto para o gado e fauna selvagem.

Também no âmbito da silvicultura preventiva poderão ser instaladas cortinas de abrigo, com o objectivo de reduzir localmente a velocidade do vento e interceptar faúlhas e outros materiais incandescentes.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, constituem efectivas barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, preconiza-se a limpeza e condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

Deve evidenciar-se a importância do tratamento das FGC no planeamento da rede viária estruturante, nacional, municipal e local. Essa abordagem tem como objectivos diminuir a probabilidade da deflagração de fogos nas bermas das estradas, dificultar a propagação de focos nascentes e facilitar a utilização destas vias como pontos de acesso e de apoio ao combate das frentes de fogo.

As Faixas de Redução dos Combustíveis, com uma largura mínima de 100 m em redor das povoações, não são desenhadas para parar um fogo, mas sim para conferir às forças responsáveis pelo combate uma maior probabilidade de sucesso no ataque e contenção de um grande incêndio florestal.

A manutenção deverá ser integrada com actividades geradoras de recursos financeiros como a silvo pastorícia, a gestão cinegética, a recolha de biomassa para energia, a agricultura ou a produção de frutos silvestres. Igualmente deverá ser otimizada a utilização dos sapadores florestais ou de outras estruturas locais que operem na gestão de combustíveis.

Também haverá a necessidade de proteger as habitações e outras edificações em espaços rurais, começando no planeamento dos usos do território, executando uma



faixa de 50 metros de largura mínima, prevista no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual.

Para que ocorra sucesso nas medidas de proteção das habitações inseridas em espaços florestais e para que haja dinamização da aplicação da legislação, será necessário efectuar uma adaptação das prescrições técnicas gerais para cada caso, ocorrendo por isso mesmo um controlo sistemático da aplicabilidade da lei, e por conseguinte um acompanhamento dos trabalhos de modificação dos combustíveis.

Outro facto muito importante a reter, e que em muito contribui para o laxismo em relação ao espaço rural/florestal, será a necessidade de realização do cadastro florestal do Concelho. Por ser uma questão complexa, e por se tratar de um processo bastante moroso, deverá contar com uma intervenção ao nível do estado central.

4.1.2 – Planeamento das ações referentes ao 1.º Eixo Estratégico

4.1.2.1 – Rede de FGC e MPGC, RVF RPA para o decénio 2018-2027

A construção e manutenção da RDFCI, desenvolvida em PMDFCI, permite compartimentar os espaços florestais e apoiar o combate aos incêndios.

O planeamento preconizado vai decorrer pelo período de 10 anos e estará condicionado às ajudas do quadro comunitário, uma vez que algumas áreas são baldias, com Conselho Diretivo ou órgãos gestores, como as Juntas de Freguesia, assim como as áreas cuja responsabilidade é do Município.

4.1.2.2 – Rede de FGC e MPGC

O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a redação atual, e o Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro que veio clarificar os critérios aplicáveis à gestão de combustível no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios no âmbito das redes secundárias de gestão de combustíveis, assim as intervenções preconizadas, para as redes secundárias serão realizadas de 3 em 3 anos, podendo sofrer alterações em situações de necessidade e caso a CMDFCI julgue necessário. Nas situações das edificações inseridas em espaços rurais, as intervenções serão realizadas sempre que se verifique o incumprimento das normas legais.

É apresentado, em anexo, os mapas onde estão representadas cartograficamente as faixas de gestão de combustível que vão ser intervencionadas no período 2018-2027.

A realização dos trabalhos serão executadas pela equipa de sapadores SF 10-117, por empresas prestadores de serviços, nomeadamente nas faixas sob a responsabilidade do Município, Infraestruturas de Portugal, EDP.

No que diz respeito ao financiamento, este será através de meios próprios das entidades responsáveis pela execução.

Apresenta-se, de seguida, um quadro com as intervenções preconizadas nas redes primárias, secundárias e terciárias por faixa de gestão de combustível durante o período de vigência do PMDFCI.

Plano de Ação de FGC para o decénio 2018-2027:

		Distribuição da área com e sem necessidade de intervenção decénio 2018-2027									
Código faixa	Descrição da faixa	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
2	Aglomerados populacionais	37,51	0	0	37,51	0	0	37,51	0	0	37,51
3	Polígonos industriais	10,57	0	0	10,57	0	0	10,57	0	0	10,57
4	Rede viária florestal	317,52	0	0	317,52	0	0	317,52	0	0	317,52
8	Rede Primária	439,13			439,13			439,13			439,13
10	Rede elétrica média tensão	41,03	0	0	41,03	0	0	41,03	0	0	41,03
11	Mosaicos	73,66	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		919,42	0	0	845,76	0	0	845,76	0	0	845,76

4.1.2.3 – Regras para construção de edifícios fora das áreas consolidadas

De acordo com o n.º3 do artigo 16.º da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto a construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes apenas são permitidas fora das áreas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI como de média, baixa e muito baixa perigosidade.

Deverá ser cumprido o estabelecido na alínea a) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, ou seja, garantir, na sua implantação no terreno, a distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50m, quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais.

Em situações em que os terrenos confinam com outro tipo de ocupação que não floresta, matos ou pastagens naturais, a sua implantação, no terreno, deverá garantir a distância de uma faixa de proteção nunca inferior a 10m.

Quando a faixa de proteção integre rede secundária ou primária estabelecida, infraestruturas viárias ou planos de água, a área destas pode ser contabilizada na distância mínima exigida para aquela faixa de proteção.

4.1.2.4 – Rede Viária Florestal

A manutenção da rede viária é importante para o combate a incêndios, permitindo o acesso rápido às equipas e veículos de combate bem como aos pontos de água.

A manutenção do piso, sistema de drenagem, como a limpeza das valetas, são a melhor forma para que o estado de conservação da rede viária florestal seja mais eficaz e os custos das operações de intervenção sejam menores.

Atendendo à extensão da rede viária florestal, as intervenções devem ser realizadas nos caminhos principais de acesso a áreas florestais.

Os caminhos ficam localizados em áreas baldias, com Conselho Diretivo ou com gestão das Juntas de Freguesia, sendo as entidades responsáveis pela execução dos trabalhos, podendo este serem feitos por equipas de sapadores, empresas prestadoras de serviços.

Plano de Ação de RFV para o decénio 2018-2027:

Classes das vias da RVF	Distribuição da área com e sem necessidade de intervenção decénio 2018-2027									
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
1ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

4.1.2.5 – Rede Pontos de Água

Tendo em consideração o mapa de distribuição de pontos de água, verifica-se que existe uma deficiência de pontos de água, nomeadamente na Freguesia de Vila Verde.

A construção de um ou mais pontos de água do tipo misto nesta Freguesia terá em conta a área florestal, as classes de perigosidade alta e muito alta e os difíceis acessos para os veículos terrestres de combate a incêndios, no entanto ainda se encontra em análise a sua localização.

Está em análise a recuperação de um ponto de água existente, Ponte de Monim, na Freguesia de Vilar de Maçada, que já foi um ponto de água do tipo misto, mas devido à falta de execução de trabalhos de limpeza na linha de água, atualmente, encontra-se cheio de vegetação e inacessível. Atendendo às suas características e localização a viabilidade de recuperação e colocação em estado operacional era importante.

Todos os outros pontos de água sofrerão as manutenções necessárias, no que diz respeito ao controle da vegetação.

4.1.2.6 – Metas e Indicadores

As metas e indicadores apresentados, no quadro seguinte, são para o período de vigência do PMDFCI (2018-2027) e dizem respeito ao 1.º eixo – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, nomeadamente a implementação das faixas de gestão de combustível, manutenção da rede viária florestal e a construção e manutenção da rede de pontos de água.

Metas e indicadores – 1º eixo para o decénio 2018-2027:

Metas/Ação	Unidades	Distribuição da área com e sem necessidade de intervenção decénio 2018-2027									
		2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Implementação FGC – Aglomerados Populacionais	ha	37,51	0	0	37,51	0	0	37,51	0	0	37,51
Implementação FGC – Polígonos Industriais	ha	10,57	0	0	10,57	0	0	10,57	0	0	10,57
Implementação FGC – Rede Secundária	ha	317,52	0	0	317,52	0	0	317,52	0	0	317,52
Implementação FGC – Linhas Elétricas Média Tensão	ha	41,03	0	0	41,03	0	0	41,03	0	0	41,03
Manutenção da rede viária florestal	km	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Manutenção pontos água	n.º	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Construção/beneficiação pontos água	n.º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Caderno II – Plano Ação

4.1.2.7 – Orçamentos e Responsáveis

Apresenta-se a estimativa orçamental e as respetivas entidades responsáveis pelas ações para o período de vigência do PMDFCI.

De referir que a execução e manutenção da RFGC são, em muitas situações, sustentadas por fundos comunitários, e capitais próprios das entidades.

Ação	Responsáveis	Metas	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
			Orçamento									
Manutenção da rede primária	Alfindounorte	Mosaicos	€ 7 366	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
		Sub-Total	€ 7 366									
Manutenção da rede secundária	CMA	Manutenção FGC	€150 000			€150 000			€150 000			€150 000
	EP	Manutenção FGC	€35 0000			€35 0000			€35 0000			€35 0000
	EDP	Linhas Elétricas Média Tensão	€10 000			€10 000			€10 000			€10 000
		Sub-Total	€195 000			€195 000			€195 000			€195 000
Construção e reparação de pontos de água	CMA	Constr. de pontos de água	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
		Manutenção de pontos de água										
		Sub-Total										
Total			€ 202 366			€195 000			€195 000			€195 000



4.2 - 2.º Eixo Estratégico – Reduzir a incidência dos incêndios

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção ao nível da prevenção, isto é, planeamento de acções, actividades com o objectivo de reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar.

Este eixo vai incidir em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação, sabendo que o controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e sabendo à partida que a maioria deles são provocados pela actividade humana, a alteração de comportamentos é indispensável e importante, mudança comportamental por parte das crianças e da população em geral (sabendo que estudos sobre o comportamento indicam que podem demorar 12 a 18 anos).

Torna-se imperativo educar os diferentes sectores populacionais no sentido de reconhecerem na floresta um património colectivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras, eliminando comportamentos de risco.

Objetivo estratégico: - Educar e sensibilizar as populações;

- Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.

Objetivo operacional: - Sensibilização;

- Fiscalização.

Ações:

- Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os grupos alvos definidos pelas motivações e causalidade regional;

- Definir áreas críticas e prioritárias de fiscalização, tendo em consideração das principais causas e motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, o risco de ignição, as freguesias de risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior risco.

As campanhas de sensibilização visam incutir nas populações uma cultura de responsabilidade, bem como uma maior consciencialização, por parte das populações, da importância do valor e da preservação do património florestal. A realização destas ações de sensibilização compete à Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de acordo com a alínea d) do artigo 4º da Lei nº 14/2004, de 8 de Maio. A sensibilização da população será efectuada por



Caderno II – Plano de Ação

diversas entidades e tendo por base a sensibilização e as campanhas desenvolvidos pela Direcção Geral dos Recursos Florestais, entidade, segundo o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que cabe as acções de prevenção estrutural, nas vertentes de sensibilização.

O **Gabinete Técnico Florestal** da Câmara Municipal de Alijó, sob coordenação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, continuará a levar a cabo ações de sensibilização, dirigidas, quer à generalidade da população, quer a determinados público-alvo, com o intuito de prestar informação acerca das boas práticas de prevenção de incêndios florestais e de alertar para os comportamentos de risco.

Para que as ações de sensibilização obtenham o resultado esperado é necessário elaborar um diagnóstico sobre os comportamentos de risco para cada grupo alvo e para isso o histórico é muito importante, pois as informações, como as causas dos incêndios ocorridos no Concelho é a chave para o sucesso das ações a desenvolver.

4.2.1 – Avaliação

4.2.1.1 – Comportamento de risco

O estudo dos comportamentos de risco é importante para que se possa delinear uma estratégia no âmbito da sensibilização em matéria de prevenção dos incêndios florestais.

Ações para a Prevenção de Incêndios Florestais – Formação, informação, educação e sensibilização

Importa desenvolver uma eficiente campanha de informação/sensibilização que mobilize toda a sociedade para a concretização dos seguintes objectivos:

1. Reduzir o número de ocorrências de incêndios;
2. Reduzir a área ardida.



Plano de Prevenção – Sensibilização para Comportamentos de Risco – Diagnóstico

Grupo (Quem?)	Comportamento de Risco (O quê? Onde? Como?)	Período (Quando?)
Proprietário florestal	Realização de queimas para eliminação de sobranes da exploração ou de queimadas para renovação de pastagens	Período Crítico
Proprietário habitações inseridas no interface urbano/florestal	Alertar para a importância da faixa de proteção circundante às suas habitações	Todo o ano
Agricultores inseridos no interface agrícola/floresta	Realização de queimas para eliminação de sobranes da exploração	Período Crítico
Operadores de máquinas e equipamentos florestais/agrícolas	Operação de máquinas sem os respectivos dispositivos de retenção de falhas	Período Crítico
Pastores	Queimadas para renovação de pastagens	Período Crítico
Caçadores	Conflitos de caça; Dificuldade de acessos	Período Crítico



4.2.1.2 – Fiscalização

Atendendo à legislação em vigor, não existem dados no Município sobre processos de contraordenação, uma vez que todo o processo, desde o seu início até ao fim é elaborado pela GNR.

4.2.2 – Planeamento das ações referentes ao 2.º Eixo Estratégico

4.2.2.1 – Sensibilização

Com estas ações de sensibilização espera-se que o número de ocorrências seja reduzido significativamente, pois pretende-se alterar mentalidades e comportamentos, promoção de boas práticas nos espaços florestais, divulgação da legislação específica de DFCI.

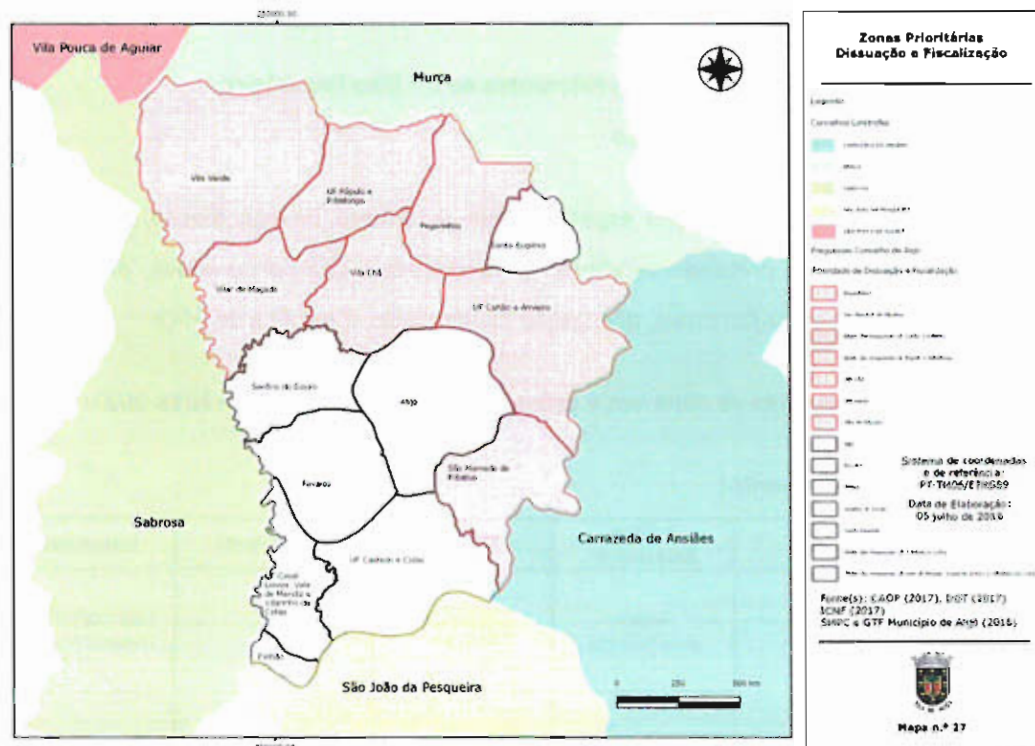
O quadro abaixo apresenta os objetivos e ações propostos para o decénio 2018-2027:

Sensibilização - planeamento:

Grupo Alvo	Objetivos	Ações a Desenvolver	Produtos	Responsáveis	Calendarização
Público	Informação sobre o uso do fogo, utilização de maquinaria pesada e condicionamento do acesso durante PC, de forma a reduzir o n.º ignições	Ações sensibilização	Distribuição folhetos	CMA	Inverno/Primavera Todas as Freguesias
		Página da Internet	Atualização da Página do Município	CMA	Todo o Ano
		Divulgação em Jornais	Medidas de Prevenção de Incêndios	ICNF	Anualmente
		Distribuição de Folhetos	Folhetos informativos de prevenção de incêndios	CMA	Anualmente de Março a Outubro
		Dia Mundial das Florestas	Sessões sobre a Floresta	CMA	21 de Março (2018-2027)
	Implementação FGC de forma aumentar a resiliência do território	Ações sensibilização	Distribuição folhetos	CMA	Inverno/Primavera Todas as Freguesias
Grupos Específicos		Caçadores, Agricultores, Proprietários Florestais	Apresentação do D.L 124/2006, na sua versão atual	CMA,GNR,ICNF	Anualmente de Junho a Outubro
População Escolar		Dia Mundial das Florestas	Vários	CMA (GTF)	Anualmente dia 21 de Março
		Sessão sobre as Florestas	Sessões Temáticas sobre as Florestas	CMA (GTF)	De Setembro a Junho (2018-2027)

4.2.2.2 – Fiscalização

Pretende-se que a fiscalização seja efetuada nas zonas prioritária e sejam verificadas as ações de cumprimentos das faixas de gestão de combustível. As rotas são definidas pelos agentes da autoridade (GNR).



Mapa 27 – Mapa das zonas prioritárias dissuasão e fiscalização

O mapa classifica as freguesias do concelho de Alijó segundo prioridades ao nível da dissuasão e fiscalização, tendo como base a localização das áreas ardidas, pontos prováveis de início e comportamentos de risco identificados.

A fiscalização por parte da GNR deverá incidir nas áreas com maior número de ocorrências e maior recorrência dos incêndios. Esta ação de fiscalização deverá ser efetuada durante todo o ano com maior incidência no Período Crítico. Dentro do período crítico a fiscalização deverá incidir nas áreas prioritárias definidas no mapa 27, sobretudo nos dias em que a distribuição semanal da área ardida e nº de ocorrências apresentam valores médios mais elevados - de Quinta a Domingo.



Caderno II – Plano de Ação

4.2.2.3 – Metas e Indicadores

No quadro abaixo estão definidas as metas e indicadores para as ações de sensibilização e fiscalização previstas durante 2018-2020.

Metas e Indicadores - sensibilização e fiscalização												
Ações	Metas	Unidades	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Realização de Campanha de Sensibilização (distribuição de folhetos, material promocional)	Distribuição folhetos divulgação e alerta Publicação medidas em vigor Comemoração dia Mundial da Floresta		Todas as freguesias do Concelho; 80% assinantes jornal; 100% população escolar; 100% caçadores;									
Definição de áreas críticas e prioritárias de fiscalização	Aumentar a capacidade de fiscalização das FGC	% FGC incumprimento	<35	<30	<25	<20	<15	<10	<5	<5	<5	<5
	Reforço da fiscalização nas áreas críticas	% área fiscalizada	80	85	85	85	85	85	95	95	100	100
	Diminuição comportamentos de risco	Km percorridos	350	350	350	350	350	350	350	350	350	350

4.2.2.4 – Orçamentos e Responsáveis

Os responsáveis pelas ações e respetivos orçamentos (estimativas) estão descritos no quadro a seguir:

Estimativa de orçamento e responsáveis – sensibilização e fiscalização												
Ações	Metas	Responsáveis	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Campanha de Sensibilização (distribuição de folhetos, material promocional)	Distribuição folhetos divulgação e alerta Publicação medidas em vigor Comemoração dia Mundial da Floresta	CMA - CMDFCI	€5 000	€5 000	€5 000	€5 000	€5 000	€5 000	€5 000	€5 000	€5 000	€5 000
Implementação FGC, áreas críticas e prioritárias de fiscalização	Aumento, reforço fiscalização, diminuição comportamentos risco	GNR	€50 000	€50 000	€50 000	€50 000	€50 000	€50 000	€50 000	€50 000	€50 000	€50 000



4.3 - 3.º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, de forma a garantir a detecção e extinção rápida e eficaz dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções.

O levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades, a inventariação dos meios e recursos existentes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta de todos no que diz respeito aos incêndios florestais.

Objectivo estratégico: - Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª intervenção;

- Reforço da capacidade de 1ª intervenção;
- Reforço do ataque ampliado;
- Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.

Objectivo operacional: - Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como sistema integrado;

- Estruturar o nível municipal e distrital de 1ª intervenção;
- Reforçar a eficácia do combate terrestre ao nível municipal e distrital;
- Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo;
- Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.

Ações:

- Executar a inventariação dos meios e recursos existentes e o respectivo plano de reequipamento;
- Identificar todos os sistemas de vigilância e detecção, responsabilidades, procedimentos e objectivos;
- Elaborar cartas de visibilidade para os postos de vigia;
- Criar e manter redes de infra-estruturas (rede viária e rede de pontos de água);
- Definir procedimentos de mobilização de meios para cada nível de alerta.



4.3.1 – Avaliação

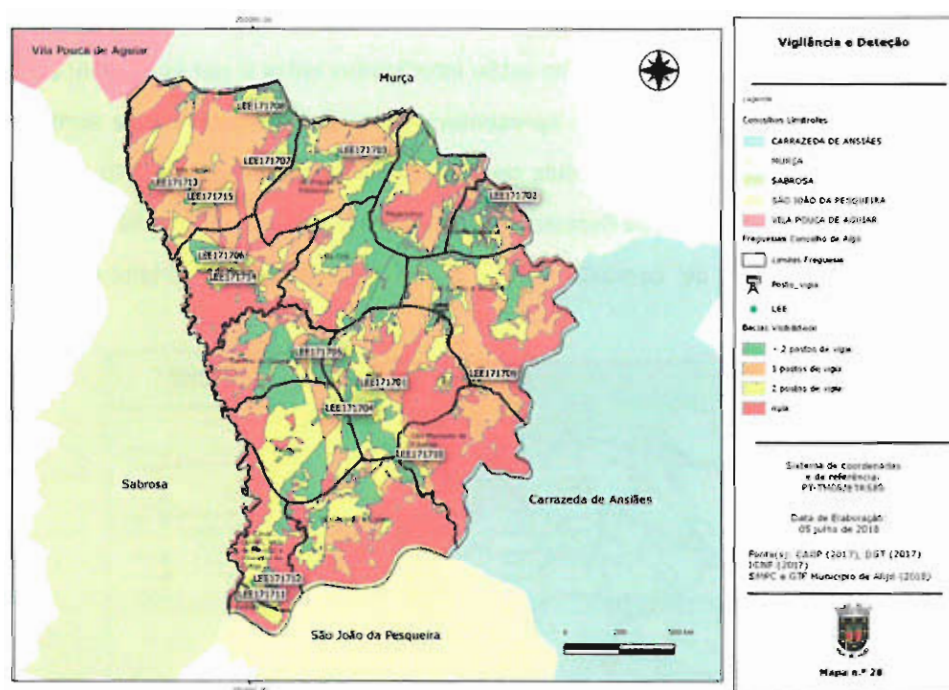
4.3.1.1 – Vigilância e deteção

Foi elaborado um mapa onde se representa e identifica os locais estratégicos de estacionamento (LEE) e os postos de vigia (PV), avaliando a capacidade de vigilância e deteção. A GNR tem a seu cargo a RNPV, e no caso de Alijó existe um posto de vigia para uma área territorial aproximada de 300 km².

Os locais estratégicos de estacionamento (LEE) constituem pontos no território onde se considera ótimo o posicionamento dos agentes intervenientes do sistema DFCL, são locais com boa visibilidade, quer a nível de vigilância quer a nível de posto de comando, em caso de incêndio florestal.

As bacias de visão são essenciais para o planeamento da vigilância nas áreas florestais que não são abrangidas pelos postos de vigia fixos.

A visualização das bacias de visão dos Concelhos vizinhos permite uma maior preocupação na vigilância dessas “zonas sombra”.



Mapa 28 – Mapa vigilância e deteção

Caderno II – Plano de Ação

O Quadro 3 exibe o índice entre a média do número de incêndios florestais, ocorridos no concelho de Alijó entre 200 e 2015, e as equipas de vigilância e deteção em funcionamento, por fase de perigo. Constatou-se que a fase CHARLIE e a fase Alfa possui o valor mais elevado.

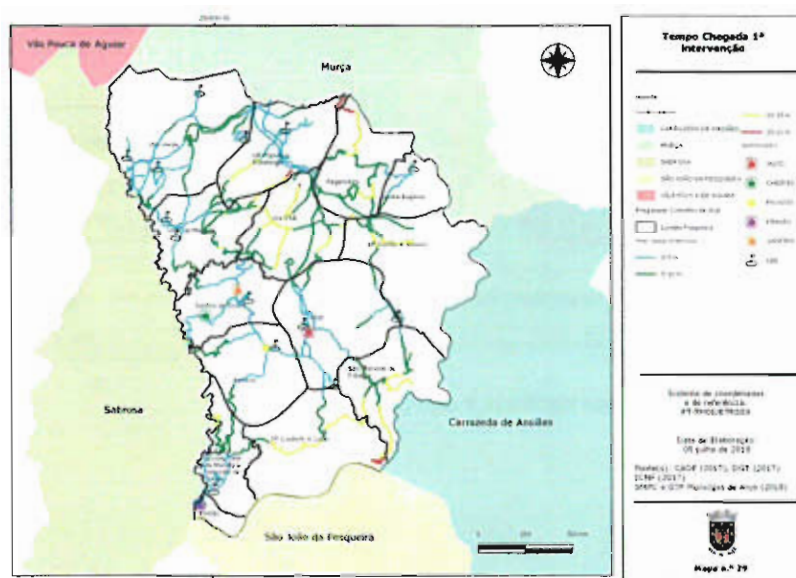
FASES DE PERIGO	MÉDIA N.º DE Ocorrências (2001-2015)	N.º EQUIPAS DE VIGILÂNCIA	ÍNDICE MÉDIA DO N.º Ocorrências / N.º TOTAL DE EQUIPAS DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO
ALFA	12,17	3	4,1
BRAVO	23,97	5	4,8
CHARLIE	152,43	10	15,24
DELTA	27,63	2	13,8
ECHO	0,71	1	0,7

Quadro 3: Índice entre o número de incêndios florestais e equipas de vigilância, nas fases de perigo

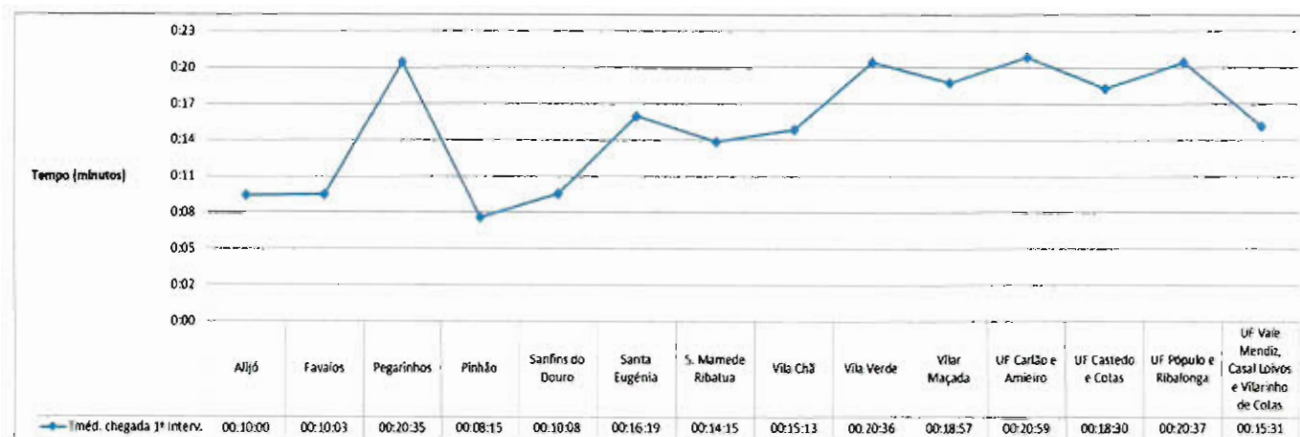
4.3.1.2 – Primeira Intervenção

O tempo de chegada da 1.ª intervenção é muito importante e está intimamente ligado à eficácia do combate, que por sua vez se vai repercutir na área ardida. Está dependente da acessibilidade e da disponibilidade de meios.

As cinco corporações existentes no Concelho estão interligados entre si por eixos principais, as estradas nacionais e municipais, as quais apresentam percursos sinuosos, o que aumenta o tempo de resposta dos bombeiros. À medida que nos afastamos dos quartéis, não só porque estes se encontram afastados da área florestal, mas também por causa dos caminhos florestais a progressão dos veículos de combate tende a ser mais lenta, dificultando a rápida intervenção.



Mapa 29 – Mapa do tempo de chegada da 1ª intervenção



O gráfico apresenta os valores médios do tempo de chegada para primeira intervenção por freguesia no Concelho de Alijó. Como se pode observar, os tempos de chegada de 1ª intervenção variam entre os 10 minutos e os 21 minutos.

4.3.1.3 – Rescaldo e vigilância pós-incêndio

O rescaldo, parte integrante do combate ao incêndio, é feito pelos Bombeiros, no respetivo sector e pela (s) Equipa (s) de Sapadores Florestais. Esta(s) equipa(s) só abandona o local depois de assegurarem que eliminaram toda a combustão na área ardida, ou que, o material ainda em combustão se encontra devidamente isolado e circunscrito, como tal não constituindo perigo de reacendimento.

Quando o Comandante Operacional de Socorro solicitar a presença de maquinaria pesada para as ações de rescaldo, estas irão ser efetuadas com a colaboração do Serviço Municipal de Proteção Civil/Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Alijó.

Após o rescaldo efetuado, o sector será vigiado pela(s) Equipa(s) de Sapadores Florestais e pela respetiva Corporação de Bombeiros, estando com atenção permanente quer na área queimada, quer na área envolvente, até que se certifiquem que não existem sinais de atividade de combustão.

No Quadro 3 são apresentados os dados relativos aos reacendimentos ocorridos no período 2001-2015.



Quadro 3: Número de reacendimentos por ano para o período 2001 a 2015. Fonte: ICNF, 2015

ANO	Nº DE REACENDIMENTOS	Nº DE OCORRÊNCIAS	Porcentagem
2001	100	278	40%
2002	86	234	34,4%
2003	10	92	4%
2004	13	146	5,2%
2005	3	186	1,2%
2006	2	165	0,8%
2007	0	94	0%
2008	0	84	0%
2009	2	99	0,8%
2010	6	78	2,4%
2011	9	124	3,6%
2012	16	135	6,4%
2013	3	73	1,2%
2014	0	39	0%
2015	0	69	0%

Da sua análise é possível verificar que o maior número de reacendimentos foi contabilizado entre 2001 e 2002. Depois houve um período de clara diminuição e outro em que não existiram reacendimentos, em 2011 e 2012, a percentagem de reacendimento voltou a valores de 3,6% e 6,4%, respetivamente. O valor médio de reacendimentos é de aproximadamente 6,67% do número de ocorrências.



4.3.2 – Planeamento das ações referentes ao 3.º Eixo Estratégico

4.3.2.1 – Metas e indicadores

O quadro abaixo apresenta as metas e indicadores propostos para as ações de vigilância e deteção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio para o período 201-2027.

Metas e indicadores Vigilância e Deteção, 1ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio:

Ações	Metas	Anos									
		2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Vigilância e Deteção	Diminuir o número de ocorrências através de ações de vigilância	<50	<45	<40	<35	<30	<25	<20	<15	<10	<10
	Diminuir o tempo de deteção de uma ocorrência de incêndio	<5	<5	<5	<5	<5	<5	<5	<3	<3	<3
1.ª Intervenção	Diminuir o tempo de 1ª intervenção impedir a propagação	<20	<20	<20	<20	<20	<15	<15	<15	<15	<15
Combate	Evitar a propagação dos incêndios, impedindo que estes atinjam grandes dimensões	< 100 ha	< 100 ha	< 100 ha	< 100 ha	< 100 ha	< 100 ha	< 100 ha	< 100 ha	< 100 ha	< 100 ha
Rescaldo, Vigilância pós-incêndio	Evitar reacendimentos	Diminuição 5%	Diminuição 5%	Diminuição 5%	Diminuição 4%	Diminuição 4%	Diminuição 3%	Diminuição 3%	Diminuição 2%	Diminuição 2%	Diminuição 1%

4.3.2.2 – Orçamento e responsáveis

A estimativa do orçamento e seus responsáveis pelas ações são descritas no quadro abaixo:

Estimativa de orçamento e responsáveis - Vigilância e Deteção, 1ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio:



Caderno II – Plano de Ação

Ações	Metas	Responsáveis	Estimativa Orçamento									
			2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Vigilância e Detecção	Integração de vários agentes envolvidos no sistema de vigilância e deteção	CMA, CMDFCI, ANPC	€1 000	€1 000	€1 000	€1 000	€1 000	€1 000	€1 000	€1 000	€1 000	€1 000
	Detecção de ignições pelas equipas	GNR, CB	€90 000 ⁽¹⁾	€90 000 ⁽¹⁾	€90 000 ⁽¹⁾	€90 000 ⁽¹⁾	€90 000 ⁽¹⁾	€90 000 ⁽¹⁾	€90 000 ⁽¹⁾	€90 000 ⁽¹⁾	€90 000 ⁽¹⁾	€90 000 ⁽¹⁾
	Redução n.º ocorrências face à média do quinquénio	GNR, CB										
1.ª Intervenção	1ª Intervenção deverá ser realizada nos primeiros 20 min	ANPC, GNR, CB										
	Redução n.º Incêndios com área > 1ha											
	Redução n.º Incêndios com área < 1ha											
	Redução área ardida face à média do quinquénio		€400 000 ⁽¹⁾	€400 000 ⁽¹⁾	€400 000 ⁽¹⁾	€400 000 ⁽¹⁾	€400 000 ⁽¹⁾	€400 000 ⁽¹⁾	€400 000 ⁽¹⁾	€400 000 ⁽¹⁾	€400 000 ⁽¹⁾	€400 000 ⁽¹⁾
Combate	Eliminar grandes Incêndios com área > 1000ha	ANPC, CB										
	Redução área ardida face à média do último quinquénio	ANPC, CB										
Rescaldo, Vigilância pós-Incêndio	Redução n.º reacendimentos face ao n.º total de ocorrências	ANPC, CB										

(1) O orçamento não contempla as despesas com o GIPS (GNR)

4.4 - 4.º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas

Objetivo estratégico: - Recuperar e reabilitar os ecossistemas:

Objetivo operacional: - Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo

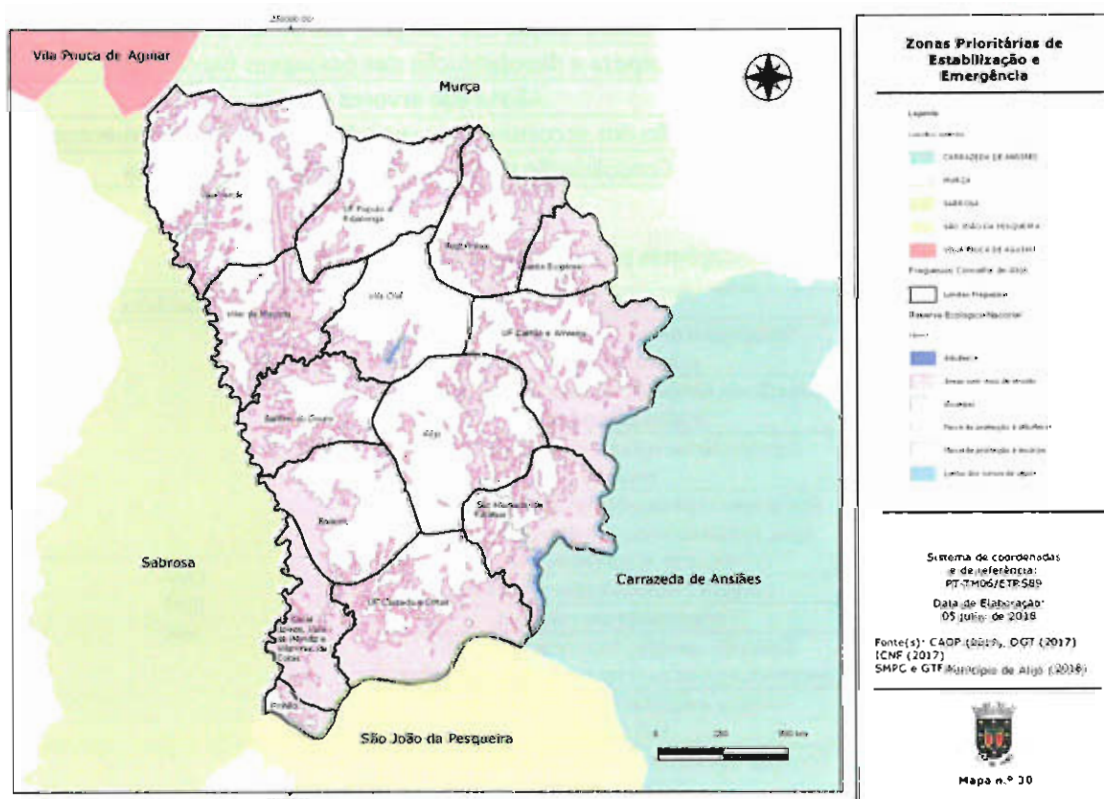
Ações:

- Identificação das necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas;
- Definição de tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas.

4.4.1 - Avaliação

4.4.1 – Estabilização de emergência

No mapa são apresentadas as áreas mais suscetíveis em situações de estabilização de emergência, considerando a conservação da água e solo, conservação da rede viária florestal e infraestruturas hidráulicas.



Mapa 30 – Zonas prioritárias de Estabilização de emergência

As ações de reabilitação de povoamentos e habitats florestais consistem em intervenções de médio prazo, sendo consideradas as áreas ardidas percorridas por grandes incêndios, dando importância à existência de regeneração natural e a criação de elementos de descontinuidade.

4.4.2 – Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico

4.4.2.1 – Estabilização de emergência

As áreas sujeitas a projetos de estabilização de emergência deverão ter em conta as linhas de água, principalmente as linhas afluentes da Barragem de Vila Chã, uma vez que se trata de uma barragem de abastecimento, bem como incidirem nas encostas.

Intervenções de estabilização de emergência pós incêndio:

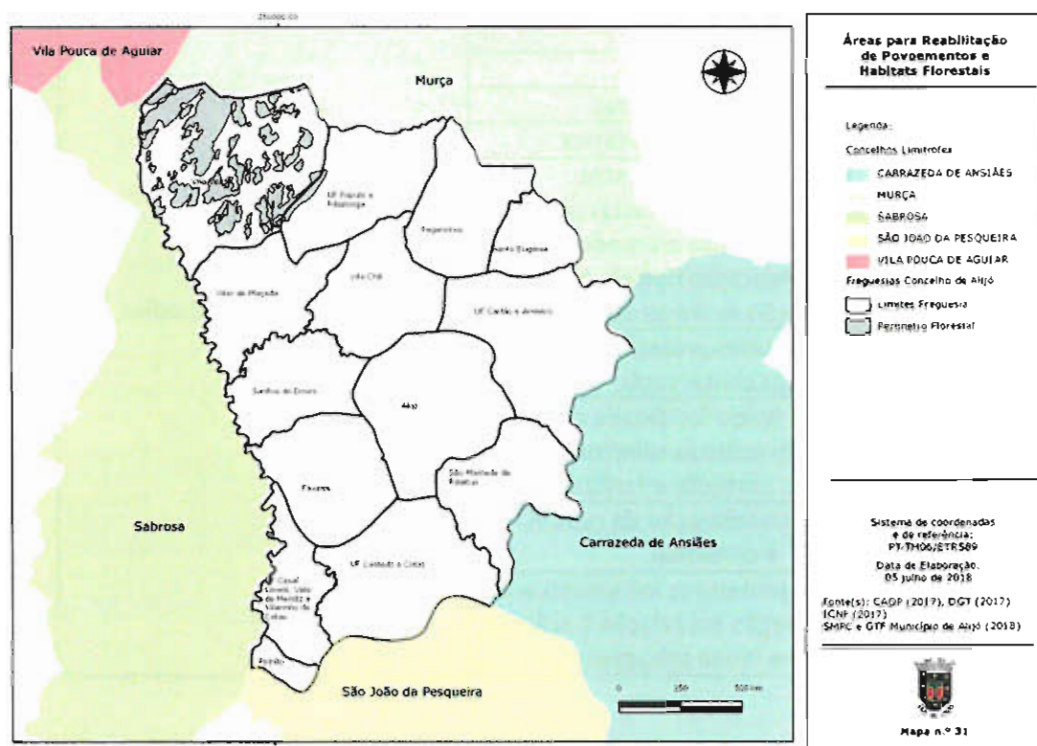
Áreas Atuação	Intervenções
Encostas	Abate dirigido para madeira queimada para situações de madeira de pequenas dimensões que não tenham valor comercial
	Deposição dos restos de exploração pelas empresas de abate no local de corte procurando criar barreiras em curva de nível
	Rompimento da camada do solo repelente à água nos casos onde não tenha ficado qualquer tipo de obstáculo à passagem da água (zonas de mato). Aplicação ripagem em curva de nível
Linhas água	Limpeza e desobstrução das linhas de água
	Consolidação das margens das linhas de água
	Limpeza e desobstrução das passagens hidráulicas
	Abate das árvores mortas
Infraestruturas	Correção dos escorrimentos superficiais sobre os pavimentos
	Consolidação dos taludes ao longo da rede viária

Ações de estabilização de emergência pós incêndio e responsáveis:

Áreas Atuação	Ações	Responsáveis
Encostas	Sementeira de espécies herbáceas pra cobertura do solo	CMA ICNF APA
	Aplicação de resíduos orgânicos como palha ou estilha de madeira	
	Construção barreiras utilizando toros de madeira	
	Rompimento da camada do solo repelente à água, incluindo execução de vala e cômoro segundo as curvas de nível	
Linhas água	Limpeza e desobstrução dos leitos	
	Consolidação das margens	
	Obras de correção torrencial incluindo pequenos açudes para retenção de sedimentos	
	Limpeza e desobstrução de passagens hidráulicas	
Infraestruturas	Correção dos escorrimentos superficiais sobre os pavimentos	
	Consolidação dos taludes	
	Corte e remoção árvores caídas sobre os caminhos	

4.4.2.2 – Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

As ações de reabilitação de povoamentos e habitats florestais são ações de médio prazo e têm como objetivo o restabelecimento do potencial produtivo das áreas afetadas por incêndios ou por agentes bióticos nocivos na sequência dos incêndios. Permitem requalificar e reestruturar os espaços florestais, de acordo com os princípios de DFCI e boa gestão florestal.



Mapa 31 – Áreas para reabilitação de povoamentos e habitats florestais

As áreas definidas para reabilitação de povoamentos e habitats florestais, incidem nos perímetros florestais da Serra de São Domingos, e deverão ter em conta a regeneração natural de pinheiro bravo e a correção de densidades, conforme as orientações emanadas pelo Conselho Nacional de Reflorestação, “deverá ser garantida a rearborização dos espaços arborizados ardidos, com recursos a técnicas de regeneração natural ou artificial, com exceção dos terrenos destinados a outra ocupação silvestre (com matos, pastagens espontâneas, afloramentos rochosos ou massas hídricas, prevista em PGF, em plano ZIF, em instrumentos de gestão territorial específicos de Sítios da Lista Nacional de Sítios/ZPE ou em POAP), ou agrícola (prevista no âmbito das RDF)” (CNR, 2005).



Caderno II – Plano de Ação

No âmbito da reabilitação de povoamentos e habitats florestais podem ser executadas as seguintes operações:

Ações	Responsáveis
Remoção do material lenhoso ardido	CMA ICNF APA Conselho diretivo Baldios
Seleção rebentos ou varas	
Correção densidades excessivas	
Desbastes seletivos	
Aproveitamento regeneração natural	
Rolagem	
Adensamento	
Desramações e podas	
Tratamentos fitossanitários	
Instalação de elementos descontinuidade, como faixas gestão combustível, faixas arvoredo alta densidade e vegetação ripícola nas faixas de proteção às linhas de água	
Instalação espécies protegidas ou com valor conservação	
Restauro do fundo fertilidade do solo (instalação culturas cobertura e melhoradas, correção e fertilização)	
Construção e beneficiação da rede viária e divisional	
Instalação de protetores individuais e de cercas de proteção em relação à ação do gado e fauna selvagem	



4.5 - 5.º Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

Ao nível municipal e no que se refere à definição de políticas e orientações no âmbito da DFCI, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes ações.

Este 5º Eixo Estratégico concretiza-se através dos objetivos estratégicos e operacionais que se apresentam de seguida.

Objetivo estratégico: - Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Objetivo operacional: - Fomentar as operações de Defesa da Floresta Contra Incêndios e garantir o necessário apoio técnico e logístico.

Ações: - Definir o organograma/quadro com todas as entidades existentes no município com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do PMDFCI, explicando as suas atribuições e principais responsabilidades na execução das ações do plano;

- Definir o prazo de vigência do PMDFCI, de acordo com o artigo 6.º do despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 fevereiro;

- Identificar as componentes do PMDFCI que constituem o Plano Operacional Municipal (POM);

- Definir procedimentos e a periodicidade da monitorização e revisão do PMDFCI e atualização anual do POM;

- Planificar as reuniões da CMDFCI e estabelecer a data anual de aprovação do POM;

- Integrar o planeamento anual de cada entidade tendo também em conta a visão supramunicipal;

- Estabelecer o processo de monitorização do PMDFCI, incluindo a contribuição de cada entidade para a elaboração do relatório anual de avaliação e recomendações de melhoria do plano.

São elementos constituintes da CMDFCI:

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Município de Alijó – Presidente

Município de Alijó – Vice-Presidente (Proteção Civil)

Município de Alijó - COM

Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia (5)

Representante do ICNF- CPE

Representante da Guarda Nacional Republicana



Caderno II – Plano de Ação

Representante das Organizações Produtores Florestais – Aflodounorte

Representante das IP

Representante do IMT

Representante EDP

Representante dos Baldios

A CMDFCI tem o apoio técnico do GTF do Município de Alijó.

A CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes ações.

A CMDFCI monitoriza o desenvolvimento das ações previstas no programa de ação do PMDFCI.

Serão realizadas anualmente no mínimo três reuniões da CMDFCI por ano (identificadas no cronograma a vermelho), uma em Janeiro para monitorização do PMDFCI, uma em Abril para aprovação do POM (Plano Operacional Municipal) e outra no final do ano civil para efetuar uma avaliação do período crítico, da implementação anual do PMDFCI e propor eventuais alterações se assim se justificar. No entanto, poder-se-ão realizar mais reuniões se assim for considerado conveniente (identificadas no cronograma a amarelo).

Um elevado número de ocorrências registadas no período noturno e consequente necessidade de adotar medidas complementares de vigilância dissuasora e fiscalização, bem como a necessidade de implementação de medidas de estabilização de emergência após um grande incêndio, são por exemplo dois motivos que exigem uma reunião da CMDFCI.

As ações a realizar, de acordo com o n.º 9 do artigo 8.º do Despacho nº 4345/2012, de 27 de Março, encontram-se descritas na tabela abaixo:

Cronograma de reuniões anuais da CMDFCI para o período de 2018-2027:

Tema	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Monitorização do PMDFCI e elaboração relatório anual												
Balanço da época crítica												
Preparação e aprovação do Plano Operacional Municipal												
Avaliação intercalar da época crítica de incêndios florestais												
Avaliação das medidas a implementar na estabilização de emergência												



4.5.1 – Formação

A operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Alijó deverá ser garantida com o necessário apoio técnico e logístico através das diferentes entidades intervenientes na mesma, estabelecendo esta operacionalização como o principal objetivo na adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. Assim, de uma forma breve enunciam-se algumas das responsabilidades das diversas entidades presentes no município de Alijó.

Com vista à execução das responsabilidades atribuídas às diferentes entidades, identificam-se no quadro seguinte as necessidades formativas para alguns dos agentes locais do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI), durante o período de vigência do PMDFCI (2018-2027).

ENTIDADE	TIPO DE FORMAÇÃO	N.º DE ELEMENTOS/ANO				
		2018	2019	2020	2021	2022
Município de Alijó	Prevenção de incêndios florestais	0	2	0	0	0
Juntas de Freguesia		0	14	0	0	0
Município de Alijó	Sistemas de Informação Geográfica	0	2	0	0	0
	Fogo controlado	2	0	0	0	0
Bombeiros Voluntários do Concelho de Alijó	Segurança e Comportamento do Incêndio Florestal	0	25	0	25	0
	Incêndios Florestais	25	0	25	0	25
ENTIDADE	TIPO DE FORMAÇÃO	N.º DE ELEMENTOS/ANO				
		2023	2024	2025	2026	2027
Município de Alijó	Prevenção de incêndios florestais	0	0	0	2	0
Juntas de Freguesia		0	0	0	14	0
Município de Alijó	Sistemas de Informação Geográfica	0	2	0	0	0
	Fogo controlado	0	0	2	0	0
Bombeiros Voluntários do Concelho de Alijó	Segurança e Comportamento do Incêndio Florestal	0	25	0	25	0
	Incêndios Florestais	25	0	25	0	25

4.5.2 – Planeamento das Ações referentes ao 5.º Eixo Estratégico

4.5.2.1 – Organizações SDFCI

No quadro seguinte encontram-se identificadas as entidades intervenientes no DDFCI e as suas principais competências.



Áreas e vertentes		Prevenção estrutural			Prevenção				Combate			Vigilância pós-incêndio	
Entidades		Planeamento DFCL	Organização do território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e patrulham.	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1.ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio	
ICNF	Dep. da Conservação da Natureza e Florestas	nac/dist/mun		nac/mun/loc									
	DUDEF	reg/loc											
Municípios	CMDF/GTF	mun		mun/loc									
	SMPC	mun		mun/loc									
	Outros serviços municipais			mun/loc									
Juntas de Freguesia		loc		loc									
Exército	Sapadores especiais do Exército												
	Engenharia militar												
Entidades detentoras de máquinas													
Entidades gestoras de zonas de caça													
GNR	GIPS			loc									
	SEPNA			loc									
	Brigadas territoriais												
Polícia de Segurança Pública													
Polícia Judiciária													
ANPC	CNOS/meios aéreos	nac		nac								nac	nac
	CDOS	dist										dist	dist
	Equipas de combate a incêndios												



Caderno II – Plano de Ação

Áreas e vertentes	Prevenção estrutural			Prevenção			Combate		
	Planeamento DFCI	Organização do território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e patrulham.	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1.ª Intervenção	Vigilância pós-incêndio
Entidades									
Corpos de bombeiros									
Municípios, proprietários florestais e visitantes									

Legenda das siglas:

- nac Nível nacional
- reg Nível regional
- dist Nível distrital
- mun Nível municipal
- loc Nível local

Legenda das cores:

- Sem intervenção significativa
- Com competências significativas
- Com competências de coordenação
- Deveres de civis

4.5.2.2 – Formação

No quadro seguinte estão identificados os tipos de formação necessários bem como a respetiva estimativa de orçamento, para o período de vigência do PMDFCI (2018-2027).

ENTIDADE	TIPO DE FORMAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL				
		2018	2019	2020	2021	2022
Município de Alijó	Prevenção de incêndios florestais	- €	500,00€	- €	- €	- €
Juntas de Freguesia		- €	1.4000,00€	- €	- €	- €
Município de Alijó	Sistemas de Informação Geográfica	- €	700,00 €	- €	- €	- €
	Fogo controlado	3.200,00€	- €	- €	- €	- €
Bombeiros Voluntários do Concelho de Alijó	Segurança e Comportamento do Incêndio Florestal	- €	6.250,00€	- €	6.250,00 €	- €
	Incêndios Florestais	6.250,00 €	- €	6.250,00 €	- €	6.250,00 €
ENTIDADE	TIPO DE FORMAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL				
		2023	2024	2025	2026	2027
Município de Alijó	Prevenção de incêndios florestais	- €	- €	- €	500,00 €	- €
Juntas de Freguesia		- €	- €	- €	1.400,00 €	- €
Município de Alijó	Sistemas de Informação Geográfica	- €	700,00 €	- €	- €	- €
	Fogo controlado	- €	- €	3.200,00 €	- €	- €
Bombeiros Voluntários do Concelho de Alijó	Segurança e Comportamento do Incêndio Florestal	- €	6.250,00€	-€	6.250,00 €	- €
	Incêndios Florestais	6.250,00 €	- €	6.250,00 €	- €	6.250,00 €

4.5.2.3 – Estimativa de Orçamento para implementação do PMDFCI

Para finalizar é apresentada a síntese da estimativa orçamental para a implementação do PMDFCI, por eixo estratégico.



Síntese da Estimativa de Orçamento do PMDFCI do Concelho de Alijó

EIXOS ESTRATÉGICOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTO(€)										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total Eixo
1.º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.	202.366,00 €	----	----	195.000,00 €	----	----	195.000,00 €	----	----	195.000,00 €	787.366,00 €
2.º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios.	55.000,00 €	55.000,00 €	55.000,00 €	55.000,00 €	55.000,00 €	55.000,00 €	55.000,00 €	55.000,00 €	55.000,00 €	55.000,00 €	550.000,00 €
3.º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.	491.000,00 €	491.000,00 €	491.000,00 €	491.000,00 €	491.000,00 €	491.000,00 €	491.000,00 €	491.000,00 €	491.000,00 €	491.000,00 €	4.910.000,00 €
4.º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas.	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	0,00 €
5.º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.	9.450,00 €	214.500,00 €	6.250,00 €	6.250,00 €	6.250,00 €	6.250,00 €	6.950,00 €	9.450,00 €	8.150,00 €	6.250,00 €	279.750,00 €
Total Ano	757.816,00 €	760.500,00 €	552.250,00 €	747.250,00 €	552.250,00 €	552.250,00 €	747.950,00 €	555.450,00 €	554.150,00 €	747.250,00 €	6.527.116,00 €

- TOTAL ESTIMATIVA ORÇAMENTO PMDFCI ALIJÓ – 6.527.116,00 euros



ANEXOS – CARTOGRAFIA DE PORMENOR

Modelo Combustíveis Florestais

Legenda:

Freguesias Concelho de Aljô

Limites Freguesia

Modelo Combustível

1

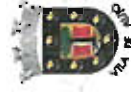
10

16

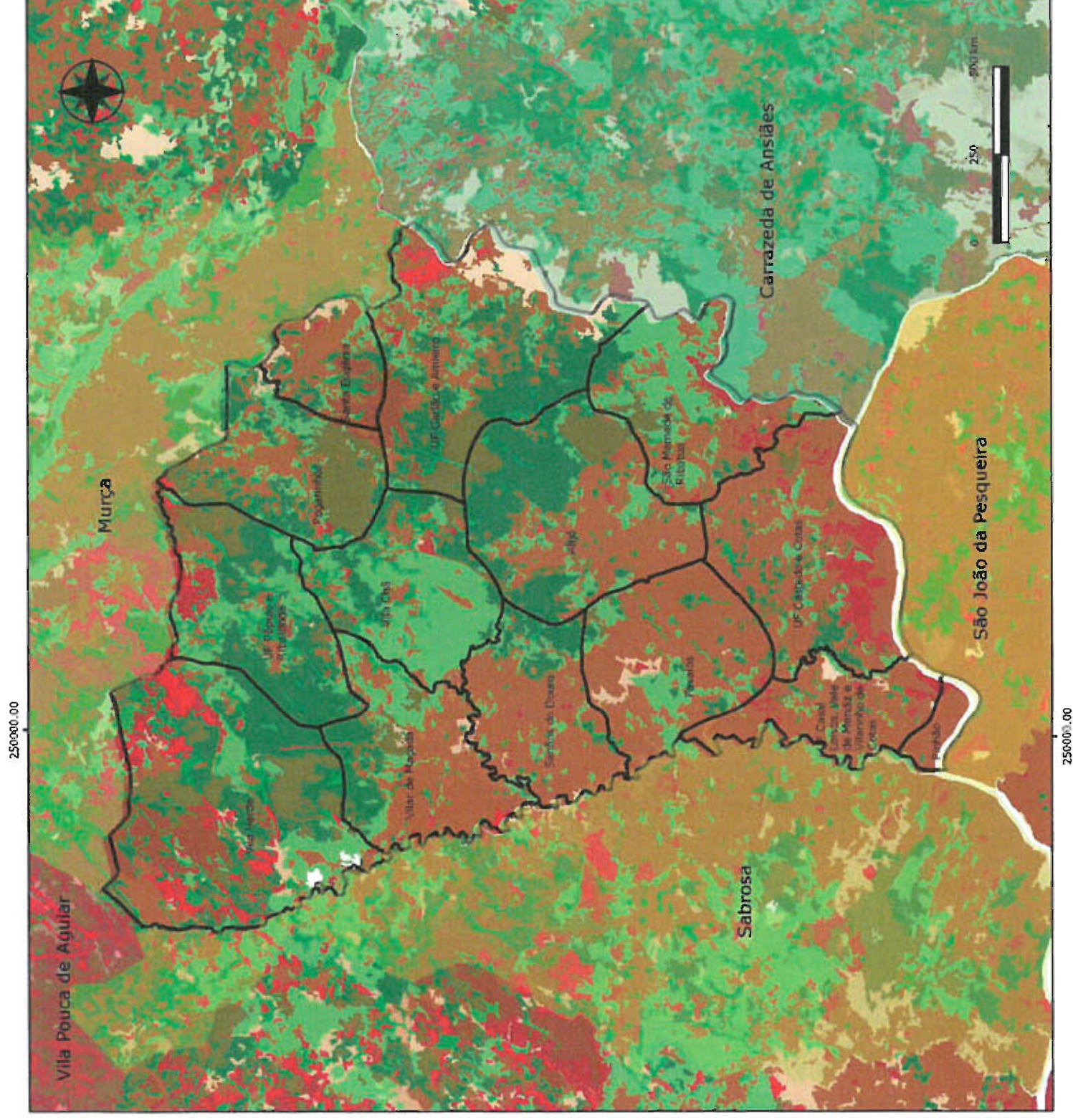
Sistema de coordenadas
e de referência:
PT-TM06/ETRS89

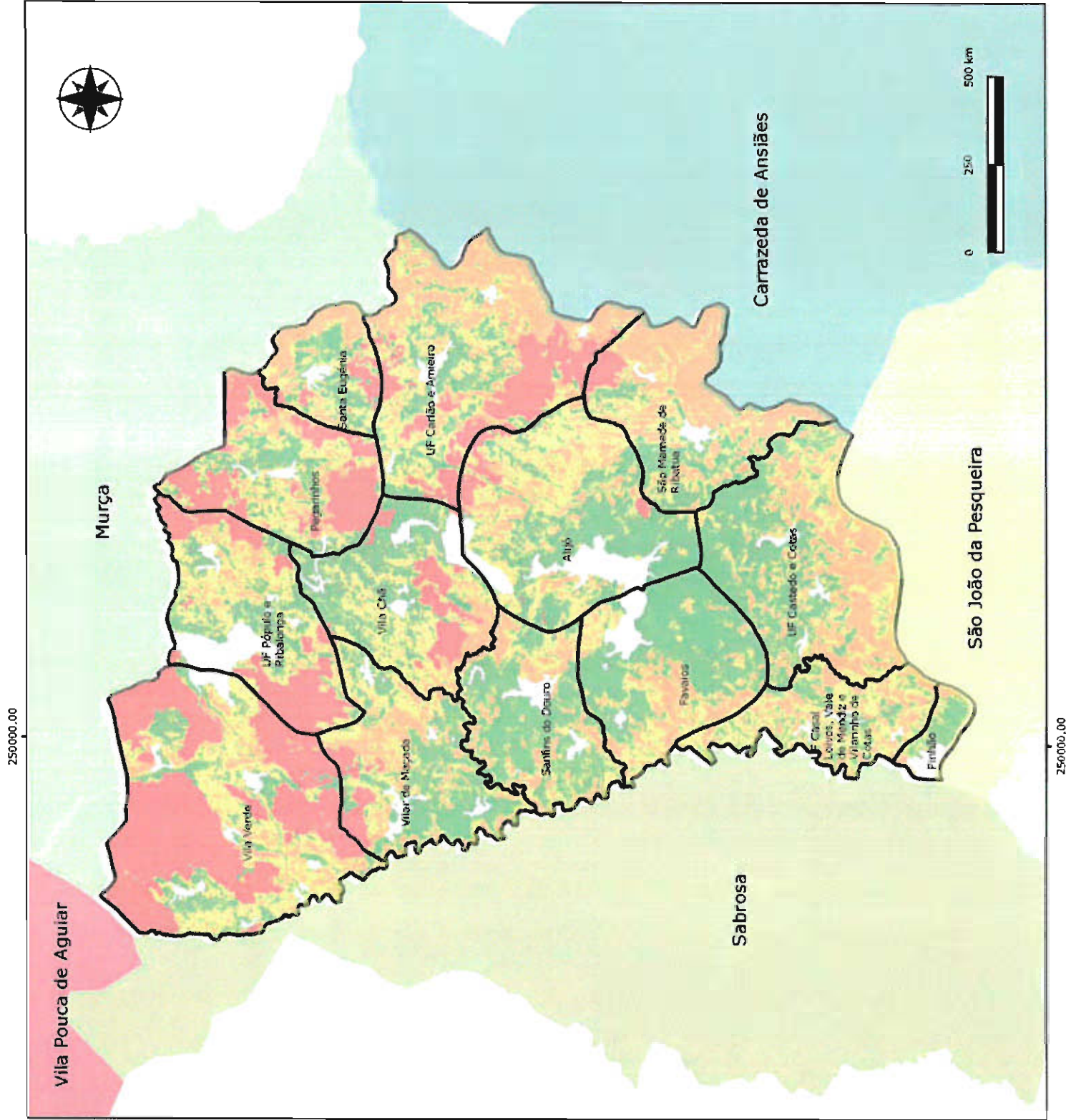
Data de Elaboração:
05 julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
1CNF (2017)
SMPC e GTF Municipio de Alijó (2018)

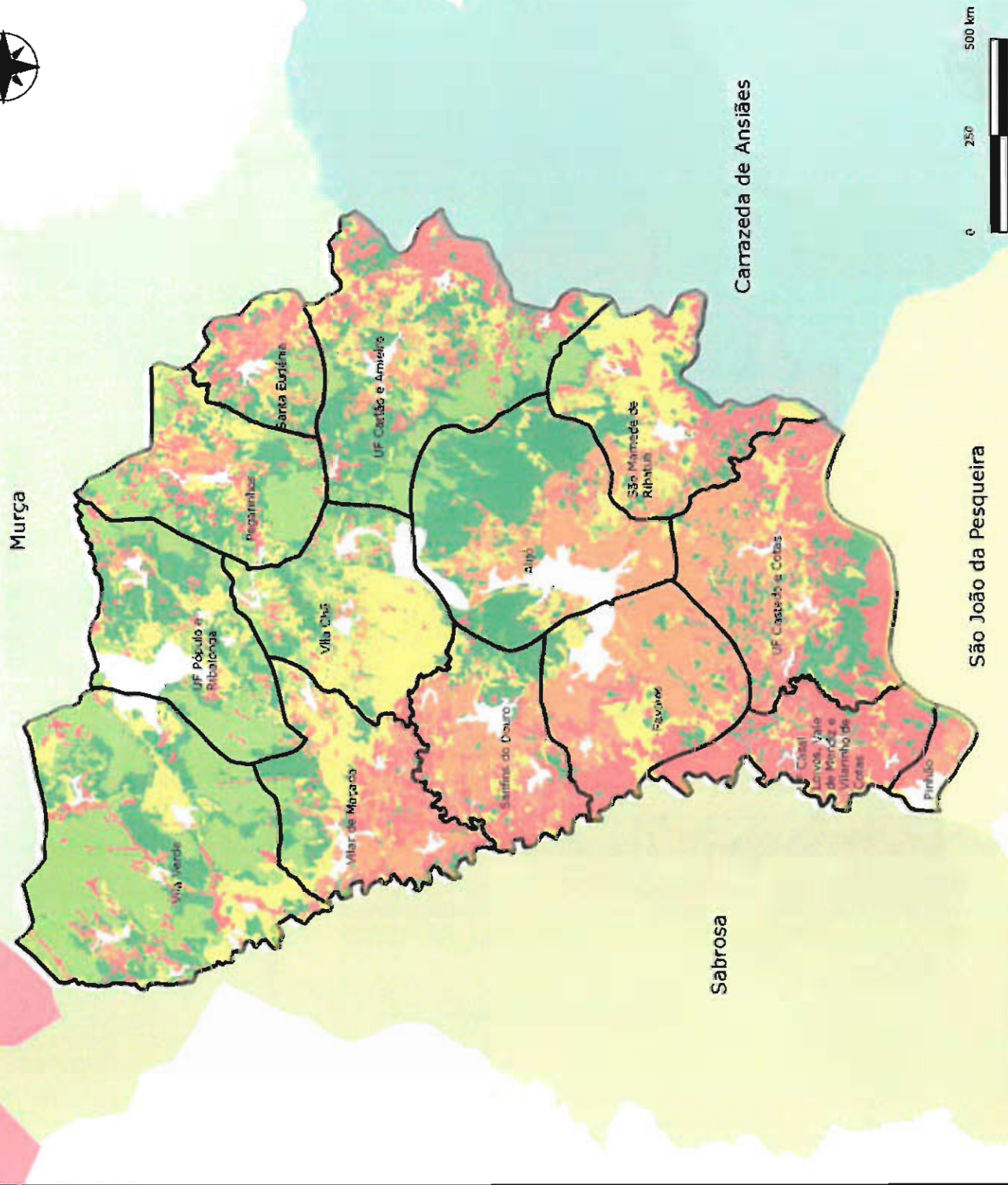


Мара н.º 20





25000.00



25000.00

Concelhos Limitrofes

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURCA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

Freguesias Concelho de Alijó

Llmites Freguesia

Risco Incêndio Florestal

Muito Baixo

Baixo

Moderado

Alto

Muito Alto

Sistema de coordenadas
e de referência:

PT-TM06/ETRS89

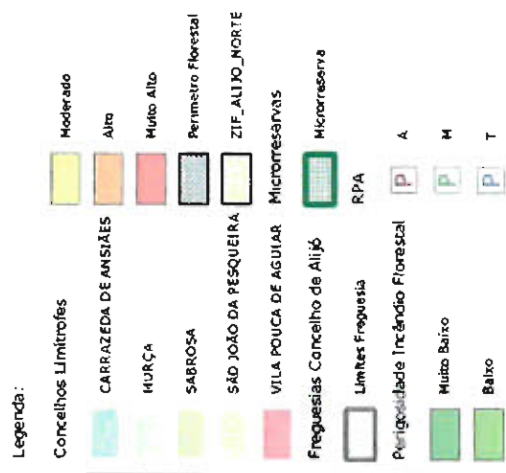
Data de Elaboração:
05 julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
ICNF (2017)
SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Мапа n.º 22

Prioridades de Defesa



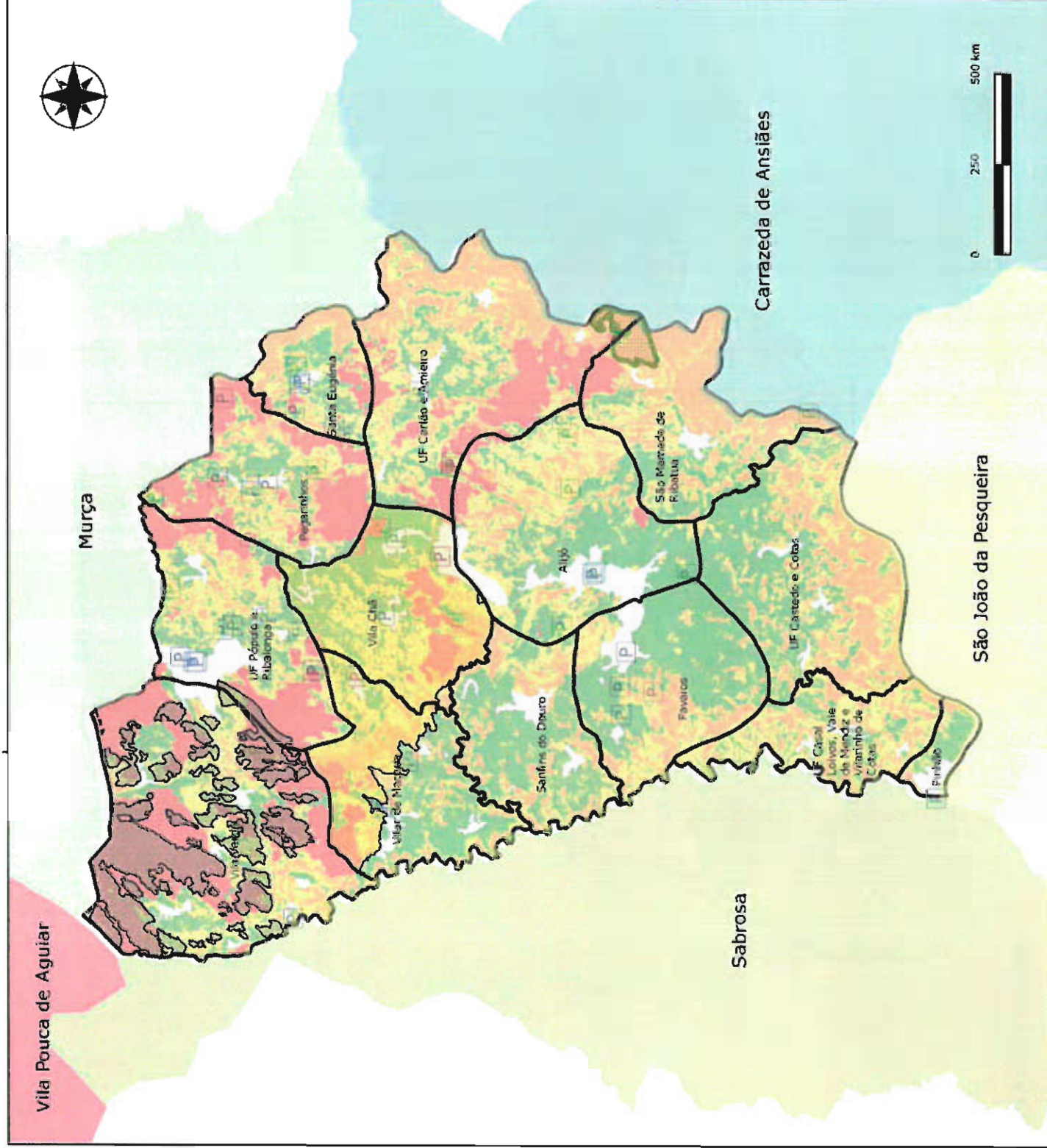
Sistema de coordenadas
e de referência:
PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:
05 julho de 2018

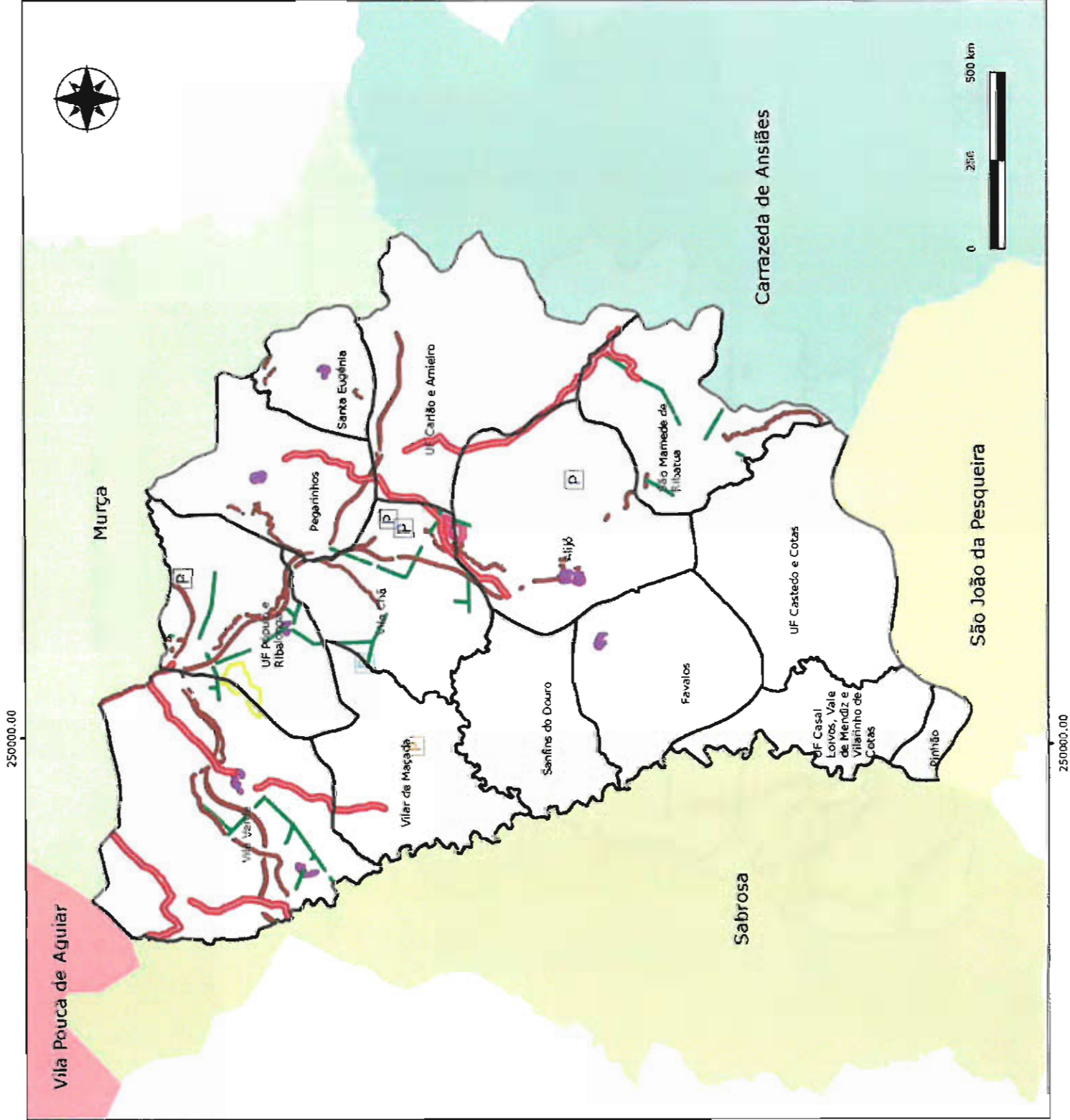
Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
ICNF (2017)
SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Мара н.º 23



250000.00



Rede de FGC e MPGC e RPA

Legenda:

Concelhos Limitrofes

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

Freguesias Concelho de Alijó

Limites Freguesia

FGC e MPGC

Agglomerados Populacionais

Parque Industrial

Rede Viária Florestal

Rede Primária

Linhas Elétricas MDT

Mosaicos

RPA

Aéreo; Baldios

Misto; Privado e CMA

Terrestre; Privado

Sistema de coordenadas
e de referência:
PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:
05 julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
ICNF (2017)
SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Mapa n.º 24

Rede de FGC e MPGC e RPA para o ano 2018

Legenda:

Concelhos Limitrofes

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

Freguesias Concelho de Alijó

Limites Freguesia

FGC e MPGC

Aglomerados Popacionais

Parque Industrial

Rede Viária Florestal

Rede Primária

Linhas Elétricas MDT

Mosaios

RPA

Aéreo; Baldios

Misto; Privado e CMA

Terrestre; Privado

Sistema de coordenadas

e de referência:

PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:

05 julho de 2018

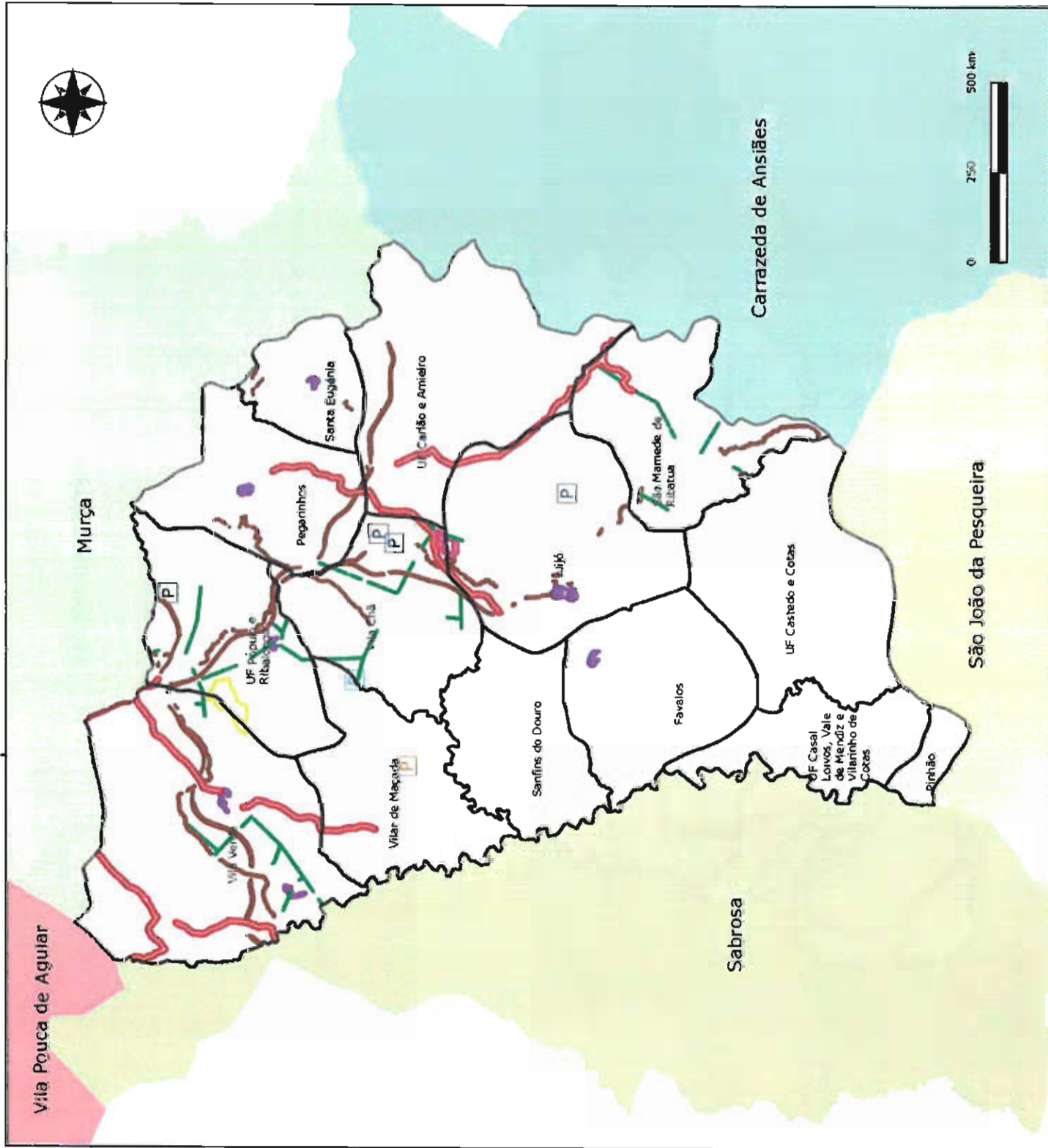
Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)

ICNF (2017)

SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Mapa n.º 24.1



Rede de FGC e MPGC para o ano 2021

Legenda:

Concelhos Limitrofes

- CARRAZEDA DE ANSIÃES
- MURÇA
- SABROSA
- SÃO JOÃO DA PESQUEIRA
- VILA POUCA DE AGUIAR

Freguesias Concelho de Alijó

- Limites Freguesia

FGC e MPGC

- Aglomerados Populacionais
- Parque Industrial
- Rede Viária Florestal
- Rede Primária
- Linhas Elétricas MDT
- Mosaicos

Sistema de coordenadas

e de referência:

PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:

05 julho de 2018

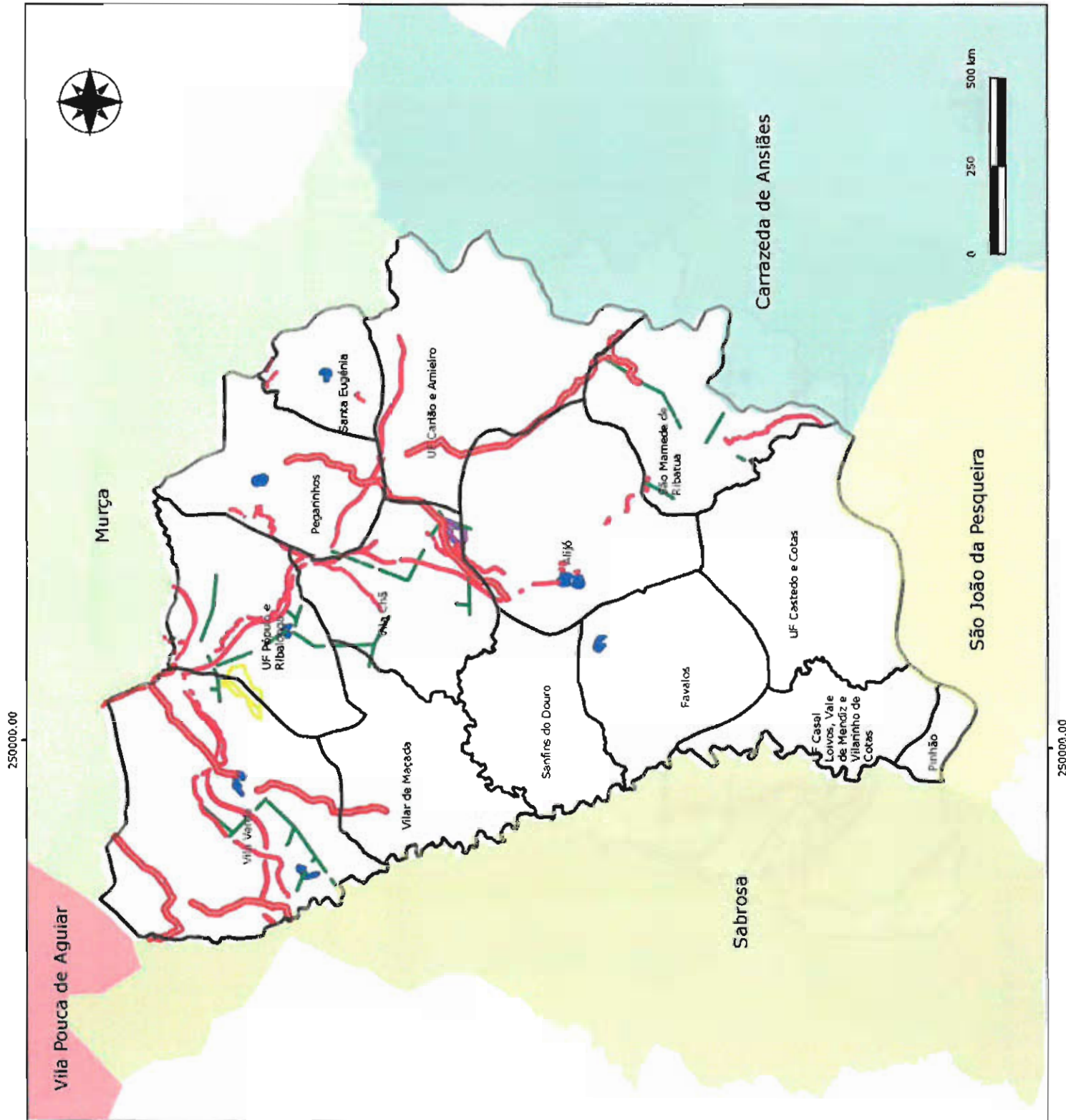
Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)

ICNF (2017)

SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Mapa n.º 24.2



Rede de FGC e MPGC para o ano 2024

Legenda:

Concelhos Limitrofes

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

Freguesias Concelho de Alijó

Limites Freguesia

FGC e MPGC

Agglomerados Populacionais

Parque Industrial

Rede Viária Florestal

Rede Primária

Linhas Elétricas MDT

Mosaicos

Sistema de coordenadas

e de referência:

PT-TM06/ETRS89

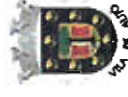
Data de Elaboração:

05 julho de 2018

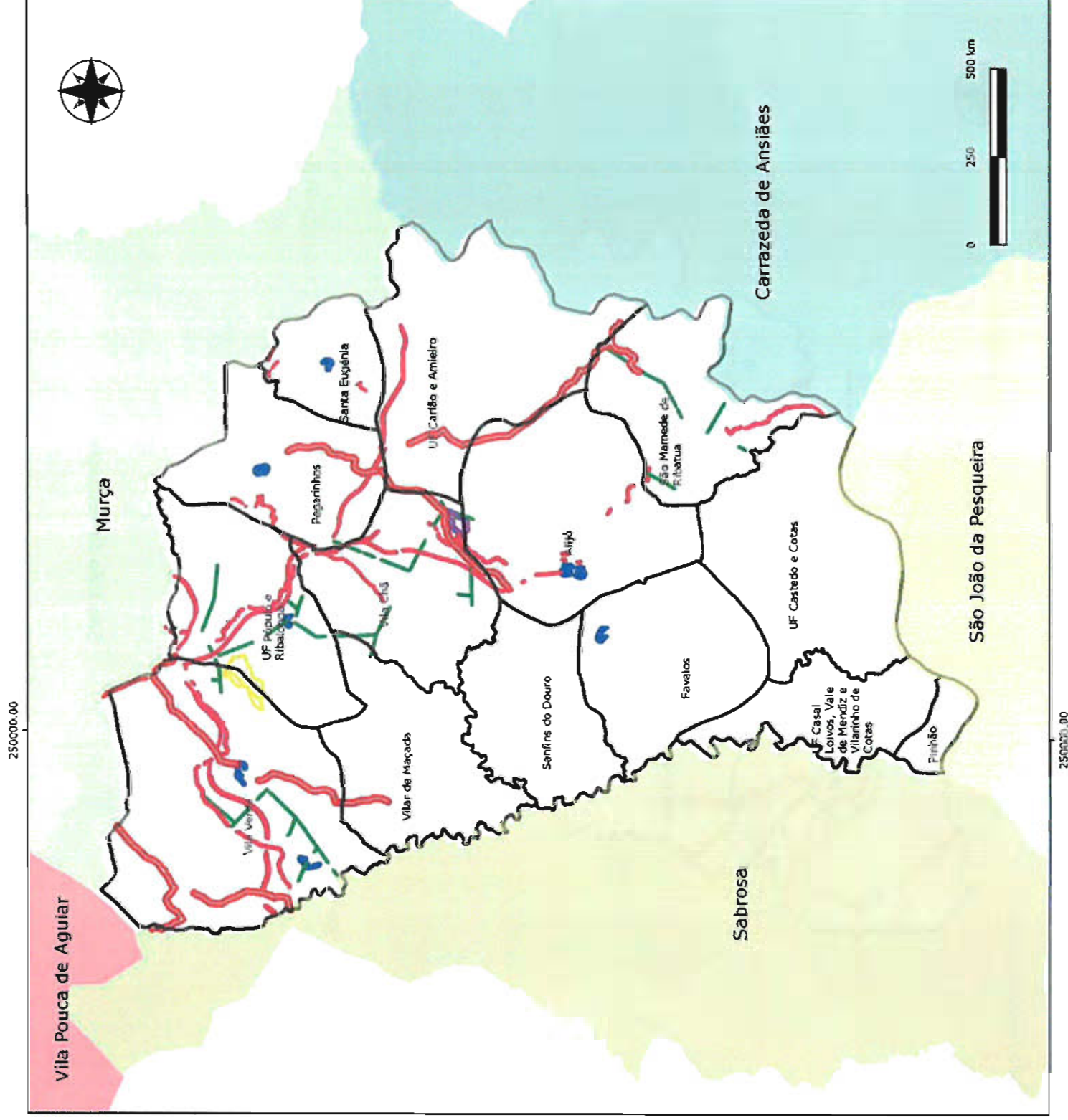
Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)

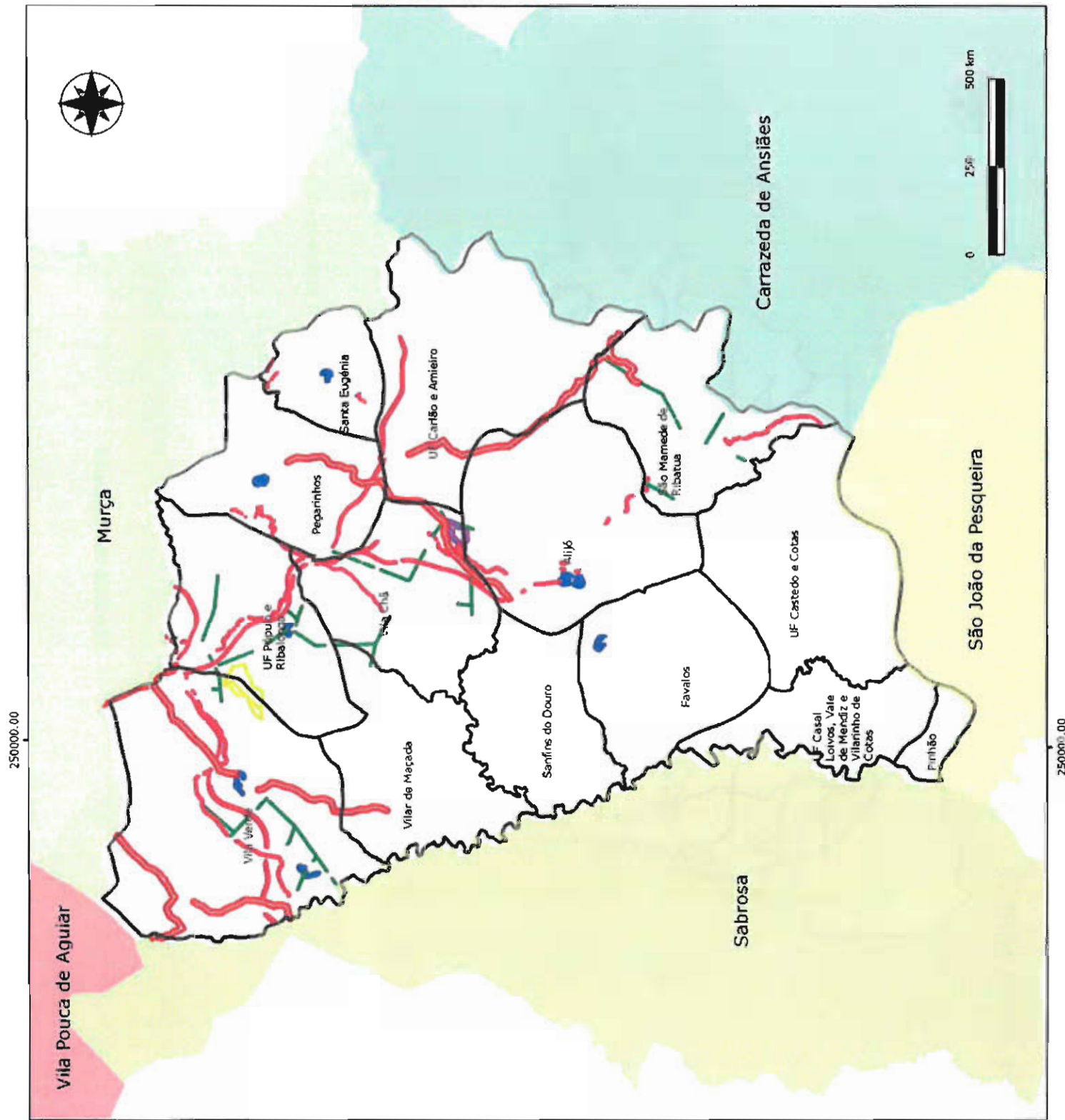
ICNF (2017)

SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Mapa n.º 24.3





Rede de FGC e MPGC

Legenda:

Concelhos Limitrofes

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

Freguesias Concelho de Alijó

Limites Freguesia

FGC e MPGC

Aglomerados Populacionais

Parque Industrial

Rede Viária Florestal

Rede Primária

Linhas Elétricas MDT

Mosaicos

Sistema de coordenadas
e de referência:

PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:

05 Julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)

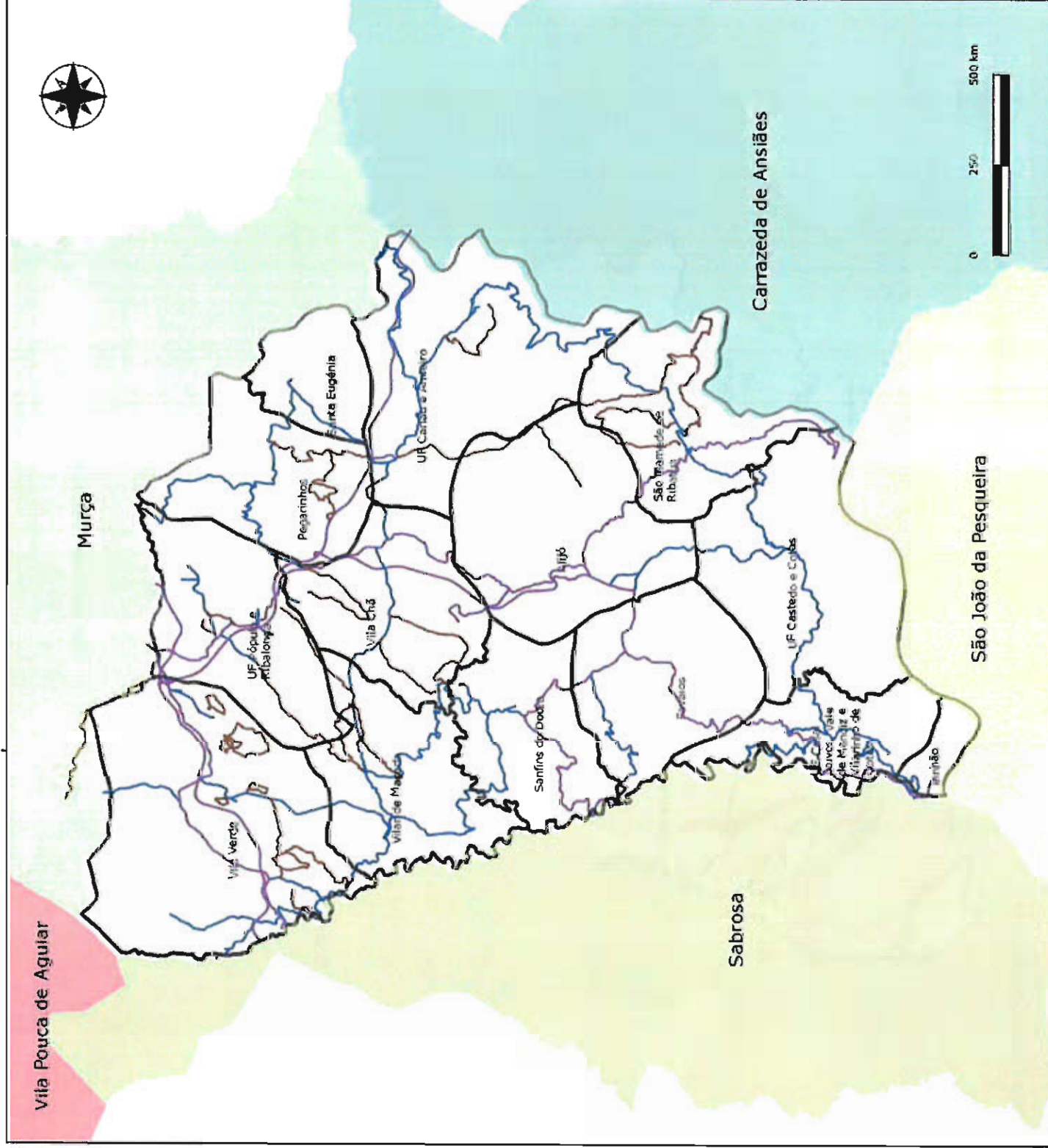
ICNF (2017)

SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Mapa n.º 24

Rede Viária Florestal



Sistema de coordenadas
e de referência:
PT-TM06/ETRS89

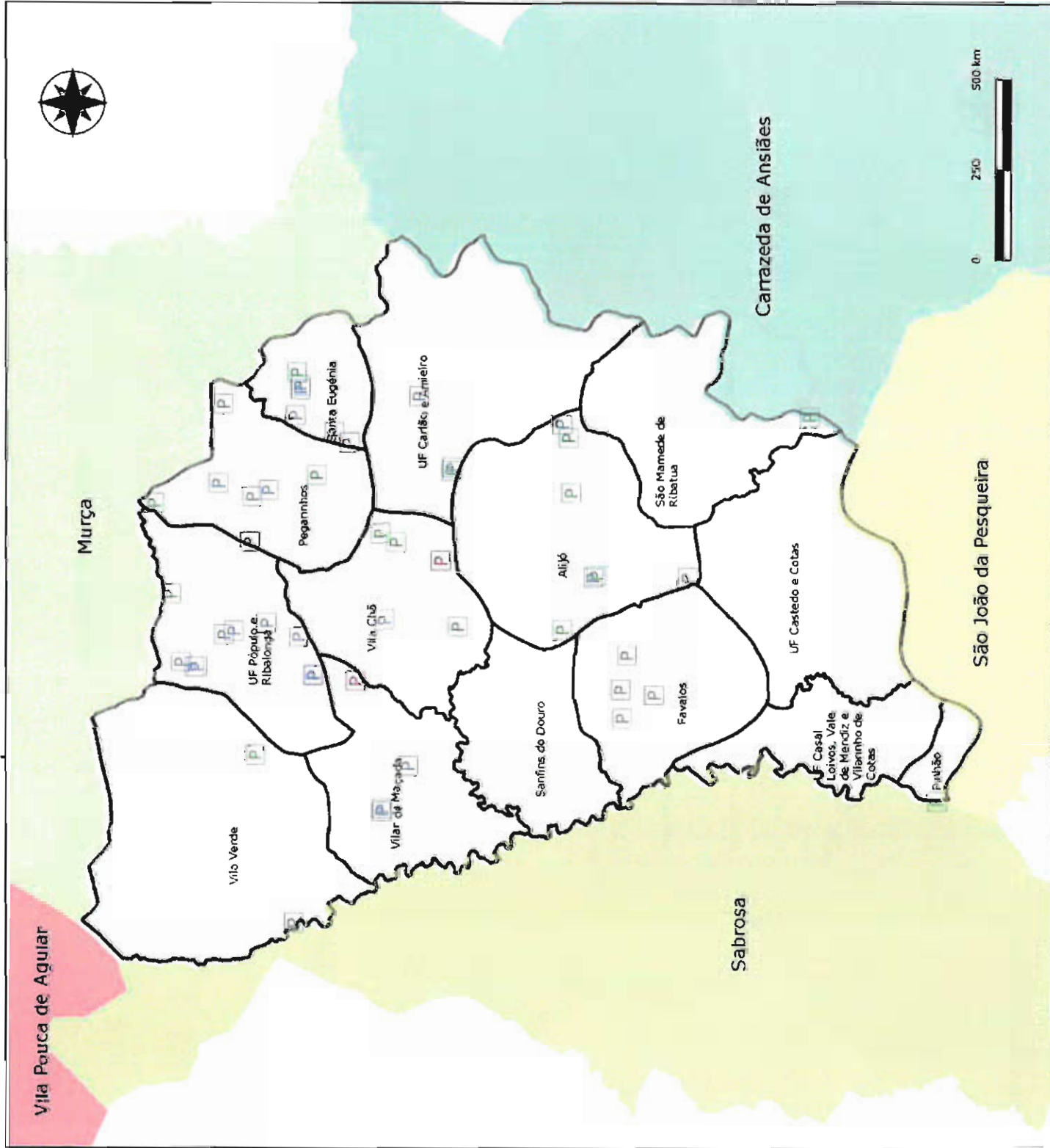
Data de Elaboração:
05 julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
ICNF (2017)
SMPC e GTF Municipio de Alijó (2018)



Мара н.º 25

2500000.00



2500000.00

Rede Pontos de Água

Legenda:

Concelhos Limitrofes

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

Freguesias Concelho de Alijó

Limites Freguesia

RPA

A

M

T

Sistema de coordenadas
e de referência:

PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:

05 julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)

ICNF (2017)

SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Mapa n.º 26

Vigilância e Detecção

Legenda:

Concelhos Limitrofes

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

Freguesias Concelho de Alijó

Limites Freguesia

Posto_vigla

LEE

Bacias Visibilidade

+ 2 postos de vigla

1 postos de vigla

2 postos de vigla

nula

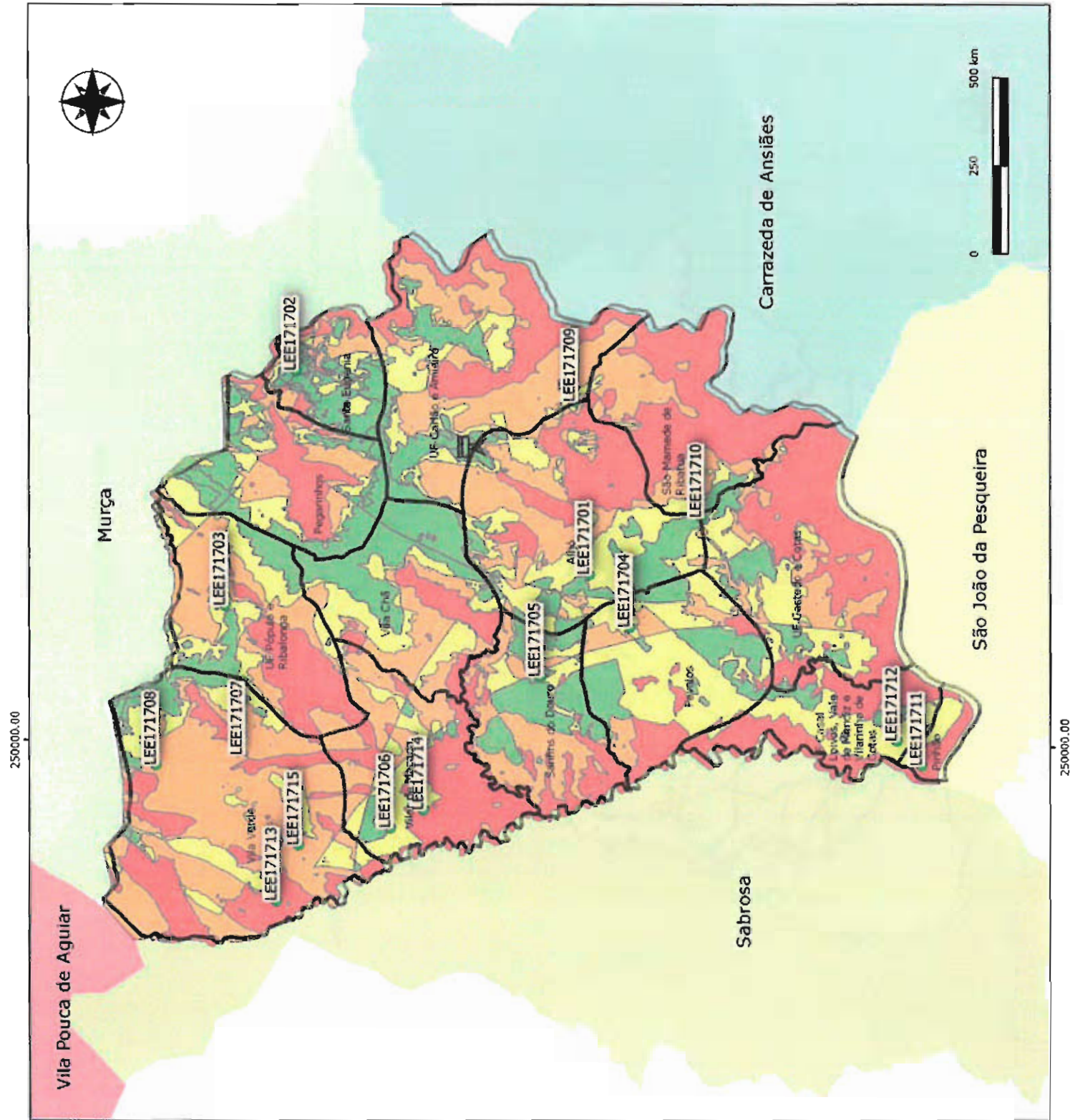
Sistema de coordenadas
e de referência:
PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:
05 julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
ICNF (2017)
SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Mapa n.º 28



Legenda:

Comunas limitrofes

10-15 m

15-20 m

Qualificação

ALIJÓ

CHEIRES

FAVALOS

PINHÃO

SANFINS

LEE

Limites Freguesia

0-5 m

5-10 m

Freguesias Concelho de Alijó

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

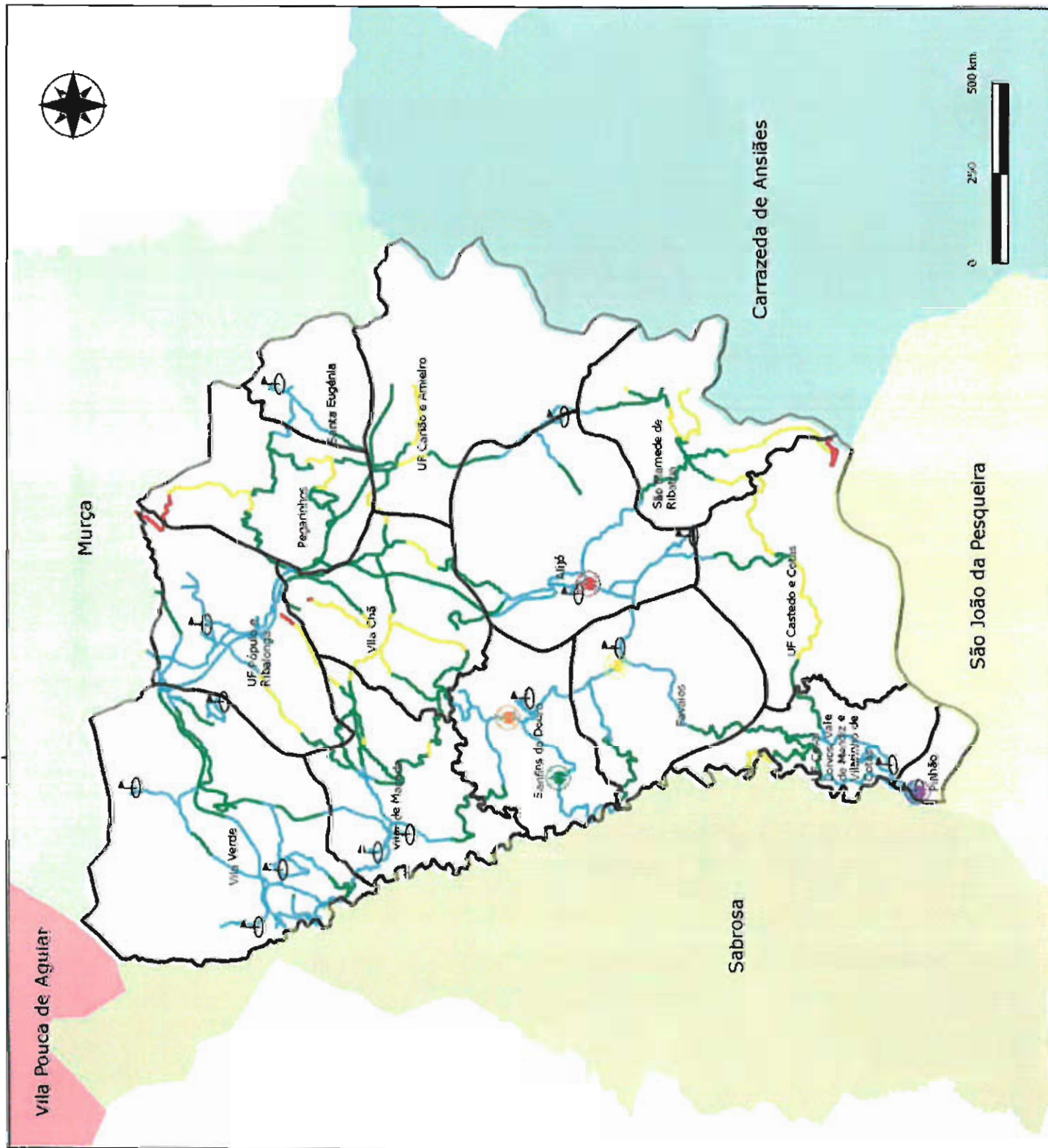
Temas: Cidades e Povoações

Data de Elaboração:
05 julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)
ICNF (2017)
SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Мапа п.° 29



Zonas Prioritárias de Estabilização e Emergência

Legenda:

Carrazeda de Ansiães

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

Freguesias Concelho de Alijó

Limites Freguesia

Reserva Ecológica Nacional

Classe

Albufeira

Áreas com risco de erosão

Escarpas

Faixa de protecção à albufeira

Faixa de protecção à escarpas

Leitos dos cursos de água

Sistema de coordenadas

e de referência:

PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:

05 julho de 2018

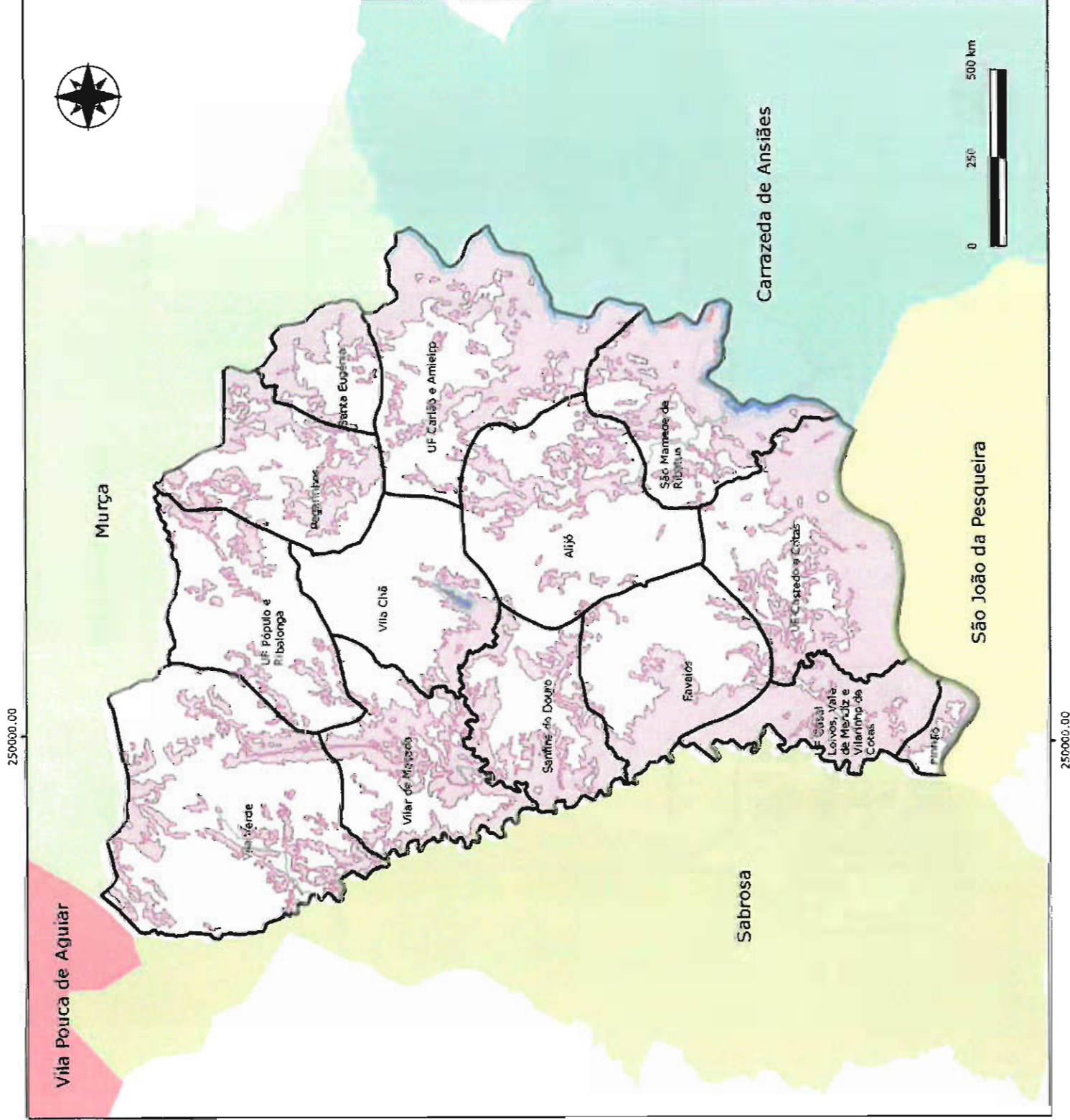
Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)

ICNF (2017)

SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Mapa n.º 30



Áreas para Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais

Legenda:

Concelhos Limitrofes

CARRAZEDA DE ANSIÃES

MURÇA

SABROSA

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

VILA POUCA DE AGUIAR

Freguesias Concelho de Alijó

Limites Freguesia

Perímetro Florestal

Sistema de coordenadas

e de referência:

PT-TM06/ETRS89

Data de Elaboração:

05 julho de 2018

Fonte(s): CAOP (2017), DGT (2017)

ICNF (2017)

SMPC e GTF Município de Alijó (2018)



Mapa n.º 31

